



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

MARX IGOR FERREIRA DE FIGUEIREDO

EXUMANDO VERDADES: As vítimas insepultas do Regime Militar do
Estado da Paraíba

JOÃO PESSOA
2016

MARX IGOR FERREIRA DE FIGUEIREDO

EXUMANDO VERDADES: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Direitos humanos e democracia: teoria, História e política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

João Pessoa
2016

F475e Figueiredo, Marx Igor Ferreira de.
 Exumando verdades: as vítimas insepultas do Regime
 Militar do estado da Paraíba / Marx Igor Ferreira de
 Figueiredo.- João Pessoa, 2016.
 133f.
 Orientadora: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
 1. Direitos humanos. 2. Regime militar. 3. Memória histórica
 - Paraíba. 4. Desaparecimento forçado.

UFPB/BC

CDU: 342.7(043)

MARX IGOR FERREIRA DE FIGUEIREDO

EXUMANDO VERDADES: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Universidade Federal da Paraíba

À minha avó, Maria de Lourdes de
Figueiredo Aranha (*in memoriam*),
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força, serenidade, coragem e determinação para trilhar e suportar os tortuosos caminhos da produção acadêmica.

À minha esposa, Valdéria Lima Vêras F. de Figueiredo, peça fundamental ao meu sucesso nesta fase, que, mesmo diante das dificuldades relacionadas à minha ausência nos momentos finais da dissertação, sobressaiu-se com bastante maestria e compreensão, apoiando-me até o final da pesquisa. Aos meus filhos Pedro e Enzo que, mesmo sendo merecedores de toda atenção do mundo, souberam esperar pacientemente até o papai terminar aquele estudo que parecia interminável. À minha mãe, grande guerreira, meu exemplo de determinação e coragem, e ao meu pai. À minha avó (*in memoriam*) que sempre torceu por mim e me ensinou a ser paciente. Ao meu irmão legor e às minhas irmãs, Cinara, Tainá e Maysa. Aos meus tios Camilo, Eduardo, Armando (*in memoriam*), Tuta e Rita pelo grande incentivo.

À minha amiga-irmã Renata Gambarra, profissional exemplar e grande referencial de militância na área de Direitos Humanos, por ter sido a responsável pelo impulso inicial dessa empreitada. À minha chefe, Dra. Ana Cecília Toscano Vieira Pinto, que, no âmbito laboral, não mediu esforços para que eu conseguisse realizar o meu mestrado. Às minhas amigas Cristiana Godoy e Anna Flávia pela grande torcida. À Alana Christine que, em um dos momentos mais complicados da pesquisa, deixou sua dor de lado e me estendeu a mão, ajudando-me na correção gramatical e na adequação do texto às normas da ABNT.

À minha orientadora, amiga, professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira que me pegou pela mão e, pacientemente, guiou-me nesse percurso sobre a memória, justiça e verdade, abrindo-me os olhos sobre a grande relevância do tema.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, em especial aos professores doutores Giuseppe Tosi, Luziana Ramalho, Nazaré Zenaide e Adelaide Dias, pelos ensinamentos extremamente valiosos para a minha formação acadêmica.

A todos os meus companheiros de turma, em especial a Fabiana, José Nikácio, Camilo, Rodrigo, Iany, Ramon, Chirlene, Noêmia e Dávila, pela amizade e carinho, bem como pelos ensinamentos diários que cada um deles transmitia através de suas condutas e contato diário.

Ao deputado e amigo Luiz Couto por ter me dado oportunidade de trabalhar ao seu lado a temática dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, de ver o mundo de uma forma diferente.

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra os outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados”.

Vladimir Herzog

FIGUEIREDO, Marx Igor Ferreira de. **EXUMANDO VERDADES**: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO

O presente estudo se propõe a analisar os casos de desaparecimentos forçados de paraibanos durante a Ditadura Militar e sua possível relação com as ações dos órgãos de repressão. Para tanto, parte-se de um breve estudo do momento histórico que antecedeu o golpe militar, o qual contou com o apoio logístico e estratégico dos Estados Unidos da América, e adentra no momento pós-golpe, averiguando as consequências que o regime militar trouxe ao país, com supedâneo na observação das mudanças trazidas por cada governo, especialmente no tocante à convivência com as liberdades. Em seguida, há a exposição de aspectos conceituais e históricos relacionados à Justiça de Transição, enfatizando-se a evolução normativa dos instrumentos de justiça transicional e a sua importância no processo de recuperação da memória histórica e reconciliação nacional. Por fim, são estudados os seis casos de desaparecimentos forçados de paraibanos, ocorridos durante o regime militar, elencados no primeiro relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Além da verificação dos perfis de cada vítima e o seu possível envolvimento em movimentos de resistência, também são verificadas a atuação dos órgãos de repressão, as características de cada agente da repressão que estava à frente destas unidades e as formas como os corpos dos considerados subversivos eram escondidos ou descartados. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo delineamento metodológico será, prioritariamente, bibliográfico, documental e estudo de caso, já que terá como foco os seis casos de desaparecimento forçado: Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), João Alfredo Dias (Nego Fuba), José Maria Ferreira de Araújo, Francisco das Chagas Pereira, Ezequias Bezerra da Rocha e Umberto de Albuquerque.

Palavras-chaves: Regime militar – memória histórica – desaparecimento forçado.

FIGUEIREDO, Marx Igor Ferreira de. **EXPANDING TRUTHS**: The victims of the Military Regime of Paraíba State. 2016. 133f. Dissertation (Master in Human Rights, Citizenship and Public Policies) - Federal University of Paraíba.

ABSTRACT

The present study proposes to analyze the cases of forced disappearances of Paraibans during the Military Dictatorship and their possible relation with the actions of the repression organs. To this end, a brief study of the historical moment before the military coup, which had the logistical and strategic support of the United States of America, is undertaken, and it is in the post-coup moment that the consequences are verified that the regime Military brought to the country, subject to observation of the changes brought by each government, especially in relation to the coexistence with freedoms. Next, there is an exposition of conceptual and historical aspects related to Transitional Justice, emphasizing the normative evolution of the instruments of transitional justice and their importance in the process of recovery of historical memory and national reconciliation. Finally, the six cases of forced disappearances of Paraiban during the military regime, listed in the first report of the State Truth Commission, are studied. In this chapter, in addition to checking the profiles of each victim and their possible involvement in resistance movements, the performance of the repressive organs, the characteristics of each agent of repression that were in front of these units and the ways in which the bodies Of those considered subversive were hidden or discarded. It is a research of a qualitative nature, whose methodological design will be, as a matter of priority, bibliographical, survey, documentary and case study, since it will have as the north the six cases of disappearance listed by the State Commission of Truth.

Keywords: Military regime - historical memory - forced disappearance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL	21
1.1 A CONSTRUÇÃO DO GOLPE MILITAR DE 1964	21
1.2 GOVERNO MILITAR – AS REPERCUSSÕES PÓS-GOLPE	29
1.2.1 Castelo Branco – O primeiro Presidente do regime militar	31
1.2.2 Governo Costa e Silva – A radicalização da violência estatal	33
1.2.3 Governo Médici – A repressão como instrumento sistêmico	37
1.2.4 Governo Geisel – O primeiro passo para a redemocratização	40
1.2.5 Governo Figueiredo – A democracia bate na porta.	44
1.2.6 Tancredo Neves - O primeiro Presidente Civil pós-1964.....	47
 2 A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE JUSTIÇA TRANSICIONAL NO BRASIL	48
2.1 ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS SOBRE A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	48
2.2 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL	52
2.3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICO-NORMATIVA DO PROCESSO DE JUSTIÇA TRANSICIONAL NO BRASIL.....	54
2.3.1 Lei de Anistia.....	54
2.3.2 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).....	64
2.3.3 Comissão Nacional da Verdade	69
2.3.4 Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba	74
 3 REPRESSÃO E TORTURA: ONDE ESTÃO OS DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA PARAÍBA?	76
3.1 O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E O DESAPARECIMENTO DE PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO (PEDRO FAZENDEIRO) E JOÃO ALFREDO DIAS (NEGO FUBA)	76
3.2 JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO	94

3.3 FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA	98
3.4 EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA	101
3.5 UMBERTO DE ALBUQUERQUE CÂMARA NETO.....	107
3.6 OS ALGOZES	110
3.6.1 José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro) – O terror do 15º Regimento de Infantaria	110
3.6.2 Carlos Alberto Brilhante Ustra – A expressão da tortura	112
3.6.3 Vicente de Paulo Dale Coutinho.....	113
3.6.4 Confúcio Danton de Paula Avelino	114
3.6.5 Adyr Fiúza de Castro.....	116
3.7 APAGANDO OS VESTÍGIOS.....	117
3.7.1 Sepultando as provas.....	117
3.7.2 Lançando corpos no rio	119
3.7.3 Corpos jogados no mar	120
3.7.4 O intercâmbio de cadáveres.....	121
3.7.5 A queima de arquivo.....	121
3.7.6 O ácido como alternativa.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Na madrugada de 31 de março de 1964, os militares brasileiros iniciaram as primeiras movimentações direcionadas à usurpação do Poder da República e sem possibilitar qualquer direito de defesa ou contestação, apoiados pela Igreja e por setores civis da população, derrubaram um governo democraticamente eleito, dando início, em pleno dia da mentira – 1º de abril, a um regime desumano, desarrazoado e extremamente violento que, por vinte e um anos (1964-1985), atormentaria a vida e extirparia liberdades do povo brasileiro.

Após quatro anos de governo militar, diante do descumprimento de algumas promessas firmadas, há uma grande pressão direcionada à redemocratização. As manifestações contrárias ao regime e ao modelo de segurança repressor vigente, especialmente oriundas de segmentos ideologicamente críticos ao regime, a exemplo dos estudantes (secundaristas e universitários), parlamentares, governadores, sindicalistas e intelectuais, ganharam mais força a partir do assassinato do estudante Edson Luís de Lima, o qual funcionou como um estopim para os protestos populares. No sentido de reprimir as contestações ao regime militar, o presidente Costa e Silva edita o Ato Institucional nº 5, garantindo uma série de poderes ao Executivo Federal, dentre eles o de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos e de atribuir à justiça militar a competência do julgamento de crimes políticos.

Nesse período, a violência institucional emergiu de forma clandestina e explícita, possibilitando que pessoas fossem torturadas e mortas nos porões da repressão, simplesmente, por ousarem discordar ou resistir ao regime imposto. Os crimes, na maioria das vezes, eram mascarados sob a forma de suicídio, acidentes automobilísticos ou de confrontos armados, intencionando afastar os militares e demais agentes da repressão da autoria dos mesmos, dificultando qualquer responsabilização. Nos casos de tortura excessiva e as vítimas ficavam muito desfiguradas, os algozes sumiam com os corpos, sem deixar quaisquer vestígios. Os cadáveres, comumente, sem as digitais, eram jogados em rios, enterrados em valas secretas ou cremados nos fornos de empresas aliadas do regime, evitando, assim, que fossem encontrados (GUERRA, 2012). Esse tipo de conduta minimizava os riscos da verdade macabra ser revelada, contudo não findava o desejo dos familiares de

encontrar os seus entes queridos, já que, sem os restos mortais, a esperança continuava viva, motivando uma eterna busca por notícias e pistas.

Em 1990, parte da farsa dos órgãos de repressão foi exposta quando o jornalista Caco Barcelos, da Rede Globo de Televisão, ao preparar uma reportagem sobre o desaparecimento de presos políticos, encontrou nos arquivos do Instituto de Medicina Legal, indicações que estas pessoas estavam sendo enterradas como indigentes, com nomes falsos, em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo-SP. Além disso, registros incompletos do cemitério indicavam a exumação de muitos corpos, porém não havia quaisquer dados sobre o destino dos mesmos. Com a abertura da vala, mais de mil ossadas foram encontradas, reacendendo a esperança de vários familiares no que tange à localização de seus mortos (TELES, 2001).

Segundo Gaspari (2002), o responsável pela vala oculta era o delegado Sérgio Fleury e a administração dela era confiada a um policial do DOPS-SP. Nela, opositores do regime militar foram enterrados como indigentes, na maior parte dos casos com nomes falsos. A vala secreta do Cemitério Dom Bosco era a prova de que muitos desaparecidos, na verdade, não fugiram ou abandonaram as suas famílias, mas foram vítimas fatais da repressão que assolava o Brasil durante o regime militar. Posteriormente, verificou-se que a ocultação de cadáveres em valas clandestinas pelos órgãos de repressão não somente ocorreu no cemitério Dom Bosco, mas em muitos outros campos santos.

A ocultação de cadáveres pelos militares era só um, entre vários outros crimes cometidos e ocultados pelos agentes da repressão. Tanto o é que, ao perceber que o regime militar estaria perto de seu fim, membros de alta patente das Forças Armadas, temendo punições e responsabilizações futuras, determinaram a incineração de diversos documentos que, de alguma forma, pudessem servir de prova contra os agentes da repressão¹. Acintosa e covardemente, os militares tentaram apagar os vestígios das atrocidades cometidas, entretanto esqueceram que as memórias dos sobreviventes não puderam ser apagadas e que elas, um dia, colocariam por terra toda a versão histórica até hoje difundida. Conforme lembra Helena Greco:

¹ Em entrevista concedida ao Observatório da Imprensa, programa da TV Brasil, o ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra afirmou que em 1975, dois coronéis percorreram vários estados do país para queimar documentos do DOPS.

Memória é fundamental para a construção da cidadania e da democracia. Não podemos permitir que sequestram e roubem a verdade histórica sobre estes companheiros (DUARTE, 2004, p. 664).

Esse interesse do regime militar em tentar manter o passado esquecido e intocável se tornou ainda mais evidente com a aprovação da Lei de Anistia. O instituto da anistia foi moldado, deturpado e ampliado para alcançar os crimes cometidos pelos agentes da repressão. Os militares, ao mesmo tempo que conseguiram conter os ânimos da sociedade, que há muito tempo fazia pressão por anistia, traçaram o caminho para uma autoanistia; tentando passar para sociedade que a partir dali não queriam mais conflitos e que tudo que passou merecia ser esquecido.

A Lei de Anistia não foi a mais adequada e não atendeu completamente os anseios da sociedade, assegurando, inclusive, a impunidade aos criminosos da Ditadura; entretanto, não se pode olvidar que esta Lei, não só representou o primeiro passo para a redemocratização, mas teve grande importância para a implementação das demais políticas de justiça transicional.

Depois de um período intensamente conturbado, paulatinamente a democracia foi sendo reconquistada pelo povo, todavia a construção de um Estado Democrático de Direito exigia do Brasil a implantação de uma série de medidas direcionadas ao enfrentamento das violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar, ou seja, medidas próprias de um processo de justiça transicional. Nesse sentido, após a Lei da Anistia, foram criadas a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (1995), a Comissão de Anistia (2001) e a Comissão Nacional da Verdade (2011). Além dos citados instrumentos, os Estados contribuíram, sobremaneira, com esse processo, especialmente no tocante à recuperação da memória histórica, por meio do trabalho sério e dedicado das comissões estaduais da verdade.

Na Paraíba, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória, logo em seu primeiro relatório, demonstrou que, a exemplo do ocorrido noutros Estados da Federação, aqui também houve torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Identificou-se 35 vítimas de torturas, 6 desaparecidos políticos, 3 vítimas fatais e 109 estudantes afastados da universidade, entre outras formas de perseguição. Na relação de desaparecidos políticos, que é o foco central de nosso trabalho, figuram: João Alfredo Dias, Pedro Inácio de Araújo, José Maria

Ferreira de Araújo, Francisco das Chagas Pereira, Ezequias Bezerra da Rocha e Umberto de Albuquerque Câmara Neto.

Convém mencionar que, antes mesmo do golpe militar, na Paraíba os latifundiários já gozavam de grande prestígio entre os militares, usufruindo de amplo suporte na luta e repressão ao movimento camponês. Após o golpe, as perseguições dos órgãos de segurança aos camponeses se intensificaram, culminando na prisão de duas lideranças da Liga Camponesa da Sapé, João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo. Depois da prisão, os dois camponeses foram recolhidos ao 15º Regimento de Infantaria do Exército em João Pessoa, entretanto, no mês de setembro de 1964, misteriosamente, desapareceram. Segundo informações passadas à família de Pedro Inácio de Araújo pelo Major Cordeiro, responsável pelo batalhão, o camponês havia sido posto em liberdade e teria ido para Cuba. Segundo testemunhas, realmente os camponeses haviam sido soltos, contudo não para a liberdade, mas sim para serem mortos.

Relata Souza (2008) que, quando estava recluso, foi transferido do Grupamento de Engenharia para o 15º Regimento e lá teve a oportunidade de conversar com João Alfredo, o qual se encontrava noutra cela. Lembrou ainda que, após participar de interrogatório com o Major Cordeiro e negar que tinha participado do assassinato de Rubens Régis, João Alfredo foi transferido para outra cela, juntando-se a João Manoel de Carvalho, Antônio Fernandes e Pedro Fazendeiro. Conforme recorda o autor, João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo, foram postos em liberdade, nos dias 29 de agosto e 7 de setembro de 1964, respectivamente, porém nunca mais voltaram para casa. O autor ressalta que, antes da saída de Pedro Fazendeiro, Antônio Fernandes lhe deu dinheiro para pegar táxi, alertando-o que o fizesse o quanto antes, pois em Recife presos estavam sendo soltos e, em seguida, presos novamente e conduzidos para outros quartéis. Por coincidência, no dia 10 de setembro, fora publicada no jornal uma foto de dois corpos, com os rostos desfigurados, encontrados na estrada que ligava Caruaru à Campina Grande.

Solidificando a referida tese, o jornalista Severino Ramos recordou que, na manhã do dia 9 de setembro de 1964, encontrava-se no gabinete do Coronel Antônio Farias, responsável pela delegacia de Campina Grande, quando chegou a informação que na referida estrada haviam sido encontrados dois cadáveres em decomposição. Ao chegar lá, lembra o jornalista, os corpos apresentavam cordas no pescoço, dando para deduzir que as duas pessoas teriam morrido por enforcamento,

já que inexistia marcas de instrumentos perfurocortantes ou tiros. Ao retornar para João Pessoa, Severino Ramos soube do desaparecimento dos camponeses Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias

. Desconfiado de que poderiam ser eles, ao perguntar ao delegado sobre o andamento do inquérito, foi surpreendido com a notícia de que ele já sido concluído e arquivado por ordens superiores. Todavia, ao indagar à autoridade se os indivíduos teriam sido vítimas do esquadrão da morte, este respondeu negativamente, pedindo para o profissional da imprensa esquecer do assunto (RAMOS, 2012).

A presente dissertação aborda questões de grande relevância social, pois, mesmo não se tendo a pretensão e nem a possibilidade de responder a todas as indagações relacionadas à atuação dos órgãos de repressão, visa aprofundar mais a discussão e os estudos no tocante aos desaparecimentos forçados de paraibanos durante o regime militar, contribuindo, dessa forma, com a construção da memória histórica. Da mesma forma apresenta grande importância acadêmica, tendo em vista que aborda um assunto pouco explorado pela literatura.

No tocante a escolha do tema, convém informar que este tem suas raízes na nossa atuação na função de secretário parlamentar vinculado ao gabinete do Deputado federal Luiz Albuquerque Couto, onde, com certa frequência, deparamo-nos com diversas pessoas, sobreviventes do regime militar, a procura de auxílio para ingresso de pedidos de anistia. Nessas oportunidades, histórias eram narradas e as atrocidades cometidas durante o regime militar descritas com minúcias, trazendo à tona um passado cruel, ainda bastante presente na vida dessas vítimas, demonstrando que as feridas continuavam abertas e a dor ainda pulsante. O regime havia acabado, mas os traumas permaneciam vivos, pois, para as vítimas, era extremamente doloroso sofrer as barbaridades que sofreram e saber que os responsáveis continuavam suas atividades normalmente, longe do alcance da justiça, mantendo-se impunes e intocados.

A busca por mais detalhes nos levou a documentários, filmes e aos vídeos das audiências da Comissão Nacional da Verdade. Percebemos que os depoimentos das vítimas vinham, em grande parte, acompanhados de muita emoção e encharcado de lágrimas, contrastando com a narrativa fria dos agentes da repressão. Destes, em sua maioria, emanavam depoimentos uniformes, desprovidos de detalhes e de qualquer expressão de arrependimento, sustentando que heroicamente agiram em defesa do país contra uma invasão comunista, negando, a todo momento, a existência

de torturas, assassinatos, violência sexual e desaparecimentos forçados durante o regime militar.

Em um dos depoimentos, vislumbramos o relato e drama de uma família, cujo patriarca havia sido levado por agentes da repressão e nunca mais havia retornado. Os familiares visitaram inúmeros quartéis e departamentos das Forças Armadas em busca de notícias, entretanto nunca obtiveram qualquer informação ou pista que levasse à localização do ente querido. Segundo um dos membros da família, o sofrimento deles era diário e interminável, pois a cada batida na porta a esperança renascia, contudo, logo em seguida, esvaia-se. Achávamos, à princípio, que o drama daquela família era algo pontual, contudo nos equivocamos. Pouco tempo depois, ao vermos um vídeo do depoimento de Neide Araújo, filha de Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, desaparecido desde setembro de 1964, tivemos a certeza de que não se tratava de um fato isolado, porém de uma prática sistemática do governo militar.

Assim, nasceu para nós o desejo de investigar os casos de desaparecimento forçado no Estado da Paraíba, que, convém ressaltar, coincide com o objetivo geral da presente pesquisa. Nessa mesma linha, tem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Pesquisar a atuação dos órgãos de repressão e dos grupos de resistência no Estado da Paraíba;
2. Identificar pontos de convergência entre os desaparecimentos de pessoas, a participação em grupos de resistência e a ação dos órgãos de repressão;
3. Contribuir com o conhecimento da verdade histórica que permeia o desaparecimento das vítimas insepultas da Ditadura Militar e, conseqüentemente, com a História da Paraíba.

A perspectiva teórica que fundamentou a pesquisa partiu do conceito de justiça de transição, assentando-se nas contribuições de Torelly (2012), Abrão e Genro (2012), Teitel (2011), Antônio (2012), Ribeiro (2012), Mezarobba (2009) e Porto (2002). Para o estudo do surgimento do movimento camponês as bases foram Julião (2013), Bastos (1984), Souza (2008), Andrade (1986), Rocha (2009), Benevides (1985), Coelho (2004) e Mello (1997). Em seguida, ao abordar o período militar e sua repercussão no Estado da Paraíba, utilizou-se Cittadino (1998), Ramos (2012), Nunes (2009) e Mello (1997). Por fim, ao investigar a atuação dos órgãos da Ditadura Militar,

utilizou-se Gaspari (2002), Souza (2000), Tavares (2014), Bicudo (1976), Mello (2004) e Cittadino (1998).

No tocante aos objetivos, adotando a classificação de Gil (2002), a presente pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, pois, além de proporcionar um maior aprofundamento e proximidade com o problema, ou seja, a questão dos desaparecimentos forçados ocorridos na Paraíba durante o regime militar, também tem por fim obter respostas mais adequadas ao conhecimento da realidade histórica relacionada ao período militar.

Sob o entendimento conceitual de Minayo (2001), trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo delineamento metodológico será, prioritariamente, bibliográfico, levantamento documental e estudo de caso, já que terá como norte os seis casos de desaparecimento elencados pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Quanto ao recorte histórico, convém mencionar que foi dado mais ênfase ao período compreendido entre 1964 e 1973, já que foi nesse lapso temporal que ocorreram os seis desaparecimentos, segundo relatório preliminar da referida Comissão.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado **A Ditadura Militar no Brasil e a sua gênese**, inicia fazendo uma breve análise do momento que antecede o golpe e, em seguida, busca demonstrar como se deu o crescimento da repressão, examinando a evolução histórico-política do regime militar até o momento da redemocratização.

O segundo capítulo, cujo título é **A Evolução do Processo de Justiça Transicional no Brasil**, também dividido em três itens, a princípio trata de aspectos conceituais e históricos da justiça de transição. Em seguida, faz uma análise da evolução histórico-normativa do processo de justiça de transição no Brasil, enfatizando as contribuições e os avanços de cada norma até a atualidade.

E, por último, dividido em três itens, o terceiro capítulo, denominado **Repressão e Tortura: Onde Estão os Desaparecidos Políticos da Paraíba?** Faz uma análise dos desaparecimentos, buscando identificar a existência de pontos de convergência entre a atuação dos órgãos de repressão e os desaparecimentos políticos de paraibanos, partindo das constatações existentes no relatório da Comissão Estadual da Verdade. Em seguida, procura traçar o perfil dos militares elencados como torturadores. Por último, a partir do estudo dos depoimentos colhidos

pelas comissões estaduais e pela Comissão Nacional da Verdade, bem como a partir de livros de memória ou relatos, procura identificar as formas que os órgãos e agentes da repressão mais utilizavam para se livrar dos vestígios e corpos dos desaparecidos políticos.

1 DITADURA MILITAR NO BRASIL

1.1 A CONSTRUÇÃO DO GOLPE MILITAR DE 1964

Em 25 de agosto de 1961, enquanto o Vice-presidente João Goulart visitava a China em busca da viabilização de novos acordos comerciais, o então Presidente Jânio Quadros encenou uma renúncia com o propósito subliminar de fechar o Congresso Nacional e governar o país sozinho. Apoiado por militares avessos Jango, Jânio Quadros esperava que o ato não fosse aceito pelo Congresso Nacional. Segundo Napolitano (2014), a intenção de Jânio era que, com a sua saída, o povo fosse às ruas para pedir o seu retorno à Presidência e que o seu vice, João Goulart, fosse impedido de assumir pelos militares. Apesar do enfrentamento de algumas resistências, seus planos não prosperaram, o que levou ao reconhecimento de João Goulart como seu legítimo sucessor.

Em manifesto dirigido à nação, em 30 de agosto de 1961, os Chefes Militares sustentavam que a posse de João Goulart como Presidente da República traria ao Brasil um período de agitações, tumultos e conflitos sangrentos nas áreas urbanas e rurais. Para eles, o país ficaria mergulhado no caos e na anarquia e as Forças Armadas, sob domesticação, transformadas em milícias comunistas (COUTO, 1999).

Partidos de oposição ao governo, como a UDN (União Democrática Nacional)², e militares anticomunistas, dentre eles o Marechal Odylio Denys, tentaram a todo custo impedir o retorno e a posse do futuro presidente ao Brasil. Este fato resultou 14 dias de impasse, o qual somente foi resolvido quando o Congresso, para agradar os militares e permitir a posse de João Goulart, alterou a Constituição, mudando o regime de presidencialista para parlamentarista, reduzindo os poderes do Presidente, passando parte do seu poder ao primeiro-ministro (GULLAR, 2014). Sobre esta manobra, discorre Reis:

Os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, o Jango, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, frente ao movimento de resistência ao golpe e à quebra da legalidade constitucional, encabeçado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, houve um acordo em que ambos os lados recuaram, na boa tradição de Itamaré.

² A princípio, convém mencionar, apenas uma parte da União Democrática Nacional (UDN), a ala do partido que seguia Carlos Lacerda, é que apoiou o golpe.

Afinal Jango assumiu o governo, em 7 de setembro de 1961, mas com os poderes presidenciais castrados, em um parlamentarismo híbrido, uma estranha fórmula constitucional em que se associavam um presidente enfraquecido e um parlamento fraco. Quanto aos golpistas, tiveram as posições preservadas, não sendo punidos. (REIS, 2000, p.12).

Nesse cenário de impasses, a denominada Campanha da Legalidade, organizada por Leonel de Moura Brizola, na época Governador do Rio Grande do Sul, teve papel crucial na concretização da posse de João Goulart como Presidente, fundamentando a sua luta no respeito à Constituição e na preservação da legalidade; contudo, naquele momento, buscando evitar um golpe e garantir a posse de Jango, o Congresso Nacional busca uma alternativa honrosa para os militares, reduzindo os poderes do sucessor de Quadros, a partir da instauração de um regime diverso, o Parlamentarismo.

Destaca Tavares (2014) que no período, além do apoio parlamentar, o Presidente da República também necessitava do apoio militar para governar; entretanto, este, além de não ser unitário, já que era dividido por duas correntes, possuía armas, fato este que exigia um cuidado especial. A chegada de João Goulart ao poder era incompatível com o desejo de grande parte dos militares, porém essa insatisfação restou silenciada durante os dezesseis meses de regime parlamentarista.

A legitimidade de Jango para assumir a vice-presidência, ressalta Amorim (2015), era nítida e inconteste, já que na época a eleição para Presidente e Vice-Presidente ocorria separadamente, de forma que o eleitor escolhia por meio do voto cada um deles, ao contrário do que ocorre na atualidade; logo, a assunção de João Goulart à presidência da República seria uma consequência da escolha direta e legítima do povo.

Para Napolitano (2014), a manobra que culminou na implantação do Parlamentarismo no Brasil se tratou de um golpe de Estado civil, o qual, na oportunidade, evitou uma intervenção militar, mas que, em contrapartida, enfraqueceu João Goulart, política e administrativamente, retirando-lhe poderes. A solução não agradou aos governadores dos estados, tampouco freou o ânimo golpista dos militares que, nos bastidores, ainda mantinham os planos de tomar o poder.

A fragilização dos poderes de João Goulart representava um grande entrave à concretização de reformas direcionadas ao desenvolvimento do país. A saída encontrada pelo Presidente foi antecipar a consulta popular para 06 de janeiro de 1963, contrariando as disposições contidas no ato institucional de 03 de setembro de

1961, o qual previa a realização de plebiscito nove meses antes do fim do governo. A antecipação da consulta repercutiu positivamente, não só entre os populares em geral, mas também no âmbito das Forças Armadas, conforme discorre João de Paula Couto (1999, p.31):

A pressão para realização desse plebiscito foi enorme, com amplo recurso a eficientes instrumentos psicológicos. Tal pressão foi decisiva por ser exercida pelo governo, com grande influência sobre os meios de comunicação social. O próprio Comandante do III Exército, depois Ministro do Exército, escolhido por Jango entre os oficiais gerais que o apoiavam, pressionou os comandos subordinados para que transmitissem a seus oficiais a necessidade imperiosa do plebiscito, pois do contrário, segundo ele, o Exército se veria impossibilitado de manter a ordem, face à incontrolável revolta das populações.

A vitória do presidencialismo no plebiscito possibilitou a reconquista integral dos poderes por parte de Jango, viabilizando a luta pela implantação das reformas de base, tidas como o caminho para o desenvolvimento e progresso do país.

A *reforma agrária*, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A *reforma urbana*, para planejar e regular o crescimento das cidades. A *reforma bancária*, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A *reforma tributária*, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A *reforma eleitoral*, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A *reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A *reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais (REIS, 2000, p.13).

Na composição dos Ministérios, João Goulart escolheu pessoas extremamente competentes, reunindo o que tinha de melhor no país para comandar as áreas, passando certa confiabilidade ao governo; dentre os nomes, estavam: Celso Furtado (Ministério do Planejamento), San Tiago Dantas (Ministério da Fazenda) e Almino Afonso (Ministério do Trabalho). Como resultado, importantes vitórias foram alcançadas, com destaque para a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (CARNEIRO, 2011).

A inquietação social, fruto das constantes reivindicações de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, posseiros e membros das forças armadas, fez com que João Goulart apresentasse respostas concretas às demandas desses grupos, ao invés de contorná-las, como já era de praxe. Para tanto, divulgou um Plano Trienal,

elaborado por Celso Furtado, Ministro do Planejamento, mobilizando várias forças sociais em torno de diversas reformas institucionais direcionadas a solucionar os problemas estruturais do Brasil. Dentre as diversas medidas, do ponto de vista econômico, estavam a renegociação da dívida externa, o aumento das receitas e, concomitantemente, a redução das despesas públicas, bem como a continuação da política de desenvolvimento do país, colocando em prática as reformas de base, com o auxílio de recursos captados no exterior (REIS, 2014).

A situação era de muito otimismo e a implementação das reformas estava bem encaminhada, até esbarrar na ausência de apoio dos sindicatos, empresários e oposição. De um lado, os operários não admitiam, em hipótese alguma, qualquer tratativa relacionada à possibilidade de redução salarial; do outro, a oposição agia contra as possibilidades de sucesso da gestão governamental, barrando as reformas no Congresso, mirando espaço e oportunidade para colocar em prática o golpe. Esse ambiente desfavorável, de ausência de confiança nas mudanças propostas pelo governo, somado ao aumento da inflação e à indisciplina de João Goulart no tocante ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Trienal, resultou o insucesso do referido plano econômico, que logo foi abandonado pelo Presidente (VILLA, 2004).

A intenção de João Goulart em viabilizar o desenvolvimento do país era nítida, entretanto a atuação nos bastidores dos EUA, em conjunto com a direita conservadora e os militares, obstaculizou os avanços programados pelo Governo, especialmente no que diz respeito à implantação das reformas. Um dos grandes exemplos disso foi a tentativa frustrada de implantação da reforma agrária, a qual, mesmo tendo ampla relevância social, já que promoveria a redução da miséria e da pobreza no campo, por várias vezes foi barrada no Congresso Nacional que, composto em grande parte por latifundiários, entendiam a iniciativa do Governo como um desrespeito ao direito de propriedade.

O cenário político, que já não estava bom, tornou-se ainda mais tenso em 12 de maio de 1963, quando aproximadamente mil militares graduados reuniram-se no Estado da Guanabara para discutir a situação dos cabos, suboficiais e sargentos que haviam concorrido, no pleito de outubro de 1962, a cargos no legislativo federal, estadual e municipal e, mesmo eleitos, foram impedidos de assumir seus mandatos pelos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em razão da existência de uma vedação constitucional para os militares da ativa. Entretanto, em entendimento diverso, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara,

empossou como Deputado Federal, no dia 1º de fevereiro de 1963, o sargento Antônio Garcia Filho. Esse tratamento diferenciado, somado ao fato de que a vedação não era tão clara, levou a situação ao exame do Supremo Tribunal Federal que, no dia 11 de setembro de 1963, manteve a tese de inelegibilidade de sargentos, suboficiais e cabos. A decisão causou revolta entre os suboficiais que, em protesto, tomaram vários prédios públicos em Brasília, inclusive o do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, deixando a capital incomunicável com o resto do país. A manifestação foi debelada pelo Exército aproximadamente doze horas depois de seu início, resultando em punições disciplinares e prisão de vários participantes (FERREIRA, 2015).

Em 13 de março de 1964, num manifesto em favor das reformas de base, Goulart conseguiu reunir no comício mais de 200 mil pessoas entre a estação ferroviária da Central do Brasil e o Quartel General do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo após uma tentativa de boicote orquestrada por Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, o qual decretou feriado, retirando os ônibus das ruas, numa nítida tentativa de dificultar a ida das pessoas ao evento. Na oportunidade, Jango assinou decretos desapropriando refinarias, mantendo congelados os preços de alugueis e efetivando a desapropriação de terras improdutivas situadas nas margens de rodovias federais, abrindo caminho para a reforma agrária (NAPOLITANO, 2014).

No que diz respeito aos acontecimentos do dia 13 de março de 1964, detalha Gil Cordeiro Dias Ferreira (2015, p.66):

No evento, Jango assinou dois decretos, um de desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás e outro em favor da SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária - declarando sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das mesmas. O presidente anunciou também estar em curso a reforma urbana, em que os proprietários poderiam perder seus imóveis para os inquilinos - e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas.

Em resposta à grandiosa manifestação em favor das reformas, no dia 19 de março, opositores do governo organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, lotando as ruas do Centro de São Paulo com 500 mil pessoas, reunindo nas ruas lideranças civis e religiosas, donas de casa, empresários e parte da burguesia, todos contra o comunismo e as reformas propostas pelo governo.

Segundo Gullar (2014), os acontecimentos locais eram todos relatados a Washington pelo embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, já que o governo americano temia o fortalecimento do Governo Goulart, resultando um possível regime comunista. Essa preocupação também foi repassada pela autoridade americana aos chefes militares, os quais, compartilhando do mesmo temor, intensificaram a conspiração contra o Governo de Jango.

Como se não bastassem os problemas relacionados com a economia brasileira e com a oposição, em 25 de março de 1964, João Goulart se deparou com um outro grande infortúnio: A revolta dos marinheiros. O que deveria ser uma simples assembleia da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a prisão de quatro dirigentes da entidade por se manifestarem contrários a rigidez das normas disciplinares que recaiam sobre os praças nos navios, tornou-se uma manifestação política de grandes proporções (TAVARES, 2014).

Ciente do evento, a Marinha cercou o prédio do sindicato e deu voz de prisão a todos que estavam lá, impedindo qualquer pessoa de sair. No dia seguinte, o Presidente da Associação, José Anselmo dos Santos, fez um discurso emotivo para os marinheiros que cercavam o prédio, conquistando o apoio dos companheiros que, em sinal de respeito à luta dos manifestantes, largaram as armas e munições no chão. Após muita negociação, os marinheiros, aos poucos, foram liberados e o presidente da associação levado para uma conversa com o ministro, enquanto um clima tenso pairava nas unidades navais (SOUZA, 1997).

Apesar do grave acontecimento, Jango, considerando a causa legítima e por ser avesso a castigos, interviu em favor dos marinheiros, não permitindo que fossem punidos. A sua interferência gerou um grave estremecimento nas relações entre o governo e os oficiais de alta patente da Marinha, já que estes alegavam que o ato do Presidente da República constituía um incentivo à quebra da hierarquia militar. Tal fato motivou uma série de manifestos contra João Goulart, abrindo espaço e criando um ambiente favorável à ação dos conspiradores.

Em 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais, sediadas em Juiz de Fora, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, seguiram para o Rio de Janeiro com a finalidade de derrubar João Goulart. Revela Gaspari (2002) que o governo norte-americano, secretamente, deu amplo apoio logístico à operação que desencadearia a tomada do poder, enviando uma esquadra composta por um porta-

aviões, seis contratorpedeiros, um porta-helicóptero, um posto de comando aerotransportado e quatro navios petroleiros, contendo 553 mil barris de combustível, resguardando-se de uma possível reação mais severa por parte dos militares que apoiavam o Presidente João Goulart. Essa operação, altamente secreta, de apoio militar dos EUA às forças golpistas, denominada Operação Brother Sam, já estava sendo planejada há algum tempo pelo embaixador americano, Lincoln Gordon, e, apesar do custo elevado de 20 milhões de dólares, não houve necessidade de utilização de armas, frente à ausência de resistência do governo deposto (TAVARES, 2014).

No dia 1º de abril, Jango tomou conhecimento do avanço das forças golpistas por todo o país enquanto viajava de Brasília para Porto Alegre, no entanto, absteve-se de qualquer reação e partiu para sua propriedade rural em São Borja, tendo, em seguida, se exilado no Uruguai (D'ARAÚJO, 1994).

Durante a viagem de Jango, mesmo este ainda estando em território brasileiro, o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de Presidente da República, assumindo Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara Federal. Ao saber dessa articulação, Brizola ainda tentou reagir, buscando apoio das tropas e da população do Rio Grande do Sul, entretanto não obteve o mesmo êxito de 1961. Sem alternativa, Brizola buscou exilar-se no Uruguai, a exemplo de João Goulart, marcando o fim da era Jango e o início de um regime autoritário no Brasil.

Os Estados Unidos foram o grande protagonista no que diz respeito à queda do Governo Jango. A interferência norte-americana nos assuntos do país, além de desrespeitar de forma flagrante a soberania interna, impediu que o Presidente governasse, fazendo nascer um cenário político tenso, propício à ascensão dos militares ao poder. A nação norte-americana financiou políticos da direita, comprou a imprensa e custeou entidades conspiratórias, atribuindo-lhes o importante papel de investigar e de disseminar inverdades contra o Governo (AMORIM, 2015).

As dificuldades enfrentadas por João Goulart no governo são bem retratadas pelo professor José Antônio Segatto (2014, p. 45). Vejamos:

O governo Jango, acossado pela direita e pela esquerda, viveria o tempo todo na “corda bamba”, sob dois fogos. De um lado, setores dominantes, no mais das vezes conservadores e de direita, aglutinados num complexo de organizações – composto, entre outros, pelos Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Escola Superior de Guerra (ESG), sindicatos e federações de trabalhadores e patronais, Igreja Católica (setores

majoritários), imprensa, embaixada e outras representações norte-americanas – bradavam acusações de incompetência, corrupção, desordem, subversão, anarquia, populismo, exasperando a histeria anticomunista, enraizada no imaginário militar, desde 1935, e nas camadas médias e superiores, radicalizada nos anos sessenta pela guerra fria. Procuravam bloquear qualquer tipo de reforma e/ou de mudança socioeconômica que afetasse seus interesses e negócios, além de empenharem-se em obstaculizar a ampliação dos direitos de cidadania. Passam a usar todos os meios, lícitos ou ilícitos, para desestabilizar o governo.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar do golpe militar só ter ocorrido em 1964, os militares já o arquitetavam bem antes disso e, um bom exemplo disso, foi a criação do IPES em 1961. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva, visava, em tese, reunir empresários, técnicos e militares, ou seja, intelectuais, para, dentro de uma ótica liberal, examinar e recomendar reformas político-econômicas para a nação. Na mesma fachada das boas práticas, empenhava-se em promover a alfabetização de crianças e adultos, contribuindo com doações para este fim, porém, nos bastidores, as citadas ações nada mais eram que um disfarce à real intenção da organização, que era viabilizar a desestruturação do Governo de João Goulart. Para tanto, o Instituto não só financiava manifestações de rua contra o governo, mas também patrocinava candidaturas de deputados e senadores opositores do governo. Além disso, mantinha um serviço de levantamento de informações, o qual infiltrou espiões na administração pública, nos movimentos estudantis, na imprensa e entre as organizações camponesas e de trabalhadores urbanos (FIGUEIREDO, 2005).

As ações da organização de Golbery, acrescenta Tavares (2014), eram discretas e indiretas, consistindo, à primeira vista, na promoção de palestras, seminários, publicações de livros, folhetos e suporte financeiro a programas de rádio, contudo também cuidava de propagar notícias inverídicas contra o governo, gerando matérias negativas nos jornais. Da mesma forma, o referido Instituto, aproveitando-se da existência da obrigação legal de exibição de curtas-metragens sobre “atualidades nacionais” antes da exibição de filmes, elaborou e distribuiu gratuitamente um material cinematográfico que, não só fazia uma contrapropaganda do governo, abordando os problemas pelos quais o Brasil passava, mas que também defendia, difundia e solidificava a ideia de que o comunismo representava uma séria ameaça ao país. Essas ações manipuladoras intencionavam persuadir a população a acreditar que os militares seriam a única salvação para a nação.

Essa atuação crucial da imprensa na efetivação do golpe também é reconhecida, inclusive, por um dos líderes da repressão, o Coronel Ustra, o qual foi categórico ao afirmar que os meios de comunicação propagaram repetidamente a existência de corrupção, desordem e caos administrativo no governo, passando para a população a ideia de que a ordem deveria ser restabelecida no país (USTRA, 2007).

1.2 GOVERNO MILITAR – AS REPERCUSSÕES PÓS-GOLPE

Em 1964, o Brasil se deparou com uma articulação espúria que forçadamente conduziu o Presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzili, à Presidência da República.

Como é cediço, mesmo diante da inexistência de renúncia e com o chefe do Poder Executivo Federal ainda em território nacional, o senador Auro Moura Andrade, contrariando disposição constitucional, declarou a vacância da presidência da República, empossando interinamente o presidente da Câmara Federal, o Deputado Ranieri Mazzili (GASPARI, 2002).

Assevera Reis (2000), que Ranieri Mazzili, apesar de assumir a presidência da República, naquele momento, não era o detentor do poder, mas sim uma junta militar composta por membros de alta patente das três Armas, que se autoproclamara o Comando Supremo da Revolução, sendo eles: o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o general Arthur da Costa e Silva (Exército) e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker (Marinha).

A ditadura trouxe consigo a violência que logo foi posta em prática, utilizada para repelir qualquer espécie de movimento de resistência, culminando com a prisão de várias lideranças. Realizou-se uma verdadeira “Operação Limpeza”, perseguindo-se pessoas ligadas aos setores de esquerda, organizações intersindicais; intervindo em sindicatos trabalhistas, universidades e diretórios acadêmicos.

Na Paraíba, militares sob o comando do Major Cordeiro, na manhã do dia 1º de abril, invadiram a sede da Associação Paraibana de Imprensa (API), causando danos patrimoniais e a prisão de diversas pessoas que lá estavam. A ação repressiva dos militares não se limitou à zona urbana, pelo contrário, teve grande e imediata repercussão no campo, com a desarticulação das Ligas Camponesas. Muitos de seus membros foram presos, torturados e alguns deles perderam suas vidas ou desapareceram, sem deixar vestígios (CITTADINO, 1998).

Corroborando com o que fora exposto, Ramos (2014) afirma que os efeitos desse novo regime chegaram instantaneamente à Paraíba, a exemplo do município de Sapé, onde já havia instalado um batalhão de polícia militar, facilitando a prisão indiscriminada e em massa de vários camponeses e o fechamento de mais de 20 entidades sindicais.

No dia 09 de abril de 1964, o Comando Supremo Revolucionário editou o primeiro Ato Institucional, suspendendo por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade e atribuindo ao governo militar, dentre outras coisas, as prerrogativas de suspender direitos políticos por dez anos, afastar do serviço público aquelas pessoas consideradas possíveis ameaças à segurança nacional e o poder de cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, retirando do Poder Judiciário a possibilidade de análise da legalidade dos atos; vejamos alguns artigos do mencionado ato:

(...)

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

(...);

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1) surpreendeu até mesmo as lideranças civis que agiram para o fim do Governo de João Goulart, uma vez que os militares não só ficaram à frente do Estado, mas tinham um plano de governo. A dita revolução limitou os poderes do Parlamento, restringiu a ação do Judiciário e suspendeu direitos constitucionais basilares, pretendendo facilitar a introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DELGADO, 2009).

No dia 11 de abril de 1964, em conformidade com o que estabeleceria o art. 2º do Ato Institucional nº 1 (AI-1), o Congresso Nacional realizou eleições indiretas para Presidente da República, tendo sido eleito o general Humberto de Alencar Castelo Branco, com 361 votos a favor e 72 abstenções, e para Vice-Presidente foi eleito o deputado federal José Maria Alkmin derrotando o colega Auro de Moura Andrade (NAPOLITANO, 2014).

1.2.1 Castelo Branco – O primeiro Presidente do regime militar

Castelo Branco tomou posse como Presidente da República no dia 15 de abril de 1964, havendo previsão de que apenas concluiria o mandato de Jânio Quadros, iniciado em 31 de janeiro de 1961, ou seja, passaria menos de dois anos no poder; entretanto, contrariando o que fora previamente estabelecido, seu mandato foi prorrogado através de uma emenda constitucional, suspendendo as eleições marcadas para 03 de outubro de 1965. Caía por terra a crença da classe média, políticos e intelectuais de que o governo militar seria provisório. Eles conspiraram contra um governo taxado de subversivo, mas acabaram por colocar no poder um regime antidemocrático, obediente apenas às normas que ele próprio editava, totalmente avesso aos preceitos e garantias constitucionais existentes.

Em 13 de junho de 1964, fruto de um projeto de Lei minuciosamente elaborado pelo general da reserva Golbery do Couto Silva, foi criado o Sistema Nacional de Informações (SNI), um serviço secreto direcionado a formar uma rede de informações para o governo, com autonomia financeira e de ação, abrangendo todo o território brasileiro, com fins de assegurar a segurança nacional (FIGUEIREDO, 2005).

Explica Gaspari (2002) que o Sistema Nacional de Informações, no tocante à autonomia administrativa e financeira, surgiu indestrutível. Para se ter uma ideia, mesmo com uma dotação orçamentária de 200 milhões de cruzeiros, ao contrário do que ocorria com serviços de informações de países como França, Inglaterra e Estados

Unidos, o SNI era isento de prestar contas a qualquer instituição, exceto ao Presidente da República. Possuía um aparato logístico que estava entre os dez melhores do mundo.

Sob o fundamento de adequar os dispositivos constitucionais à ordem revolucionária, o governo militar decreta, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), extinguindo todos os partidos políticos. O Presidente da República ganhou mais autonomia, com a ampliação dos seus poderes. Por outro lado, restringiu-se, ainda mais, os poderes do Judiciário, excluindo de sua apreciação atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução. Sobre a temática, enfatiza e acrescenta Amaral (2011, p.43):

A resposta do governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (o primeiro presidente do regime militar) foi fechar os partidos políticos por meio do Ato Institucional nº 2, substituindo-os por uma legenda oficialista, a Arena, e outra de oposição, o MDB, expurgado e constrangido por ameaças de cassação. O AI-2 também suprimiu as eleições diretas para presidente e governador. Os adversários do governo tinham os direitos políticos cassados ou eram submetidos a comissões militares de inquérito; a censura ganhava corpo e os sindicatos caíam sob intervenção, enquanto uma nova política de combate à inflação impunha o arrocho dos salários.

Explica Villa (2004) que haviam 13 partidos registrados, mas que, por força do art. 18 do Ato Institucional nº 2 (AI-2), todos foram extintos. Posteriormente, com a edição do Ato Complementar nº 4, em novembro de 1965, a criação de partidos foi possibilitada, desde que cada partido contasse, no mínimo, com 120 deputados e 20 senadores. A mencionada exigência forçava a existência de, no máximo, dois partidos no país. Sendo assim, fruto dessa obrigatoriedade, surge um partido de sustentação do governo, denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma espécie de agremiação de oposição consentida ao governo.

No dia 5 de fevereiro de 1966, o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco decretou o Ato Institucional nº 3 (AI-3), estendendo aos governadores e vice-governadores a eleição indireta, o que permitia que tais políticos fossem escolhidos através da maioria absoluta da Assembleia Legislativa. Já os Prefeitos das capitais dos Estados não seriam eleitos por vontade popular, mas nomeados pelos governadores, após aprovação preliminar do nome pela Assembleia Legislativa. Desta forma, a alteração excluiu por completo qualquer possibilidade de participação dos

cidadãos dos grandes centros na escolha dos representantes do poder executivo estadual e municipal.

Após profundas mudanças no campo político, o governo militar reúne numa nova Constituição todos os atos institucionais, leis e decretos surgidos desde o início do regime. Buscando acelerar esse processo legislativo, o Presidente Castelo Branco, através da edição do Ato Institucional nº 4 (AI-4), convocou o Congresso Nacional para, numa sessão extraordinária, dar os encaminhamentos necessários para a aprovação de uma nova Carta Magna. Sobre o contexto da aprovação e as mudanças trazidas pela nova Constituição, descreve Villa (2011, p. 68):

Obedientemente, o Congresso cumpriu as determinações do general presidente. O projeto só chegou no dia 13. Na justificativa, o ministro da Justiça alertava que “a revolução não se fez somente para extirpar da Carta Magna preceitos que, no curso do tempo, se tornaram obsoletos; tinha de inovar e o fez através de Atos e Emendas Constitucionais, com o objetivo de consolidar a democracia e o sistema presidencial de governo”. Ou seja, o ministro legitimava a legislação arbitrária e justificava os atos discricionários do regime militar. Afinal, a Constituição era “um modelo de equilíbrio graças ao espírito liberal e à tolerância de Castelo”.

1.2.2 Governo Costa e Silva – A radicalização da violência estatal

O General Arthur da Costa e Silva, um dos principais articuladores do golpe que retirou o João Goulart do poder, assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1967, trazendo consigo um radicalismo exacerbado, característica marcante de sua personalidade dentro do Exército, apoiada por uma ala das Forças Armadas que defendia uma maior rigidez no combate aos subversivos. Impulsionado pela sua obsessão pela estratégia militar de eliminação do inimigo, o novo Presidente redesenhou o serviço secreto, estabelecendo que as ações do SNI deveriam ir além da simples investigação e levantamento de informações, ou seja, também abarcariam operações policiais e o combate aos que, de alguma forma, representassem ameaça ao regime (FIGUEIREDO, 2005).

Apesar de conseguir implantar uma série de medidas que conduziram o país a um razoável crescimento econômico, com repercussões mais incisivas na indústria e construção civil, a insatisfação popular contida na gestão de Castelo Branco eclodiu no novo governo, gerando uma série de manifestações contra o regime.

A insatisfação popular era tão grande que Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, personagens de destaque no contexto da queda do governo democrático,

uniram-se com João Goulart contra o regime militar, numa aliança denominada Frente Ampla. Irresignados com o autoritarismo do governo, outros setores, como parte da imprensa e da Igreja católica, também passaram a demonstrar seu descontentamento. Esse descontentamento se refletiu, especialmente, na área cultural e artística, representado por nomes importantes como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, entre outros (NAPOLITANO, 2014).

O auge das manifestações contra o regime militar se deu em 1968, quando, em meio a um protesto por melhores condições no Restaurante Central dos Estudantes (Restaurante Calabouço³), na cidade do Rio de Janeiro, um estudante foi assassinado pelos soldados da repressão. O local, além de servir a preço irrisório refeições de boa qualidade aos estudantes de baixa renda, funcionava como ponto de encontro da organização estudantil. Essa movimentação despertou preocupação nos militares que, no sentido de reprimir e acompanhar de perto o que eles consideravam um barril de pólvora, nomearam o general Severino Sombra, para ficar à frente do restaurante, e como auxiliar, um major. Posteriormente, o governo, utilizando-se de uma série de pretextos, demoliu o Calabouço, porém a real intenção era acabar com o movimento estudantil mais radical que de lá se irradiava. Após pressão e inúmeros manifestos dos estudantes, um novo restaurante foi construído, mas entregue inacabado. Diante desse fato, os estudantes organizaram uma série de atos públicos reivindicando a conclusão das obras e, numa dessas ações, Edson Luís de Lima Souto foi assassinado, no dia 28 de março de 1968, com um tiro no coração, desferido à queima roupa por um policial militar. Após a morte do estudante secundarista, os membros do movimento estudantil levaram o corpo da vítima para ser velado na Assembleia Legislativa. A morte do estudante Edson Luís comoveu milhares de pessoas e levou uma multidão às ruas contra a ditadura. Tratar-se-ia da primeira manifestação em massa contra o regime militar e o embrião da Passeata dos Cem Mil, que posteriormente aconteceria⁴.

Relata Bernardo Joffily que os conflitos entre os estudantes e agentes da repressão tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos. Em 21 de junho de 1968, após dois dias de intenso conflito, os estudantes, mais uma vez, saíram às ruas para

³ A princípio o Calabouço (Calabouço Velho) era um centro de apoio ao estudante carente, ligado ao Ministério da Educação, criado no Governo de Getúlio Vargas, que englobava, além do restaurante, uma policlínica e pequenos pontos de prestação de serviços diversos.

⁴ Juca Badaró. **Calabouço – Um tiro no coração do Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZNRxpfUMwQw>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

reivindicar mais investimentos em educação, entretanto, ao passarem próximo à embaixada dos EUA, alguns dos participantes atiraram pedras no órgão, havendo revide com tiros por parte de alguns seguranças. A cavalaria e os batalhões de choque surgiram para enfrentar os populares e estudantes, mas foram recebidos por inúmeros objetos jogados do alto dos edifícios. Os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passaram a atirar contra os participantes e, como resultado do conflito, quatro pessoas foram mortas, vinte e três baleadas, dezenas de pessoas ficaram feridas e outras foram presas; ficando o episódio conhecido como Sexta-Feira Sangrenta (GARIBALDI, 2013).

No dia 26 de junho de 1968, os estudantes, com o apoio de vários setores da sociedade civil, como professores, artistas, intelectuais, jornalistas, advogados e membros da Igreja Católica, voltaram às ruas para protestar contra a repressão policial e exigir a soltura dos cidadãos presos no embate anterior. O ato público, realizado no Rio de Janeiro, durou cerca de dez horas e reuniu mais de 100 mil pessoas, não havendo qualquer entrevero durante o evento. Apesar da passeata dos Cem Mil ter sido um ato pacífico, em julho de 1968, o Governo Federal proibiu de forma expressa qualquer tipo de ato do gênero; contudo, o movimento estudantil, sem titubear, decidiu enfrentar a ditadura.

Em outubro, mesmo diante da proibição, a União Nacional dos Estudantes (UNE), clandestinamente, realizou o seu 30º Congresso em um sítio, na cidade de Ibiúna (SP), reunindo, aproximadamente, 1200 pessoas, porém o evento foi descoberto pelo governo e 920 pessoas acabaram presas (NAPOLITANO, 2014). Com mais detalhes, descreve Gaspari (2002, p. 325):

Ibiúna terminou como era de supor. A polícia sabia o local, dia e hora da reunião. Cercou-a com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus. O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial que se transformou em mola para jogar na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna.

A radicalização da violência estatal para com os grupos opositores do regime se torna ainda mais crescente e sistemática, dando início a dimensão mais agressiva

do regime militar; fazendo o país mergulhar num dos períodos mais terríveis de sua história.

Sob os mesmos fundamentos de garantir a ordem e segurança nacional, impedir a ação de subversivos e continuidade do processo revolucionário, o Presidente Costa e Silva decretou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), atribuindo ao chefe do Executivo federal o poder de cassar mandatos políticos federais, estaduais, municipais e suspender direitos políticos de qualquer cidadão, sem ter que observar as limitações constitucionais previstas; “demitir, remover ou aposentar ou pôr em disponibilidade” os que, constitucionalmente, tinham direito à vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, já que estas garantias constitucionais, da mesma forma que o *habeas corpus* no caso de crimes políticos, foram suspensas pelo referido ato; conforme lembra Villa (2011, p. 71):

Pelo AI-5, o Executivo federal poderia também suspender os direitos políticos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. A suspensão dos direitos políticos dava ao governo o poder de “aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança: a – liberdade vigiada; b – proibição de frequentar determinados lugares; c – domicílio determinado”. Estavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (art. 6.º). O § 1.º concedia ao presidente o direito de “demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo”. De acordo com o artigo 10, “fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. Claro, como de hábito, estavam excluídos de apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o ato institucional e seus atos complementares (art. 12).

O ano de 1968 é notadamente um ano marcado por atos de violência. Lembra Alexandre (2009), que foram 85 denúncias de tortura, atentados, assaltos a banco, greves sindicais, declaração de estado de sítio, muitas prisões no Congresso da UNE e morte de manifestantes.

Diante da repressão exercida pelo governo, algumas organizações de esquerda optaram pelo enfrentamento através da luta armada, entretanto apresentando visões diversas sobre os aspectos que levariam ao fim da ditadura.

A Aliança Libertadora Nacional (ALN), que tinha como um dos principais militantes Carlos Marighella, acreditava que a guerrilha urbana era o caminho para o fim da ditadura. Já para Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização liderada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, o regime ditatorial só teria um fim a partir do foquismo revolucionário. De forma diversa, o Partido Comunista do

Brasil (PCdoB) entendia que esse fim, bem como a edificação de uma sociedade comunista, só seria viabilizado a partir da guerrilha rural (BRANDO, 2015).

Em resposta a esta ação armada dos grupos de esquerda, o Estado refina e profissionaliza seu aparelho repressor, criando, em 27 de junho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN) com a finalidade de “identificar, localizar e capturar” membros da resistência, bem como eliminar ou anular as organizações. Em razão do êxito, o que antes estava restrito apenas ao Estado de São Paulo, foi disseminado aos demais Estados, dando origem ao DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército) (USTRA, 2007).

Segundo Gustavo Moraes Rego Reis, general-de-brigada e ex-assessor do Presidente Geisel, a OBAN era uma mistura de entidade policial e militar, sustentada por recursos oriundos do governo e de empresários, que, com plena liberdade de ação, estava incumbida de acabar a oposição armada (D'ARAÚJO, 1994).

No ano seguinte, em razão de uma doença grave, o Presidente Costa e Silva deixou o poder, assumindo em seu lugar uma Junta Militar, composta por Augusto Rademaker (Marinha), Lyra Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Melo (Aeronáutica), que governou o país de 31 de agosto até 30 de outubro de 1969, quando foi eleito o novo Presidente, o General Emílio Garrastazu Médici (FERREIRA, 2015).

1.2.3 Governo Médici – A repressão como instrumento sistêmico

Em 23 de outubro de 1969, o Congresso Nacional reabriu e, com 293 votos a favor e 79 abstenções, ratificou o nome do General Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), para Presidente da República.

Em seu discurso de posse, o novo Presidente deixou claro que sabia que um regime democrático era o desejo da nação brasileira, fundado no pluripartidarismo e no respeito aos direitos aos direitos fundamentais.

(...)

36. Homem da lei, sinto que a plenitude do régimen democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

(...)⁵

Todavia a mensagem proferida no 07 de outubro de 1969, antes de sua posse, foi mais bem condizente com o governo que estaria por vir, já dando sinais da violência e repressão que recairia sobre aqueles que ousassem se insurgir contra o regime militar vigente.

(...)

Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.

(...)⁶

Atenta Amaral (2011), que no dia 31 de março de 1970, seis anos após o golpe militar, essa mensagem se tornou ainda mais límpida, explicitando, sem rodeios, que a repressão aos “criminosos do terror” seria completamente intolerante e impiedosa.

O governo Médici traz consigo a censura prévia, materializada por meio do Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, utilizando como subterfúgio a defesa da moral e os bons costumes. O referido decreto estabeleceu uma censura preliminar a todos os meios de comunicação, alcançando os espetáculos públicos, as programações de rádio e televisão e, inclusive, a venda e a exposição de livros e periódicos, os quais dependiam da análise antecipada do Departamento de Polícia Federal.

Alguns veículos de comunicação passaram a ter suas atividades acompanhadas por censores que lá se instalavam permanentemente; todavia, quando essa vigilância interna não estava presente, os conteúdos a serem publicados deveriam passar pelo crivo do Departamento de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal.

O cenário repleto de tarjas e vazios, impostos pela censura governista, é, mesmo que em poucas palavras, precisamente descrito pela professora Lucileide Costa Cardoso (2012, p. 15) da seguinte forma:

⁵ Discurso de posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

⁶ Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici, lida no rádio e na televisão, em 7 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/EAP/impresso/pronunciamento-do-general-garrastazu-medici-em-7-de-outubro-de-1969>> Acesso em: 03 abr. 2016.

Essa repressão alcançou ainda outro nível, que foi o emprego da censura, tentando ocultar da sociedade a natureza do regime, bem como os focos de oposição ao estado de coisas implantadas no país. Ao mesmo tempo em que vigorava a censura, a sociedade foi bombardeada com uma avalanche de propagandas sobre os feitos do regime, tendo como suporte um discurso oficial que pretendia ser a verdadeira “leitura” da realidade.

Todas as formas de manifestação do pensamento foram vítimas do rigor da censura. Notícias de jornais, revistas, partes de livros, peças teatrais, cenas de filmes foram extirpadas, mutiladas e vetadas, muitas vezes sem qualquer razão para tal. A ideia era evitar que as verdades contrárias à imagem do governo militar fossem divulgadas, acobertando, pois, os crimes cometidos pelo regime.

O governo tinha conseguido vencer todos os seus opositores. Mesmo com a censura, sabia-se da existência das torturas, mas eram omitidos os nomes dos torturados e torturadores. As autoridades sempre negavam. Um bom (e triste) exemplo é do governador Abreu Sodré. Sob sua responsabilidade, o Dops paulista, vinculado à Secretaria de Segurança Pública, durante seu mandato, torturou e assassinou militantes das organizações de esquerda (VILLA, 2014, p. 93).

Se por um lado o governo Médici insistia em esconder os erros, excessos e críticas, do outro ele investia alto em propaganda exaltando o patriotismo, com suporte em *slogans* tendenciosos, associando-o com o apoio ao governo militar, numa clara tentativa de manipular as massas, conforme expõe Luiz Fernando Figueiredo Ramos (2011, p. 120):

Neste sentido, propagandas que exaltam o nacionalismo tem um papel fundamental, *slogans* como “Brasil ame-o ou deixe-o” e “esse é um país que vai pra frente” foram utilizados como parte da estratégia psicossocial da ditadura. Com relação à repressão física, é o uso do terrorismo de Estado a fim intimidar os “inimigos internos”, é a partir daí que o Estado de Segurança Nacional faz uso sistemático dos órgãos de segurança e informações que farão o policiamento político da sociedade, e que serão responsáveis em grande medida por prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimento forçado de pessoas.

O governo Médici calou a imprensa e as manifestações artísticas e culturais, privando a população da verdade e do direito de protestar e, apesar do destaque que a censura ganhou, muitas outras formas de violência foram praticadas, principalmente contra os membros da resistência armada. Muitos militantes de organizações de esquerda foram mortos em combate com os agentes da repressão; aos sobreviventes, restaram a prisão ou o banimento do país. Dois grandes revezes do movimento de

resistência foram os assassinatos de Carlos Marighella, em 04 de novembro de 1969, e de Carlos Lamarca, em 17 de setembro de 1971.

O tolhimento das liberdades ocasionado pelo AI-5 agiu como mola propulsora para a intensificação dos embates armados, uma vez que, sem perspectivas do fim das restrições, não restara outra alternativa aos grupos de resistência. A guerrilha, especialmente entre 1969 e 1972, conseguiu vários êxitos em expropriações de armas e de fundos, ataques a quartéis, sequestros de embaixadores, cercos e fugas; entretanto, esse momento de conquistas não durou muito tempo, pois logo os revolucionários foram caçados, presos, mortos ou banidos do país (REIS, 2000).

A partir de 1967, sustenta Villa (2014) que o Partido Comunista do Brasil (PC do B), seguindo o modelo revolucionário chinês, começou a enviar militantes à região pouco povoada do Sul do Pará, na região do Rio Araguaia, com a intenção de, aos poucos, conquistar a aceitação da população local e, conseqüentemente, apoio para a guerrilha. Em 1972, enquanto ainda contava com 69 membros, armas insuficientes e o trabalho de conscientização política incompleto, os militantes foram descobertos pelo Exército e quase todos foram exterminados⁷.

Convém ressaltar que o governo Médici não só ficou amplamente conhecido pelo “Milagre Econômico” e pela construção de obras faraônicas às custas de empréstimos internacionais, mas também em razão dos inúmeros casos de torturas, exílio e cassações que mancharam a história do país interna e externamente. O general Emílio Garrastazu Médici deixou a presidência do Brasil em 1974, com o maior índice de mortos e desaparecidos políticos da história, sendo o responsável pelo período mais sombrio do regime militar brasileiro.

No dia 15 de janeiro de 1974, numa disputa entre o general Ernesto Geisel, representante da ARENA, e Ulysses Guimarães, membro do Movimento Democrático

⁷ As Forças Armadas mantiveram sigilo acerca das operações realizadas na região do Araguaia, não informando, inclusive, o paradeiro dos corpos dos militantes mortos durante o conflito. O silêncio do Estado fez com que familiares de 25 desaparecidos ingressassem com uma ação judicial, objetivando esclarecimentos sobre os restos mortais das vítimas; entretanto, diante da inércia do Poder Judiciário, que, mesmo após 13 anos não se pronunciara sobre o caso, a demanda foi levada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Ciente do problema, a comissão impôs uma série de obrigações, dentre as quais estavam a abertura dos arquivos das Forças Armadas, a entrega dos restos mortais aos familiares dos desaparecidos, o pagamento de reparação pecuniária e a punição dos responsáveis pelas mortes. Mesmo diante das referidas recomendações, o Estado brasileiro não tomou qualquer medida para implementá-las, fato este que motivou a sua condenação perante Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo desaparecimento forçado e violação dos direitos das 62 pessoas desaparecidas (SOUSA, 2011).

Brasileiro (MDB) e um dos mais importantes líderes da oposição, o Congresso Nacional elegeu o militar com 400 votos contra 67.

1.2.4 Governo Geisel – O primeiro passo para a redemocratização

O general Ernesto Beckmann Geisel assumia como Presidente trazendo consigo a esperança de construção de um caminho de transição à democracia, já que sustentava a promessa de uma transição democrática “lenta, gradual e segura”. Segundo Villa (2014), essa promessa foi ratificada na primeira reunião ministerial, ainda em março de 1974, quando Geisel afiançou “sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático”.

Logo no mês seguinte, a palavra do Presidente começaria a ser colocada à prova diante do término do prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros adversários políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), entre eles Jânio Quadros e Juscelino Kubistchek.

Ainda no sentido de garantir, gradativamente, a abertura política, o governo reduziu a censura imposta pelo AI-5, permitindo, na eleição de 1974 para Câmara e Senado, a realização igualitária de propaganda eleitoral na televisão e na rádio. Todavia, contrariando as expectativas do governo, a vitória dos candidatos do MDB nos principais estados foi esmagadora, permitindo que a bancada de oposição ao governo militar crescesse consideravelmente; conforme destaca Marco Antônio Villa (2014, p. 110):

A oposição venceu as eleições para o Senado em dezesseis estados. A Arena venceu em seis, em um dos quais, o Maranhão, não havia candidato do MDB. Nesse estado, o senador arenista eleito teve 295 mil votos; os votos brancos e nulos foram 170 mil e a abstenção foi de 209 mil eleitores.

Em São Paulo, Orestes Quércia, que tinha sido deputado estadual e prefeito de Campinas, venceu surpreendentemente Carvalho Pinto, que concorria à reeleição e já tinha sido governador do estado. Quércia recebeu 4,6 milhões de votos e o candidato arenista, 1,6 milhão.

No Rio Grande do Sul, Paulo Brossard obteve 1,3 milhão de votos e seu opositor, apenas 897 mil. Havia quatro anos, a Arena tinha conseguido preencher as duas cadeiras. Dos nove estados do Nordeste, o MDB venceu em quatro – em 1970 tinha perdido em todos os estados. Nas regiões Sul e Sudeste, venceu em todos os estados.

O MDB passou a ter maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre) e, de acordo com a Constituição, com as eleições indiretas, em 1978, elegeria os governadores desses estados. E a regra não poderia ser alterada pelo Congresso, ao sabor dos interesses do regime, pois o MDB tinha mais de um terço dos parlamentares, impossibilitando, portanto, obter o quórum constitucional.

O resultado poderia ter sido ainda pior para a Arena. A renovação foi de apenas um terço das cadeiras do Senado. Se a tendência se mantivesse em 1978, o governo perderia a maioria no Senado. E correria sérios riscos na Câmara dos Deputados.

A despeito das promessas de diálogo e dos sinais que indicavam uma possível abertura política, os velhos e nada democráticos costumes de torturar e reprimir continuavam usuais na gestão de Geisel, apesar do esforço governista em tentar negar e desmentir as ocorrências. Duas grandes provas disso foram as mortes do jornalista Vladimir Herzog, no final 1975, e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, no início de 1976, ambas em razão de torturas nas dependências do DOI/CODI, em São Paulo. Buscando minimizar a tensão surgida em razão das mortes, o Presidente Geisel, indo de encontro à linha dura que ainda mandava nos porões da repressão, demitiu o responsável pelas atividades do Departamento, o general Ednardo D'Ávila Melo, chefe do II Exército (REZENDE, 2013).

Em ambos os casos os crimes foram camuflados sob a forma de suicídio; Herzog foi encontrado, quase de joelhos, com um cinto em volta do pescoço; enquanto que Manoel Fiel Filho, supostamente, havia se enforcado com as próprias meias. As condições em que os corpos foram encontrados, somadas às marcas de espancamento e sinais de tortura, afastavam a lógica e a tese sustentada pelos militares para explicar as mortes.

Relata Marise Egger-Moellward, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, enquanto estava detida no DOI-CODI em 1975, ouviu vários gritos de um homem sendo torturado, que, no dia seguinte, ficou sabendo que se tratava de Vladimir Herzog, que fora brutalizado até a morte (MERLINO, 2010).

Sobre as práticas de tortura e as mortes de Herzog e de Fiel Filho, respondeu em entrevista o ex-Presidente Ernesto Geisel, em momento posterior ao período militar:

Eu acho que houve. Não todo o tempo. Uma das coisas que contavam do Frota era que ele, quando comandou o Exército no Rio, impediu a tortura. Lá lá, visitava a área onde estavam os presos e impedia a tortura. Acredito. Mas já outros... Por exemplo, um caso que aconteceu no meu governo – mais tarde vamos voltar a isso – foi o problema de São Paulo, do jornalista Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Houve ali a omissão do comandante, do general Ednardo. O que acontecia? Ele ia passear no fim de semana, fazendo vida social, e os subordinados dele, majores, faziam o que bem queriam. Quer dizer, ele não torturava, mas, por omissão, dava margem à tortura. Várias vezes eu tinha advertido o Ednardo, de maneira que, quando ocorreu

o segundo enforcamento, não tive dúvidas e o demiti. Ele não estava comandando! (CASTRO, 1997, p. 276).

Vladimir Herzog, respeitado jornalista, havia comparecido voluntariamente ao DOI-Codi e mesmo assim, foi torturado e brutalmente assassinado nas dependências do órgão. Este fato causou grande indignação, motivando a primeira manifestação pública de descontentamento com o regime militar desde a passeata de 1968, reunindo, aproximadamente, 8 mil pessoas em um culto ecumênico na Catedral da Sé, celebrado por Dom Paulo Evaristo, pelo pastor Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, tendo em vista que Herzog era judeu (AMARAL, 2011).

Ressalta Napolitano (2014) que as mortes de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho no DOI-Codi de São Paulo teriam sido um movimento da linha dura contra o plano de abertura política proposto pelo Presidente Geisel, já iniciado com o reconhecimento das eleições para Câmara e Senado e com a redução da censura.

O próprio Geisel não era contra a tortura, inclusive, achava que em certos casos, para obter confissões, era necessária; contudo, segundo ele, deveria ser realizada com discrição, a exemplo do que fazia o serviço de informação e contrainformação inglês, mas no caso de Herzog e Manoel Fiel Filho, foi feita sem cautela, em razão da inexperiência dos agentes brasileiros (CASTRO, 1997).

Em 1976, contrariando as promessas de distensão política, o governo fez uso das prerrogativas constantes no Ato Institucional nº 5 para cassar o mandato de cinco parlamentares do MDB. Sobre o fato, explicou o ex-Presidente Geisel:

(...) É evidente que se eu não agisse contra a oposição com determinadas formas de repressão, inclusive com a cassação, eu perderia terreno junto a área militar. Sobretudo na área mais exacerbada da linha dura. Era preciso de vez em quando dar um pouco de pasto às feras. Não pensem que sou maquiavélico, mas vamos analisar a realidade. Eu não podia dar-lhes argumentos contra mim: "O senhor está sendo tolerante, está sendo ridicularizado, está sendo desmoralizado pela oposição". Não podia deixar que chegássemos a isto.

(...)

A cassação tinha suas vantagens, no sentido de arrefecer o ímpeto da oposição, que passava a ter receio das consequências se continuasse no mesmo estilo, e de arrefecer a pressão da área militar. Passei todo o meu governo nesse jogo. Foi isso que levou à demora da solução final, de acabar com o AI- 5. Enquanto a oposição se mostrava agressiva, não era possível aliviar e satisfazê-la. Eu não podia me afastar dos militares, que, a despeito da cooperação da Arena, eram os principais sustentáculos do governo revolucionário (CASTRO, 1997, p. 471).

No mesmo ano, surgiram outras medidas que iam de encontro ao processo de abertura política, dentre elas a promulgação da Lei nº 6.339 (Lei Falcão). A referida norma legal impedia qualquer fala dos candidatos durante o horário eleitoral, permitindo divulgar apenas o currículo, o número de registro e a fotografia tamanho 3x4 do candidato, bem como informações básicas sobre comícios. As alterações visavam impedir uma empatia do discurso dos candidatos com o pensamento dos eleitores, evitando surpresas para o regime militar, assim como ocorreu na eleição de 1974.

As alterações feitas pelo governo repercutiram nos resultados das urnas nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976, onde a ARENA conseguiu um resultado bastante expressivo, elegendo 3.176 prefeitos, enquanto que o MDB elegeu apenas 614 (USTRA, 2007).

Em 1977, não tendo número constitucional suficiente de representantes para aprovar as reformas que queria, especialmente a reforma do judiciário, o governo, novamente, fez uso das prerrogativas do Ato Institucional nº 5, fechando o Congresso Nacional no dia 1º de abril. Tal manobra lhe conferiu poderes para editar as Emendas Constitucionais nº 7 (reforma do Judiciário) e nº 8, bem como vários decretos. Esse conjunto de propostas de reformas ficou conhecido como “pacote de abril” e tinha a intenção de impedir que a oposição conquistasse a maioria do Congresso nas eleições de 1978, conforme explica Marcos Napolitano (2014, p. 230):

Em resumo, os “pacotes de abril” instituíam a eleição indireta para um terço do Senado (cujos membros eram indicados por um colégio eleitoral estadual de maioria governista), mantinham as eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos (onde a Arena era mais bem votada), sacramentavam as restrições à propaganda eleitoral e alteravam o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da Câmara para maioria simples. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos, valendo a partir do sucessor de Geisel. Para pavimentar o caminho da institucionalização, o governo utilizava um verdadeiro trator. O recado era direto. A condição para a liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo.

No fim do seu governo, mais precisamente em 31 de dezembro de 1978, o Presidente Ernesto Geisel deu um grande passo no processo de redemocratização do país ao revogar o AI-5 e o Decreto-lei nº 477/1969, restabelecendo o *habeas corpus* para crimes políticos e outras garantias fundamentais, como a liberdade de imprensa. Além disso, escolheu para sucedê-lo na presidência da República alguém

comprometido com o projeto de redemocratização do Brasil, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

1.2.5 Governo Figueiredo – A democracia bate na porta.

Em 1978, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo concorreu para a presidência do Brasil com outro general, Euler Bentes Monteiro, representante do MDB, e saiu vitorioso, sendo eleito pelo Colégio Eleitoral, com 355 votos.

No seu discurso de posse, o novo presidente falou em liberdade, enfatizou o seu propósito de redemocratização do país e do seu interesse em garantir aos cidadãos o integral gozo de direitos constitucionais⁸. O discurso, de certa forma, antecipava o interesse do novo governante em dar continuidade ao processo de abertura política.

Diante da pressão social e, segundo alguns autores, como estratégia para dividir a oposição, antes reunida apenas no MDB, no final de 1979 o governo militar extingue o bipartidarismo instaurado, dando lugar ao pluripartidarismo. Esse novo cenário de divisão da oposição, através de vários partidos, favoreceu a promessa do regime autoritário de uma abertura “lenta, gradual e segura”, fragilizando a força da resistência política, antes concentrada em um só partido (GOULART, 2014). No ano seguinte, como consequência dessa alteração, surgem o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB, o Partido Democrático Social (PDS), que teve origem no ARENA, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda em 1979, o Projeto de Lei nº 14, que tratava da anistia, foi objeto de várias discussões na Câmara, recebendo, inclusive, 302 emendas. Buscando minimizar o conflito, resguardando os interesses dos militares, o Deputado Satyro de Souza, do partido da base governista (ARENA), apresentou alterações que ampliavam o alcance da anistia, contudo mantinha o perdão por crimes conexos e a exclusão dos condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado à pessoa. Após intenso debate, o projeto teve a sua aprovação com 206 votos, contra 201; após a sua

⁸ Discurso de posse do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 15 de março de 1979. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1979/9.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

promulgação, nasce a Lei nº 6.683/1979 (Lei de Anistia), grande marco da transição democrática que se estendeu até 1988. Lembra Grimaldo Zachariadhes (2009, p. 257):

A partir da Lei de Anistia, das reduções e readequações das penas com base na nova Lei de Segurança Nacional e das concessões de liberdade condicional a presos políticos, a grande maioria dos exilados pôde voltar, os presos políticos saíram das prisões, os cassados readquiriram direitos políticos, centenas de militantes saíram da clandestinidade. Após a aprovação da Lei e do avanço no processo de liberalização, o tema se manteve na pauta política, em grande parte pela ação dos que denunciaram a anistia como incompleta e continuaram a luta nos movimentos de anistia, de direitos humanos e em organizações que os continuam ou sucedem.

Aos poucos, o regime militar punha fim às restrições da repressão, solidificando e aprofundando a abertura. A anistia e o iminente retorno dos exilados, inflamava o ódio da linha dura, acarretando muitos atentados terroristas por parte dos radicais da direita. Um exemplo desse sentimento de indignação e revolta está bem representado nas palavras de um dos algozes do regime militar, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (2007, p.444):

A anistia beneficiou, além de 130 banidos (exilados – trocados pelas vidas de membros do corpo diplomático sequestrados por terroristas – 4.522 que se auto-exilaram, para escaparem de processos por subversão. Além desses, também foram beneficiados por ela 52 outras pessoas que estavam presas, dais quais 17 libertadas imediatamente e 35 depois de uma análise mais detalhada de seus processos.

(...)

A anistia, claramente, tornou-se uma via de mão-única, em direção às esquerdas e aos esquerdistas vencidos na luta ideológica.

Não se tornou conquista do povo brasileiro, como sonharam os seus formuladores, mas instrumento de revanchismo imoral.

Os atentados tiveram início no segundo semestre de 1980, mais precisamente em 27 de agosto de 1980, quando uma bomba explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, matando a secretária Lyda Monteiro da Silva. Dois outros atentados à bomba ocorreram no mesmo dia, um na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mutilando gravemente o jornalista José Ribamar de Freitas, e o outro no Jornal Tribuna da Luta Operária (REZENDE, 2013).

Em 1981, os atentados continuaram e a comemoração do dia do trabalhador, em 1º de maio, quase terminou em tragédia. Várias bombas foram distribuídas no Riocentro, local onde uma multidão assistia a um show de música popular promovido

pelo Centro Brasil Democrático; a ideia dos militares contrários à abertura era ocasionar uma catástrofe e, falsamente, imputar a autoria a uma organização de esquerda já não mais existente, a VPR, ou seja, criar um inimigo inexistente e ganhar o apoio da sociedade no combate a ele, numa tentativa de conter o processo de redemocratização. Todavia, o plano não saiu como os radicais da direita queriam, uma vez que um dos artefatos explodiu no colo de um dos possíveis autores do atentado, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu imediatamente; o acompanhante, o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, chefe de operações do DOI-Codi do 1º Exército, ficou gravemente ferido (GODOY, 2014)⁹.

Segundo Villa (2014), em novembro de 1981, estabeleceu-se que as eleições para os governos estaduais, a partir de 1982, seriam diretas; tal alteração representava um grande passo ao restabelecimento da democracia.

Em 25 de janeiro de 1984, realizou-se o primeiro grande comício da campanha por eleições diretas no Brasil para Presidente da República, que ficou conhecida como “Diretas Já”. Depois de mais de 20 anos de ditadura, a população ansiava pela oportunidade de poder escolher diretamente seus dirigentes e representantes e com a materialização do processo de redemocratização, já que, até então, só havia promessas. O povo, sufocado pela repressão e almejando mudanças, lotou as ruas do centro de São Paulo para manifestar a sua indignação e pressionar pela aprovação da denominada Emenda Dante de Oliveira, a qual previa a eleição direta para Presidente. Apesar da pressão popular, a Emenda não atingiu o número constitucional mínimo de votos, sendo rejeitada, adiando a vontade e o sonho de muitos brasileiros de poder ir às urnas e escolher diretamente seus candidatos (ARBEX, 2013).

1.2.6 Tancredo Neves – O primeiro Presidente Civil pós-1964

Em janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o primeiro Presidente civil, Tancredo de Almeida Neves, ex-governador de Minas Gerais. A vitória de Paulo Salim Maluf na convenção do PSD desagradou grande parte do partido que, insatisfeita, criou a Frente Liberal. Esta, por sua vez, aliou-se ao PMDB e indicou José Sarney

⁹ Segundo Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, entre janeiro de 1980 e abril de 1981, ocorreram 40 atentados, visando obstaculizar a abertura política. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-do-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

para compor a chapa com Tancredo, fato este que contribuiu imensamente com a vitória do candidato opositor, passo fundamental à redemocratização do país (AMARAL, 2011).

Todavia, no interregno entre 15 de janeiro e a data da posse em 15 de março de 1985, Tancredo Neves passou por sérios problemas de saúde, sendo internado às pressas em um hospital de Brasília. Diante do agravamento do estado de saúde do candidato eleito, o vice, José Sarney¹⁰, tomou posse em seu lugar, entretanto, algo que seria transitório, acabou sendo definitivo, diante do falecimento de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985.

Segundo Fausto (2012), Sarney, ao assumir, deparou-se com duas questões relevantes: a revogação do arcabouço normativo do regime militar, que restringia as liberdades democráticas e a necessidade de elaboração de uma nova Constituição. Mudanças importantes surgiram com o novo governo ainda em 1985, como o reestabelecimento das eleições diretas para a escolha do Presidente da República e a permissão de voto por parte dos analfabetos. Apesar dos grandes avanços em direção à democracia, José Sarney ainda manteve ativo um dos grandes símbolos do regime repressor, qual seja, o SNI, nutrindo-o com montantes substanciais de recursos.

Em 1988, nasce para o Brasil uma nova Carta Magna, a verdadeira materialização da democracia plena, que nitidamente avançava expandindo os direitos sociais e políticos a todos os cidadãos, reconhecendo direitos e prevendo instrumentos para a sua defesa (VILLA, 2011).

2 A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE JUSTIÇA TRANSICIONAL NO BRASIL

2.1 ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS SOBRE A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Conforme ressalta Torelly a aceção do termo justiça, dentro da expressão “Justiça de Transição”, merece uma certa atenção, pois difere das concepções comuns de justiça:

Verifica-se, portanto, que a ideia de “justiça” presente no termo difere daquela apresentada em conceituações abstratas de justiça, como exemplo, uma

¹⁰ Antes da sua candidatura a vice-presidente da República José Sarney de Araújo Costa era senador pelo estado do Maranhão.

concepção rawlsiana, uma vez que o ponto de partida é eminentemente concreto e contingente, de tal feita que o conhecimento do processo genealógico da ideia de Justiça de Transição importa para a localização histórica de seus conteúdos, fontes de normatividade e referenciais no direito positivado, uma vez que os casos concretos de transições é que modularam, no tempo, o próprio escopo do conceito. (TORELLY, 2012, p.107).

Segundo o Centro Internacional para a Justiça Transicional (2016), a “Justiça de Transição” significa um “conjunto de medidas legais e políticas que muitos países têm utilizado a título de reparação pelas violações em massa de direitos humanos. Entre elas figuram os processos criminais, as comissões de verdade, os programas de reparação e diversas reformas institucionais” (Tradução nossa)¹¹.

Os conceitos em torno do que vem a ser a justiça transicional são vastos, todavia, geralmente denotam a ideia da transição de um regime de exceção, violador de direitos humanos, para um regime democrático e a necessidade de adoção por parte do Estado de uma série de medidas reparatórias, direcionadas a evitar que as atrocidades e violações cometidas se repitam.

Sobre o significado do termo Justiça de Transição, discorre o professor Pereira (2012 apud TORELLY, 2012) que, após regimes autoritários ou períodos de guerra, a construção de um Estado Democrático requer a utilização de medidas de enfrentamento das violações de direitos humanos cometidas. Segundo ele, a investigação dessas violações e a punição dos responsáveis, bem como a adoção de medidas de caráter reparatório e a reforma das instituições são necessárias à prevenção eventos semelhantes.

Nesta mesma linha de pensamento, ensina Torelly (2012, p.105) que a Justiça de Transição seria uma série de ações empregadas por países em estágio de “liberação ou democratização”, as quais envolvem políticas públicas, reformas legislativas e no funcionamento do sistema de justiça, necessárias ao êxito de uma mudança política, capaz de viabilizar a construção de um Estado de Direito.

Em complementação, Abrão e Genro (2012, p. 33) asseveram que tais medidas têm por fim, além da concretização de um Estado de Direito, possibilitar o reconhecimento das violações de direitos humanos e dos sujeitos envolvidos, bem

¹¹ La justicia transicional es el conjunto de medidas judiciales y políticas que diversos países han utilizado como reparación por las violaciones masivas de derechos humanos. Entre ellas figuran las acciones penales, las comisiones de la verdad, los programas de reparación y diversas reformas institucionales.

como propiciar a consolidação da democracia, através da “justiça, verdade, reparação memória e reformas das instituições”.

A origem da justiça transicional se deu a partir da Primeira Guerra Mundial por ocasião das medidas punitivas e obrigações de ordem reparatoria impostas à Alemanha, decorrentes do Tratado de Versalhes. Como lembram Trevizan e Amaral (2015), em virtude do tratado de paz celebrado e como penalidade por ter dado causa à guerra, a Alemanha perdeu territórios e sofreu pesadas sanções econômicas, instigando o nacionalismo alemão que, posteriormente, culminou no “totalitarismo nazifascista”.

Partindo da análise da trajetória histórica de mudanças políticas, Ruti Teitel (2011) elaborou uma teoria que, fundamentada em três momentos históricos, descreve a evolução das práticas de justiça transicional, dividindo-a em três fases. A primeira delas, denominada fase do pós-guerra, teve início em 1945 e perdurou até meados de 1970. Nota-se nesta fase um nítido caráter internacionalista e punitivo, já que, para que houvesse a viabilização do julgamento imparcial e punição dos responsáveis pelos abusos aos direitos humanos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de que esse julgamento não ocorresse sob jurisdição do nacional; para tanto, criou-se o Tribunal de Nuremberg que, sob o comando e regras estabelecidas pelos países aliados, possibilitou o julgamento e a punição de alguns envolvidos no genocídio judeu. Sobre essa necessidade de internacionalização do julgamento, explica Teitel (2011) que, no modelo de Justiça de Transição punitiva adotado após a Primeira Guerra Mundial, com julgamento nacionais, não logrou êxito na prevenção de ações futuras de mesma natureza. Daí, com base na análise desses resultados negativos, com o fim da Segunda Guerra, optou-se pela responsabilização criminal internacional, evitando-se, pois, os julgamentos nacionais.

Nesta fase, como bem explicam Almeida e Torelly (2010), dois elementos importantes das políticas transicionais devem ser destacados: a) a reforma das instituições, buscando-se evitar ações futuras da mesma natureza; b) responsabilização individual daqueles indivíduos que, em nome do Estado ou do regime, praticaram abusos contra os direitos humanos.

A segunda fase, denominada fase do pós-Guerra Fria, surge com o declínio da União Soviética e segue em meio a uma diversidade de processos de

democratização política e modernização. Trazendo consigo propósitos diversos dos da primeira fase, a qual priorizou a responsabilização criminal e punição dos violadores de direitos humanos da Segunda Guerra Mundial, a segunda fase adotou o modelo restaurativo, priorizando a sua atenção aos danos causados às vítimas, buscando alternativas de reparação aos abusos cometidos no passado. Desta forma, inovou com “um novo mecanismo institucional: as comissões da verdade. De forma bastante elucidativa, explica Stutz e Almeida e Torelly:

A impossibilidade política de levar a julgamento os criminosos de Estado no plano nacional, evitando uma prestação de contas direta nos moldes da fase um, fez com que os estados buscassem outras formas de equacionar seus débitos autoritários. Duas medidas transicionais de alta relevância são produto dessa fase: (i) as reparações em escala às vítimas (que surge também como consequência do amadurecimento dos processos da primeira fase no que toca à reparação aos crimes nazistas) e (ii) o estabelecimento de comissões da verdade como forma de prestação de contas desde uma perspectiva histórica (*historical accountability*) (STUTZ e ALMEIDA; TORELLY, 2010, p. 40-41).

Evidencia-se, portanto, nesta fase, a adoção de instrumentos direcionados ao encontro da realidade histórica, permitindo, pois, o resgate e a construção de memórias. Os julgamentos individuais da primeira fase dão lugar aos processos coletivos de superação dos traumas vivenciados pelas vítimas, diretas e indiretas, dos abusos cometidos pelos regimes autoritários. Não há um objetivo precípua de vingança, mas sim de verdade e superação, com um propósito que vai além da justiça, que é a paz. Nesse contexto de busca pela verdade e reconciliação, aspectos de outras áreas, exteriores ao mundo do direito, passam a ser utilizados, dando origem a denominações como a da “reconciliação nacional” (TEITEL, 2003).

Saliente-se ainda que, enquanto na primeira fase houve uma concepção universalizante do Estado de Direito, na qual os que, em razão das violações de direitos humanos ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, foram julgados por um Tribunal Militar de jurisdição internacional (Tribunal de Nuremberg), na segunda buscou-se o contrário, ou seja, um Estado de Direito que, legitimando a jurisdição interna, pudesse fazer essa responsabilização no plano nacional, ressaltando, com isso, a ideia de respeito à soberania de cada país. Inaugurando essa nova fase, a Argentina foi o país pioneiro no uso desse mecanismo, todavia foi a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul que ele ganhou maior notoriedade mundial, investigando os abusos ocorridos durante o regime de *apartheid*, ou seja, no período compreendido entre 1960 e 1994; esta comissão conseguiu ouvir mais de 21.000

vítimas e testemunhas e inovou ao possibilitar a concessão de anistia aos que, contribuindo com a verdade, confessassem o seu envolvimento em crimes pretéritos, comprovando a motivação política dos mesmos (ANTÔNIO, 2012).

A segunda fase, portanto, surge num cenário completamente diverso do da fase inicial, já que, ao invés das salas dos tribunais, esta se deu nas salas das audiências públicas, onde, através do mecanismo das comissões da verdade, buscou-se possibilitar, por meio de um amplo trabalho investigativo, que a verdade histórica, antes deturpada ou negada pelo Estado, alcançasse as vítimas e a sociedade como um todo.

A terceira fase, considerada o momento de estabilidade da justiça transicional, teve seu início simbólico em 1989, ano da queda do maior símbolo arquitetônico da Guerra Fria (Muro de Berlim), permanecendo até os dias atuais (TORELLY, 2012). Ao contrário das fases anteriores, não está associada a um período de mudanças políticas decorrentes de uma situação excepcional de pós-conflito, mas em virtude uma situação de guerra permanente, a qual dá origem a um direito estabilizado de violência. Para Teitel (2011, p. 164), a fase atual é caracterizada por “guerras em tempos de paz, fragmentação política, Estados frágeis, pequenas guerras e conflitos constantes”. Vê-se, na contemporaneidade, a utilização permanente do discurso do Direito Humanitário como elemento justificador de conflitos, ou seja, como uma forma de dar legitimidade à guerra; nesse sentido, ela ressalta:

Sob o rótulo de “autodefesa preventiva, se está adotando um discurso de aparente guerra permanente, para legitimar a próxima etapa da guerra contra o terrorismo. Esta retórica tenta esvaziar a distinção entre guerra e paz, e entre a lei e sua exceção(...)

(...) A aparente normalização da justiça transicional é também evidente na tolerância a uma maior discricção política, na politização da aplicação da justiça, no aumento de procedimentos altamente irregulares e nos explícitos distanciamentos da legislação vigente, todos justificados em termos humanitários. (TEITEL, 2011, p. 167)

2.2 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Ao analisar o processo de Justiça de Transição no Brasil, deve-se dar ênfase, segundo Torelly (2012), a quatro conjuntos de medidas obrigacionais decorrentes desse processo; são eles: a reforma das instituições, a reparação às vítimas, as políticas de memória e verdade e a efetivação da justiça em face das violações contra o Estado de Direito e os direitos humanos.

A reforma das instituições, é um dos primeiros passos para a efetiva consolidação de um Estado Democrático posterior a um regime de exceção. Sobre o assunto, Martins discorre:

A reforma das instituições deriva da necessidade de consolidação do Estado Democrático de Direito e do total afastamento dos ideais totalizantes e autoritário do Estado. A concretização da reforma das instituições se dá através da derrocada dos pilares do estado autoritário e da construção de novo paradigma de estado fundado nos anseios do Estado Democrático de Direito. Para tanto a reforma das instituições implica em: expurgos; atualização da legislação; estabilidade e equiparação entre as instituições democráticas do estado; reformas institucionais, visando à não repetição e, portanto, suprimindo órgãos estatais voltados ao desrespeito aos direitos humanos; realização de eleições democráticas; e mesmo a promulgação de uma nova constituição (MARTINS, 2014, p.125).

No Brasil, a mobilização popular foi essencial ao início dessa reforma, especialmente no que diz respeito ao processo constitucional de 1987 e 1988. Surge em 1988 uma nova Constituição, pautada em princípios democráticos, sem as amarras e grilhões do regime autoritário.

(...) a Constituição de 1988 restabeleceu de modo formal e efetivo a separação entre os poderes que o regime militar havia, na prática, sepultado, garantiu ao Ministério Público a prerrogativa de defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, determinou a exigência de concurso público para o acesso às carreiras de Estado e, dentre tantas medidas mais, passou a funcionar como ponto de referência para o contínuo aperfeiçoar das instituições democráticas, servindo de baliza para as reformas institucionais democratizantes que se seguiriam (...) (MARTINS, 2014, p.228)

No que diz respeito à obrigação estatal de reparação às vítimas, esta tem início com a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), notadamente no que se refere à previsão disposta no art. 2º da referida norma, a qual prevê as possibilidades de retorno ao serviço de servidores “demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados”. Com a Carta Magna de 1988, o caráter reparatório da anistia novamente é referendado, ampliando-se os direitos e possibilitando o benefício aos trabalhadores do setor privado. Com o advento da Lei nº 10.559/2002, foi criada uma comissão de anistia e novos direitos surgiram para os anistiados, havendo, inclusive, o estabelecimento de reparações econômicas. Ainda no tocante às reparações, mister se faz lembrar da Lei nº 9.140/1995, a qual previu indenização aos familiares de pessoas mortas ou desaparecidas, em função da

participação em atividades políticas, dentro do período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 (BRASIL, 1995).

No que concerne às medidas de efetivação do direito à memória e à verdade, estas tiveram início com o projeto “Brasil: Nunca Mais”, cujos objetivos precípuos era evitar, com o fim da ditadura, a destruição de processos judiciais por crime políticos, obter informações sobre torturas praticadas durante o regime militar e promover a divulgação desse tipo de conduta dos órgãos de repressão com fins pedagógicos¹². Já no âmbito do Governo Federal, quatro grandes projetos se destacam no que tange a consecução de memórias do período de repressão, objetivando revelar a verdade, evitar o esquecimento; são eles: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão de Anistia, o Projeto Memórias Reveladas e a Comissão Nacional de Verdade (TORELLY, 2012).

Por fim, no que diz respeito a efetivação da justiça em virtude das violações cometidas contra o Estado de Direito e os direitos humanos, esta restou prejudicada em razão da Lei de Anistia que não somente anistiou os perseguidos políticos, mas também garantiu impunidade aos perseguidores. Essa realidade foi objeto de questionamento por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 153), entretanto a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a demanda.

2.3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICO-NORMATIVA DO PROCESSO DE JUSTIÇA TRANSICIONAL NO BRASIL

2.3.1 Lei de Anistia

Em 1964, os militares, com o apoio de vários setores da população civil e da Igreja, deram um golpe de Estado e derrubaram o governo democraticamente eleito de João Goulart, instaurando-se uma ditadura militar no Brasil por vinte e um anos (1964-1985). Deu-se início a um regime autoritário, fundado num Estado de Exceção, amplamente marcado pela restrição das liberdades civis e políticas e por um arcabouço institucional pautado em ações extremamente violentas e intimidativas por parte daqueles que tinham a obrigação funcional de proteger o Brasil e os cidadãos.

¹² BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. **O que é o BNM**. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>>. Acesso em: 12 Jan. 2015.

Perseguia-se todo e qualquer cidadão que, de alguma forma, o Estado suspeitasse que figurava como empecilho às práticas do regime militar ou ao governo. Portanto, como consequência desse comportamento estatal esquizofrênico, muitas pessoas foram demitidas de seus empregos, expulsas de colégios e faculdades, torturadas, banidas do país ou tiveram que viver na clandestinidade e/ou fugir para outros países para não serem mortas. No tocante ao tema, explica Dallari que, em virtude da inexistência de um Estado de Direito, qualquer pessoa que se opusesse ao regime era vista como uma inimiga da nação e, tal classificação, poderia acarretar diversas consequências, dentre estas podemos citar: o exílio, a suspensão de direitos políticos, a perda de mandato eletivo, sindical ou de cargo público, demissão, perda de vaga em escola pública, expulsão de escola privada, prisão e inclusão do nome na lista dos órgãos de repressão (DALLARI, s/d).

No mesmo norte, discorrem Abrão e Torelly:

Com a proclamação da medida de exceção denominada Ato Institucional nº 05, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura estimulada pelo ambiente da Guerra Fria, passou a atuar sistematicamente na repressão de tais movimentos de resistência, gerando inclusive uma política de repressão oficial típica de Terror de Estado, destinada a generalizar a tortura e a exterminar os membros da resistência armada, a banir ou exilar líderes políticos e sociais identificados com as ideologias de esquerda do país, além de gerar incalculável número de atingidos por prisões, demissões arbitrárias no setor público e privado, perseguidos políticos em sentido amplo, promover cassações de direitos políticos, o compelimento à clandestinidade, censuras, torturas, desaparecimentos forçados e execuções sumárias. (ABRÃO; TORELLY, 2014, p.66).

A ditadura destruiu carreiras, separou amigos e famílias, atingindo diretamente, não somente, os considerados subversivos, deixando muita dor, saudade e lembranças dolorosas. Utilizou-se dos mais variados mecanismos para tentar silenciar tanto os civis quanto os militares, que não estavam de acordo com as práticas adotadas pelo regime militar. O Congresso Nacional funcionava sob forte coação, amordaçado e de mãos atadas, atordoado pela ameaça constante de cassação de mandatos, o que inibia possíveis manifestações da oposição.

As constantes denúncias de prisões, torturas e desaparecimento de presos políticos provocou uma intensa mobilização da sociedade civil e entidades de direitos humanos em desfavor dessas ações repressoras e, posteriormente, também a favor da anistia, com destaque especial à luta das mulheres nesse sentido. Outrossim, outro fato importante a ser lembrado é que, apesar dos movimentos em prol da anistia terem

sido mais intensos após o Ato Institucional nº 5, essa luta teve início logo após o Golpe militar, conforme lembram Abrão e Torrelly (2014).

Em complementação, argumenta Mezarobba:

Era grande a pressão pela anistia concedida em 1979. E antiga. Na verdade, a reivindicação começou a ser formulada logo depois do golpe, quando a Junta que reuniu chefes militares das três Armas e se autodenominava Comando Supremo da Revolução editou um Ato Institucional estabelecendo o estado de exceção no país. O primeiro a reclamá-la foi Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. Em dezembro de 1964, durante entrevista a uma emissora de rádio carioca, o escritor católico apelou por anistia ao presidente Castello Branco. Em seguida foi a vez do general Pery Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar (STM), defender a adoção do expediente. Em 1967, um manifesto da Frente Ampla, organizada por líderes da oposição como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pedia “anistia geral, para que se dissipe a atmosfera de guerra civil que existe no país”. Motivos para isso havia de sobra. Com o AI-1, mandatos eletivos foram cassados e os direitos políticos de centenas de pessoas, suspensos. Em seguida vieram as intimidações, as prisões e censuras à imprensa. A repressão fez desmoronar valores liberais e democráticos com os quais o governo se fazia identificado. (MEZAROBBA, 2003, p.13)

Consolidando tal tese, ressalta Martins (1978 apud MAUÉS, 2011) que, logo após o golpe de 64, antes de completar um mês da saída do Presidente João Goulart, já havia reivindicações em prol da anistia. Segundo ele, o Jornalista Carlos Heitor Cony, no dia 18 de abril de 1964, atribuiu à sua coluna jornalística, do Jornal Correio da Manhã, o título de “Anistia”. Afirma, ainda, que em 1971, durante um encontro do partido de oposição ao governo militar (MDB), lançou-se a “Carta de Recife”, em que se apoiava a anistia.

Portanto, a imposição de uma política de repressão generalizada, com a institucionalização da tortura, o tolhimento das liberdades e aniquilamento das oposições, passou a trazer desconfiância e medo à sociedade brasileira em relação ao regime militar. Essa insatisfação popular ficou ainda mais acentuada com o aumento da inflação, ocasionado, principalmente, pela elevação do preço do barril de petróleo, acarretando, assim, um abalo considerável na economia brasileira. Em 1974, a soma desses fatores culminou na alteração do panorama eleitoral nacional, pois, contrariando as expectativas do partido governista (ARENA), houve um aumento significativo do número de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tanto na Câmara, quanto no Senado. Para se ter uma ideia, o partido oposicionista que antes contava com 12% de representação no Senado, passou a ter

30%, conquistando 16 cadeiras das 22 em disputa, enquanto que na Câmara Federal essa representação aumentou em 16% (JACOBINA, 2011).

Heloísa Amélia Greco (2003), de forma categórica, elenca alguns possíveis motivos que possibilitaram o crescimento da representação parlamentar oposicionista na Câmara e no Senado; são eles: a) Ausência de legitimidade da repressão perante a classe média; b) aumento das denúncias, tanto a nível nacional quanto internacional, dos crimes cometidos por agentes da repressão durante a ditadura; c) descrédito do governo no que diz respeito ao combate à corrupção, especialmente em razão de episódios envolvendo o presidente Geisel; d) crise econômica, com o fim do “milagre brasileiro”, aumento da inflação, da dívida externa e dos níveis de pobreza extrema.

Por sua vez, Wanderley Guilherme dos Santos (1978 apud JACOBINA, 2011, p.74), de forma diversa, defende que o resultado das eleições de 1974 é explicado pelos seguintes fatores: tendência oposicionista do eleitorado, equilíbrio e o ponto de desequilíbrio entre o voto rural e urbano, início da distensão e a consequente diminuição da censura e das cassações.

Outro fator importante, muito bem elencado por Ribeiro (2012), é que, em razão do otimismo exacerbado do governo, já que o partido governista estava certo da vitória nas eleições, este permitiu ao MDB acesso ao rádio e à televisão, possibilitando, assim, que temas polêmicos como repressão, AI-5, injustiça social e o modelo econômico fossem debatidos. Com isso, os problemas mascarados pelo regime militar passaram a ser conhecidos e evidenciados, abrindo margem para uma maior mobilização social contra as práticas do governo (RIBEIRO, 2012).

Em março de 1974, Ernesto Geisel chegou ao cargo de Presidente da República prometendo a abertura política, ou seja, enfatizando a possibilidade de uma distensão lenta, gradual e segura, entretanto no período em que governou manteve a ideia de governo democrático distante da prática. É certo que houve um fortalecimento da sociedade civil, principalmente em razão da diminuição da repressão, contudo, esta não foi deixada de lado, permanecendo ativas e bastante usuais as velhas práticas de interrogatório mediante tortura, desaparecimento forçado de pessoas e assassinato de opositores do regime (BRASIL, 2007).

Convém lembrar que esse início do processo de abertura política coincide com o término do período de crescimento da economia. O desenvolvimento do país, que antes era garantido através de empréstimos, dá lugar a um panorama de inflação elevada e aumento da dívida externa, ocasionado, principalmente, pela alta dos juros

internacionais e pela elevação do preço do petróleo. Surge, pois, um cenário político e econômico extremamente difícil e impopular.

Em 1975, as forças de segurança de São Paulo deflagraram a “operação Jacarta”, cuja finalidade era a eliminação dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Vários professores, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e militantes do Partido Comunista Brasileiro foram presos e torturados nas dependências do DOI-Codi do II Exército. Dentre as vítimas fatais estava o diretor de jornalismo da TV Cultura Vladimir Herzog que, após atender a uma intimação para comparecer ao DOI-Codi, foi barbaramente torturado e assassinado¹³. Frente ao ocorrido, estudantes e professores da Universidade de São Paulo paralisaram as atividades por três dias; o Sindicato dos Jornalistas e a Ordem dos Advogados do Brasil reivindicaram a abertura de inquérito para a apuração do fato (BRASIL, 2014).

Menos de três meses depois do assassinato de Vladimir Herzog, mais precisamente em 17 de janeiro de 1976, no mesmo local e sob a mesma tese forjada de suicídio, foi encontrado morto o metalúrgico Manuel Fiel Filho; entretanto, face o ocorrido, contrariando a regra do regime militar, o Presidente Geisel, insurgindo-se contra o excesso das práticas adotadas nos porões da ditadura, demite o Comandante do II Exército, Ednardo D’ávila Mello, substituindo-o pelo general Dilermando Gomes Monteiro, causando uma certa tensão e desgaste entre o Presidente e a ala de militares mais à direita (BRASIL, 2007).

Em 1977, lembra Mezarobba (2009), as torturas de presos políticos e as constantes prisões viram alvo de inúmeras manifestações estudantis contra o regime militar que, mais tarde tornar-se-iam lutas em prol da anistia, pois, a partir daquelas, surgiria os “Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia” e os “Comitês Primeiro de Maio pela Anistia”. Percebe-se, ainda, uma multiplicação de comitês de defesa dos direitos humanos, de movimentos populares e organizações ligadas à Igreja Católica, os quais passaram a apoiar a luta pela anistia.

No ano 1978, apesar da ação feroz do regime militar para frear o crescimento do partido oposicionista (MDB), esta não trouxe o efeito esperado pelos militares e, mais uma vez, a oposição saiu fortalecida pelo resultado das urnas. Os deputados e senadores ligados ao MDB passam, de forma mais incisiva, a denunciar as violações de direitos humanos. A luta em defesa do Direitos humanos e pela anistia

¹³ Na época, os militares forjaram o suicídio do jornalista Vladimir Herzog, montando um cenário fantasioso em que o mesmo aparecia, quase de joelhos, pendurado com um cinto em volta do pescoço.

continua progredindo e, no mesmo ano, por iniciativa de advogados, familiares e amigos de presos e exilados políticos, é fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que dentre as principais reivindicações, estava o perdão imediato dos presos e perseguidos políticos, o fim das torturas, a libertação dos presos políticos e o retorno dos cassados, banidos, exilados e perseguidos, bem como o esclarecimento dos desaparecimentos e a revogação da Lei de Segurança Nacional (MEZAROBBA, 2003).

A grande mobilização popular pressionou o governo militar a rever a sua posição com relação a anistia. Reivindicava-se a anistia ampla, geral e irrestrita, de forma a abranger todos os crimes políticos praticados em face do regime. Diante do cenário de insatisfação popular, em 15 de março de 1979, João Baptista de Figueiredo assume a presidência da República prometendo fazer do Brasil uma democracia, bem como dar seguimento à anistia (MEZAROBBA, 2009). Cumprindo com o que prometera, ainda no primeiro ano de seu governo, o Presidente encaminhou ao Congresso Federal o projeto da lei de anistia, formando-se, para a sua apreciação, uma comissão mista, sob a presidência do senador Teotônio Vilela do MDB de Alagoas e relatoria do deputado Ernani Satyro, paraibano, membro da ARENA. O projeto, bastante discutido, trazia em seu corpo alguns aspectos de conflito entre os dois partidos, conforme destacou o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence:

Basicamente o projeto de anistia tinha dois pontos polêmicos; o primeiro deles é o §1º, do art. 1º, que dava uma interpretação heterodoxa, excessivamente ampla do que se consideraria crimes conexos alcançados pela anistia, que era o de alcançar os abusos da repressão. O outro ponto era o que distinguia os autores do que se chamava crimes de sangue, ou seja, sequestro, homicídio, entre os já condenados definitivamente e os não condenados; este ponto foi o centro da minha crítica ao projeto governamental, no parecer da OAB, mostrando como desafiava o próprio conceito de anistia que não é, ao contrário do indulto, da graça, algo pessoal, mas um instrumento tipicamente objetivo, que exclui retroativamente a criminalidade de um fato que ao seu tempo era criminosos.¹⁴

Após muitas divergências, o projeto foi aprovado dentro dos moldes e termos propostos pelo governo que, atendendo à vontade dos militares, visava tão somente passar uma borracha sobre todas as violações cometidas pelos militares

¹⁴ TV SENADO. A Lei da Anistia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jsQWzR2_yfM>. Acesso em: 25 out. 2015.

durante o período de repressão, ou seja, viabilizar o esquecimento. Assim, em 28 de agosto de 1979, com a sanção da Lei nº 6683, o governo militar encontrou um caminho que, ao mesmo tempo que atendia parte dos apelos da sociedade civil em relação à anistia, também garantia impunidade aos agentes da repressão pelos crimes de lesa-humanidade cometidos, ou seja, arquitetou uma anistia bilateral direcionada. Consolidando tal entendimento, Abrão e Torelly (2014) afirmam que o regime militar aprovou a anistia que lhe convinha, ou seja, parcial e limitada, a qual excluía os denominados “crimes de sangue”, mas que, em razão da dubiedade dos dispositivos, permitia uma interpretação ampliada pelos tribunais militares.

Desta forma, a mesma lei que possibilitou que pessoas banidas por razões políticas retornassem ao país, também favoreceu o esquecimento dos crimes graves cometidos pelos agentes estatais durante o período de repressão, ou seja, patrocinou a impunidade dos “agentes do terror”, conforme afirma Emir Sader (2011).

A Lei de Anistia aprovada em 1979, apesar de ser considerada um marco na redemocratização do país, não atendeu completamente os anseios da sociedade civil, já que não se deu de forma ampla, geral e irrestrita. Como é cediço, a mencionada norma legal não garantiu uma anistia ampla e geral, posto que cerca de cento e noventa e cinco “terroristas” foram excluídos de seu alcance, bem como não se pode afirmar que ela se deu de forma irrestrita, tendo em vista que as pessoas que foram afastadas ou aposentadas de suas funções não tiveram um retorno ou reversão garantidos de forma automática, uma vez que, para tanto, era necessário um requerimento do anistiado e uma aquiescência da Administração (PORTO, 2002). Além disso, convém lembrar que, apesar da existência de algumas propostas de emenda, como, por exemplo, a emenda nº 17¹⁵, do paraibano Octacílio Queiroz (MDB-PB), a citada norma não previu o pagamento, por parte do Estado, de qualquer tipo de pensão ou de reparação pecuniária aos familiares dos desaparecidos, tampouco às pessoas mutiladas e impossibilitadas do exercício de qualquer atividade laboral, em razão da ação excessiva dos órgãos de repressão. Da mesma forma, não prosperou qualquer proposta de emenda tornando obrigatória a investigação das circunstâncias em torno dos desaparecidos políticos (MEZZARROBA, 2009).

¹⁵ A Proposta de emenda nº 17, do paraibano Octacílio Queiroz a concessão de pensões a todas as mães, viúvas, menores órfãos, esposa e filhos de desaparecidos políticos e a pessoas mutiladas, incapazes ao exercício normal de qualquer atividade física ou mental, em razão da atividade repressora dos órgãos da Segurança Nacional, de policiais ou de agentes ligados ao setor público federal ou estadual.

O início de uma preocupação estatal concreta no tocante aos desaparecidos só se dá a partir de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a sanção da Lei nº 9.140, quando o Estado reconheceu 136 pessoas desaparecidas como mortas, bem como a sua responsabilidade objetiva quanto aos homicídios, já que foram cometidos por agentes da repressão. É um momento extremamente importante, pois o Estado assume publicamente a sua culpa no que concerne as inúmeras barbaridades cometidas durante o regime militar. Desde então, os familiares puderam ter acesso aos atestados de óbitos dos desaparecidos políticos e também a indenizações (MEZZAROBÀ, 2009).

Em 13 de novembro de 2002, o Presidente da mesa do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, promulgou a Lei nº 10.559, permitindo a criação de uma Comissão de Anistia e ampliando os direitos dos anistiados, inclusive estabelecendo reparações econômicas. No que diz respeito aos novos direitos e inovações trazidas pela Lei, explica Mezzaroba:

Organizados em cinco capítulos, na lei (que foi considerada bastante satisfatória pelos perseguidos políticos), estão assegurados os seguintes direitos do anistiado: declaração da condição de anistiado político; reparação econômica; contagem, para todos os efeitos, do tempo em que foi obrigado a afastar-se de suas atividades profissionais, devido à punição ou ameaça de punição; conclusão de curso interrompido por punição ou ao registro de diploma obtido em instituição de ensino fora do país e o direito à reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos. Em seu parágrafo único, a legislação garante aos que foram afastados em processos administrativos - instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão - a reintegração aos seus cargos (devido à idade dos requerentes, na prática essa reintegração tem ocorrido na inatividade). A lei também explicita de forma minuciosa todos os tipos de punição que permitem às vítimas o reconhecimento da condição de anistiado político e diz que a reparação econômica, prevista em seu capítulo III, pode se dar de duas formas distintas: em prestação única, que consiste no pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição aos que não têm como provar vínculos com a atividade laboral e cujo valor em nenhuma hipótese pode exceder cem mil reais; e em prestação mensal, permanente e continuada, garantida àqueles que conseguirem demonstrar seus vínculos de trabalho. Desde que começou a funcionar, em Brasília, a Comissão de Anistia, destinada a analisar os pedidos de indenização formulados por aqueles que foram impedidos de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, já recebeu mais de 60 mil requerimentos. (MEZZAROBÀ, 2009, p. 167)

Desde a promulgação Lei nº 6683/79 até a atualidade, a extensão da anistia a todos os crimes praticados pelos militares ainda é objeto de discussão,

principalmente em razão do que dispõe o art. 1º da mencionada norma; dispõe o referido artigo:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, **cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais**, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares **(vetado)**.

§ 1º - **Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.**

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º. (grifo nosso). (BRASIL, 1979, p.1)

Com base no conceito de crimes conexos explicitados no inciso I, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, promoveu uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de que a Lei de Anistia não estaria em conformidade com a ordem constitucional vigente, argumentando que "a anistia concedida por essa lei não se estende aos crimes comuns como tortura, homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor, praticados pelos agentes de repressão contra opositores políticos durante o regime militar " (MIALHE, 2012, p. 27). Da mesma forma, aduziram que, com base no texto da Constituição Federal, a interpretação da Lei nº 6.683 direcionada a anistiar os agentes da repressão que cometeram os crimes acima elencados, violaria flagrantemente diversos preceitos fundamentais.

Apesar dos sólidos argumentos, apenas dois ministros, Ricardo Lewandowski e Ayres Britto, votaram a favor da revisão do dispositivo da Lei de Anistia. O primeiro ministro, em suma, defendeu que o Brasil, por ter ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, teria a obrigação de investigar, ajuizar e punir os violadores de direitos nele protegidos. Da mesma forma, devido à ratificação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Brasil, também

tem o dever de investigar, ajuizar e punir as graves violações aos direitos humanos, sob pena de ser responsabilizado internacionalmente¹⁶. Já o segundo, o Ministro Ayres Britto, também sustentou que os efeitos da Lei de Anistia não alcançaram os crimes hediondos e a estes equiparados, como tortura e estupro, praticados por agentes do Estado durante o regime militar; asseverou ainda que, caso houvesse essa intenção por parte do legislador, esta teria sido feita de forma bastante clara. Em sequência, o Ministro assim se pronunciou:

Um torturador não comete crime político, crime de opinião. O torturador é um monstro, é um desnaturado, é um tarado. O torturador é aquele que experimenta o mais intenso dos prazeres diante do mais intenso dos sofrimentos alheios perpetrados por eles. É uma espécie de cascavel de ferocidade tal que morde o som dos próprios chocalhos. Não se pode ter condescendência com torturador¹⁷.

Mesmo diante dos sólidos argumentos dos ministros supracitados, a maioria do Supremo Tribunal Federal concluiu que a Lei de Anistia deveria ser interpretada dentro do contexto histórico da época em que fora aprovada; da mesma forma, não poderia ser revisada, “reescrita” ou revogada pelo Poder Judiciário, uma vez que caberia apenas ao Poder Legislativo essa tarefa.

Enfim, mesmo diante da não responsabilização dos criminosos que atuavam em nome do Estado durante o regime militar, a Lei de Anistia trouxe grandes avanços no que diz respeito ao processo de justiça transicional, conforme já fora relatado. Convém ressaltar, contrariando o que muitos pensam, não foi uma dádiva concedida pelo General Figueiredo ou pelo regime militar, mas sim uma conquista da sociedade brasileira motivada pela inquietude e insatisfação popular diante das injustiças cometidas ao longo dos anos.

2.3.2 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)

Durante o Regime Militar as práticas repressivas do governo fizeram desaparecer inúmeras pessoas. Indivíduos sumiam sem deixar vestígios e os militares, quase sempre, fingiam não saber de seus paradeiros, ou, simplesmente,

¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153. Relator Ministro Eros Grau. Inteiro teor do acórdão. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em: 25 out. 2015.

¹⁷ Idem. p. 134-146.

emitiam informações falsas, conduzindo os familiares a destinos inexistentes e buscas intermináveis. A insistência por novas informações, normalmente, era repelida com ameaças de prisão. Querer se aproximar da verdade, nesses tempos de repressão, era um caminho perigoso que, em alguns casos, conduzia o investigador ao mesmo destino do desaparecido, ou seja, ao desaparecimento.

As violações aos direitos humanos, como a tortura, o banimento, o sequestro, o assassinato e os desaparecimentos forçados, a partir do Ato Institucional nº 5 (1968-1985), passaram a ser adotadas de forma rotineira e sistemática pelo regime autoritário contra qualquer pessoa que ousasse enfrentar, discordar ou resistir.

O regime militar atentava contra a vida e a dignidade dos cidadãos (sujeito de direitos) seja no plano legal, pelos Atos Institucionais, a Lei de Segurança Nacional ou mesmo no arcabouço institucional de repressão que comandava a guerra contra os inimigos internos, os chamados Centros de Defesa Interna (CODi) em 1970, os Centros de Informações do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), além das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). (NATALINO et al, 2009).

A violência institucional emergiu nesse período de forma clandestina e explícita, ocasionando o desaparecimento e “suicídio de pessoas, ou forjando confrontos no sentido de encobrir mortes praticadas no interior dos órgãos de repressão ou quando os indivíduos estavam sob a tutela dos mesmos.

Próximo do fim do regime, os membros das forças armadas foram extremamente diligentes ao se livrar da maioria das provas que poderiam lhes incriminar, tornando a tarefa de localização dos corpos dos desaparecidos políticos praticamente impossível por parte de seus familiares.

Em 04 de setembro de 1990, ao investigar uma possível suspeita de que agentes da repressão poderiam ter ocultado corpos em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, 1.049 ossadas foram encontradas. Diante da descoberta, a então Prefeita de São Paulo Luiza Erundina (1989-1992) levou adiante as investigações e contribuiu com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Municipal de São Paulo para tratar do tema (BRASIL, 2007). Sobre a cruel e ilegítima desvirtuação dos fins do Cemitério Dom Bosco, comenta o escritor, jornalista e pesquisador Hespanha:

Não há registro documental da decisão, mas o cemitério seria utilizado não apenas para servir de última morada para os mortos da região, mas também de depósito de cadáveres de indigentes, vítimas da violência urbana, das ações do Esquadrão da Morte e para enterrar, ou “fazer desaparecer”, os corpos de militantes de organizações revolucionárias que ousaram enfrentar numa luta desigual a ditadura iniciada em 31 de março de 1964 (BRASIL, 2012, p. 24).

Mais adiante, sobre a importância dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os fatos relacionados à denominada Vala de Perus, prossegue o mencionado escritor:

O trabalho realizado pela CPI da Vala de Perus é contribuição inestimável para a elucidação de fatos e responsabilização judicial dos criminosos. A tarefa das Comissões da Verdade, criadas nos âmbitos federal, estadual e municipal tem na CPI da Vala de Perus mais que um ponto de partida, mas parte fundamental da história brasileira contada por quem viu, foi testemunha, viveu e conseguiu sobreviver a dores impossíveis de serem descritas em depoimentos ou qualquer outro tipo de narrativa. O trabalho revela a omissão, a cumplicidade e a prática de crimes definidos pelo direito internacional como de lesa humanidade (BRASIL, 2012, p. 40).

A abertura da Vala de Perus revelou parte da perversidade e monstruosidade do regime militar, causando uma intensa mobilização social direcionada à busca pela verdade.

Em 1992, em razão da forte pressão exercida sobre o Presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990-1992), os arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, antes colocados sob a guarda da Polícia Federal pelos militares, foram devolvidos pelo Chefe do Executivo Federal, permitindo que familiares, advogados e jornalistas tivessem pleno acesso. O conhecimento desses novos documentos, além de servir para complementação e fortalecimento do dossiê elaborado pelos familiares, também permitiu a descoberta do local de sepultamento de alguns desaparecidos políticos. Dentre os grandes aliados dos familiares nessa luta pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos do regime militar estava o deputado mineiro Nilmário Miranda, que, em 1995, foi presidente da primeira Comissão Permanente de Direitos humanos, cuja bandeira inicial precípua foi lutar pelo reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua responsabilidade no que tange às torturas e assassinatos de opositores do regime militar.

A partir de 1995, com o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a questão dos Direitos humanos ganhou mais atenção e visibilidade. No mesmo ano, representantes da Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos

e Desaparecidos e do grupo Tortura Nunca Mais, em audiência com o Ministro da Justiça Nelson Jobim, tiveram a oportunidade de entregar o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos e uma carta-compromisso, contendo os seguintes pontos:

1. Reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade plena na prisão, na tortura, na morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.
2. Imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Poder Executivo Federal, integrada por Ministério Público, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de familiares e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes amplos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos, exumar cadáveres, com a finalidade de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos, determinando-se as devidas reparações.
3. Compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-las do serviço público.
4. Compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política sob sua jurisdição.
5. Compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura e reparar os danos causados a eles e seus familiares.
6. Edição de lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5º, parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante;
7. Desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército.
8. Aprovação do projeto Hélio Bicudo, que retirava da Justiça Militar a competência para julgar crimes praticados contra civis.
9. Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política.
10. Revogação da chamada Doutrina de Segurança Nacional. (BRASIL, 2007 p. 32)

Dos pontos acima elencados, apenas três deles serviram de base para a elaboração do projeto de Lei nº 869, que, posteriormente, resultou a Lei nº 9.140, sendo eles: A assunção, por parte do Estado brasileiro, de sua responsabilidade no tocante às mortes de opositores políticos do regime militar; o reconhecimento oficial dos mortos e desaparecidos e o pagamento de indenizações às vítimas e familiares. Além desses pontos, a Lei, com supedâneo nos dados constantes no dossiê, trouxe em seu Anexo I, 136 nomes de pessoas que desapareceram durante o regime militar e que, a partir dessa norma, foram reconhecidas como mortas por responsabilidade

do Estado brasileiro. Para Nilmário Miranda, a Lei nº 9.140/1995 “era apenas uma legislação de caráter indenizatório, que precisava ser aprimorada. Declarava formalmente a responsabilidade objetiva do Estado, mas, ninguém, individualmente, seria investigado” (BRASIL, 2007 p. 34).

Apesar da crítica acima aludida, é a partir dessa Lei que o governo brasileiro começa a agir de forma realmente equânime, reconhecendo as barbaridades cometidas em nome do Estado e assumindo a sua responsabilidade no que tange à morte e ao desaparecimento de várias pessoas durante a Ditadura Militar, prevendo, inclusive, indenização aos familiares.

Foi a referida norma legal que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que, composta por membros do governo, das forças armadas, do Ministério Público Federal, da Câmara Federal e por familiares dos mortos e desaparecidos políticos, tinha como atribuições: a) proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas, as quais não haviam sido relacionadas; b) envidar esforços para a localização dos restos mortais de desaparecidos políticos; c) analisar os pedidos de indenização.

Em 14 de agosto de 2002, através da Lei nº 10.536, houve uma ampliação do lapso temporal para reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas e que participavam ou eram acusadas de envolvimento com atividades políticas; senão, vejamos o que as alterações constantes nos dois primeiros artigos da referida norma:

Art. 1º Os arts. 1º e 4º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias." (NR)

"Art. 4º

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;" (NR)

Art. 2º Os prazos previstos nos arts. 7º e 10 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, serão reabertos, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei. (BRASIL, 2002, p.1, grifo do autor).

Em 2004, aprovou-se a Lei nº 10.875, garantindo-se, por meio desta norma, a ampliação do rol de pessoas e de situações alcançadas pela Lei nº 9.140/95; vejamos:

Art. 1º Os arts. 4º, 5º, 6º e 10 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tem as seguintes atribuições:

I -

.....

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público;

d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público;

.....
.. "(NR)

"Art. 5º

§ 1º

.....

IV - Dentre os integrantes do Ministério da Defesa.

§ 2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com a Secretaria Especial dos Direitos humanos da Presidência da República, se necessário." (NR)

"Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria Especial dos Direitos humanos da Presidência da República, que lhe dará o apoio necessário." (NR)

"Art. 10.

.....

§ 3º Reconhecida a morte nas situações previstas nas alíneas b a d do inciso I do art. 4º desta Lei, as pessoas mencionadas no caput poderão, na mesma ordem e condições, requerer indenização à Comissão Especial." (NR)

Art. 2º Para o fim de se proceder ao reconhecimento de pessoas que tenham falecido nas situações previstas nas alíneas c e d do inciso I do art. 4º da Lei nº 9.140, de 1995, os legitimados de que trata o seu art. 10 poderão apresentar requerimento perante a Comissão Especial, instruído com informações e documentos que possam comprovar a pretensão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei advirão de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Especial dos Direitos humanos, observadas as normas pertinentes da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2015, p.1)

Observa-se, portanto que as alterações trazidas nos artigos 4º, 5º, 6º e 10 da norma supracitada, permitiram o englobamento dos casos de morte decorrentes de repressão policial ocorridas em “manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”, casos de suicídios de pessoas que estavam na “iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público, ou seja, de algumas situações de óbito, cuja ocorrência guardavam relação direta com a ação de agentes da repressão.

Sobre essa ampliação do alcance da lei, salientou a Deputada Maria do Rosário:

A mudança promovida pelo governo Lula mostrou que o Estado brasileiro não quer apagar a história; que reconhece a sua responsabilidade em relação aos que morreram durante a ditadura militar e às famílias. Acredito que foi mais um passo na direção da transparência, pois ainda precisa reconhecer a inversão do ônus da prova. Nós, que nascemos durante o regime militar, temos a responsabilidade de resgatar a história, de exigir a verdade, em respeito às vidas que se perderam naquele período de resistência a um regime autoritário (BRASIL, 2004, p.1).

Como é cediço, nenhuma lei será capaz de extirpar a dor da perda de um familiar, nem tampouco de garantir, de alguma forma, a reparação integral dos danos ocasionados pelas ações espúrias desse regime cruel, ou seja, pelo regime militar. Não haverá norma no mundo capaz de retirar os sofrimentos havidos ou as noites em claro que, mães, pais, filhos e esposas passaram a espera do retorno do ente querido, que nunca aconteceu. A cada toque do telefone ou batida na porta nascia um sopro de esperança que, ao se deparar com a realidade cruel, se esvaía.

A Lei nº 9.140/95 não resolveu qualquer desses problemas, contudo, amenizou, de certa forma, a dor dos familiares, cujos entes queridos foram vítimas mortais dos algozes das liberdades, durante a ditadura militar. Através dessa norma, o Estado, finalmente, assumiu que foi o responsável pelo desaparecimento ou morte dessas pessoas, garantindo, do ponto de vista psicológico, “certo alívio”, com o fim do tormento da espera infinita e também, como consequência jurídica, o acesso a atestados de óbito, possibilitando a abertura de processos de sucessão.

2.3.3 Comissão Nacional da Verdade

Sobre as comissões de verdade, assevera Paul Van Zyl:

As comissões de verdade dão voz no espaço público às vítimas e seus testemunhos podem contribuir para contestar as mentiras oficiais e os mitos relacionados às violações dos direitos humanos. O testemunho das vítimas na África do Sul tornou impossível negar que a tortura era tolerada oficialmente e que se deu de forma estendida e sistemática. As comissões do Chile e da Argentina refutaram a mentira segundo a qual os opositores ao regime militar tinham fugido desses países ou se escondido, e conseguiram estabelecer que os opositores “desapareceram” e foram assassinados por membros das forças militares em desenvolvimento de uma política oficial. Dar voz oficial às vítimas também pode ajudar a reduzir seus sentimentos de indignação e raiva [...] o fato de se reconhecer oficialmente o sofrimento das vítimas melhorará as possibilidades de confrontar os fatos históricos de maneira construtiva (ZYL, 2012, p.292-293).

É público e notório que a verdade, durante o regime militar, foi amordaçada, trancafiada e escondida da população pelas forças dominantes que, de forma ilegítima, mantinham-se no poder sob o escudo da mentira e da repressão. Posteriormente, principalmente em razão do reestabelecimento da democracia, essas arbitrariedades e crueldades cometidas pelos agentes da repressão não poderiam ser esquecidas, pois, ao contrário do que muitos militares pregam, não havia qualquer justificativa para que o passado fosse enterrado, pois é nele que residem as memórias da verdadeira História do Brasil. Portanto, as graves violações cometidas em face dos direitos humanos precisavam e ainda precisam ser investigadas, esclarecidas e lembradas, para que não voltem, no futuro, a fazer parte do cenário e cotidiano nacional. Esse dever Estatal direcionado ao resgate da verdade e da memória é uma das importantes etapas ao alcance da chamada Justiça de Transição.

Sobre o tema, a professora Glenda Mezzaroba (2008 apud NASCIMENTO, 2008) ressalta que nos processos de justiça transicional, o Estado, em razão das graves violações cometidas contra os direitos humanos durante o período de exceção, passa a ter deveres no tocante às vítimas; são eles: a) investigar, processar e punir os violadores; b) revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade; c) oferecer reparação adequada; e d) afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade. Assim, nesse cenário, as comissões de verdade assumem importante papel no cumprimento do dever estatal de elucidar e resgatar a verdade escondida e amordaçada pelos órgãos de repressão.

No Brasil, essa busca pela verdade culminou, depois de uma longa e árdua batalha, na sanção da Lei nº 12.528/2011, possibilitando a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, cujos objetivos precípuos eram investigar e tentar esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. A criação da referida Comissão representou um passo importante no que diz respeito ao processo de justiça transicional, especialmente no que diz respeito à revelação da verdade, conforme inicialmente destacou a Presidente Dilma Rousseff, durante a cerimônia de instalação; vejamos:

(...) Senhoras e senhores,

Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade. O Senhor Diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.” A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia. Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície e se torne conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações. A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu. Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições. O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... E nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo.

Em seguida, a Chefe do Poder executivo Federal ressaltou a importância da contribuição de cada Presidente, desde a redemocratização, na construção do caminho em busca da verdade e da reconciliação nacional:

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático. Infelizmente, não nos acompanha o presidente Itamar Franco, a quem rendo as devidas homenagens, por sua digna trajetória. Por sua digna trajetória de luta pelas liberdades democráticas, assim como pelo zelo com que governou o Brasil, sem qualquer concessão ao autoritarismo. Cada um de nós aqui presentes – ex-presidentes, ex-ministros, ministros, acadêmicos, juristas, militantes da causa democrática, parentes de mortos desaparecidos e mesmo eu, uma presidenta – cada um de nós, repito, é igualmente responsável por esse momento histórico de celebração. Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura. A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura. O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica. Aos que entenderam e souberam convencer a nação de que o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar seus entes queridos, vitimados pela violência praticada pela ação do Estado ou por sua omissão. É por isso, é certamente por isso que estamos todos juntos aqui. O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país. Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática (...). (BRASIL, 2012, p.1).

As palavras da opositora do regime militar e atual Presidente do Brasil denotam a importância dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no alcance da verdade e recuperação da memória, permitindo, pois, um conhecimento pleno da História e “o encontro da nação consigo mesma”. O Brasil não poderia permanecer apenas com a versão camuflada e manipulada dos militares, sem que a

outra parte, os opositores e vítimas do regime militar também fossem ouvidos. A mencionada Comissão não surgiu da noite para o dia, mas é fruto das constantes reivindicações de vítimas e de familiares de mortos e desaparecidos políticos que, aos poucos, foram avançando politicamente em cada governo na busca pela realidade dos fatos; tampouco, foi criada com a intenção de vingança ou com a intenção de transformar os que foram oprimidos em opressores, mas sim para permitir que a verdade silenciada pudesse ter voz.

Visando dar efetivação ao direito à memória e à verdade histórica, bem como promover a reconciliação nacional, a Lei nº 12.528/2011 trouxe em seu artigo 3º uma série de objetivos a serem alcançados pela Comissão. Dispõe o referido artigo:

Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

I - Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, 2011, p.1).

A partir desses objetivos, a Comissão Nacional da Verdade analisou arquivos, coletou documentos, realizou diligências e audiências; todas essas ações direcionadas a elucidar o que havia por trás desse passado vergonhoso da história do país, mais especificamente dentro do período compreendido entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Durante os dois anos e sete meses de muito trabalho,

realizaram-se 80 audiências e sessões públicas, tendo sido colhidos 1121 depoimentos, dentre eles 132 eram de agentes públicos¹⁸.

Ao final dos trabalhos, a CNV apresentou um relatório com 4.328 páginas; nele 377 pessoas foram indicadas como partícipes diretos ou indiretos dos casos de tortura e assassinatos ocorridos no período supracitado. Concluiu-se, ainda, que agentes públicos foram mobilizados para, de forma sistemática, praticar prisões ilegais, tortura, execuções e cometer os mais variados crimes, inclusive ocultação de cadáveres e sequestros. Graves violações de direitos humanos foram cometidas pelo regime militar contra a sociedade civil, inclusive contra mulheres, crianças e idosos (BRASIL, 2014).

Diante do que fora apurado, em atendimento ao que reza o artigo 11, da Lei nº 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade fez vinte e nove recomendações. Dentre elas, está a de que as Forças Armadas reconheçam a sua responsabilidade no que diz respeito às graves violações de direitos humanos ocorridas durante do regime militar. Também há uma preocupação de continuidade dos trabalhos da comissão, inclusive com recomendação de criação de um órgão permanente com este fim.

Mesmo sem qualquer poder punitivo, a Comissão contribuiu com a elucidação de muitos fatos e divulgação dos nomes de agentes da repressão, permitindo que a sociedade soubesse o que houve e quem estava por trás das ações cruéis, que destruíram física e psicologicamente várias pessoas que ousaram sonhar com um país livre e democrático; ações estas que acabaram com famílias, separou casais e tornou muitos filhos órfãos. A partir dos trabalhos realizados, considerável parte desse passado tenebroso que a ditadura, a todo custo, tentou encobrir, foi revelada. Preocupada com as verdades ainda não reveladas, bem como na prevenção de barbáries futuras de mesma natureza, a Comissão Nacional da Verdade deixou várias recomendações intencionando um presente mais esclarecido e um futuro livre, democrático e mais humano.

¹⁸ Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

2.3.4 Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba

Em 11 de março de 2013, na cidade de João Pessoa, o Governador da Paraíba, instalou a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória, através do decreto nº 33.426/2012¹⁹, com o objetivo de procurar esclarecer violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos contra paraibanos, entre 1964 e 1985. Na oportunidade, foram nomeados como membros: Paulo Giovani Antonino Nunes (Presidente), João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, Fábio Fernando Barbosa de Freitas e Waldir Porfírio da Silva.

Para um maior aprofundamento e desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão organizou dez grupos de trabalho, dividindo-os por aspectos da repressão a serem elucidados, quais sejam:

- Mortos e desaparecidos políticos do regime militar;
- Mapa da tortura;
- Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional;
- Cassação de mandatos eletivos e a magistrados;
- Demissão de servidores público federais;
- Ditadura de gênero;
- Estrutura da repressão na Paraíba;
- Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil;
- Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses;
- A bomba estourada no Cineteatro Apolo 11.

Depois de um ano e meio de trabalho, a Comissão apresentou um relatório parcial, contendo 117 páginas. Em menos de um ano, mais precisamente no período compreendido entre 28 de junho de 2013 e 25 de março de 2014, a Comissão Estadual da Verdade já havia realizado catorze audiências públicas, obtendo o testemunho de quarenta vítimas da repressão do regime militar²⁰.

¹⁹ Decreto 33.426, de 31 de outubro de 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Marx/Downloads/DEC.%2033.426-CRIA%20A%20COMISS%20VERDADE%20-MEMORIA.pdf>. Acesso em: 21 mar 2016.

²⁰ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

No primeiro relatório, com base em dados fornecidos pela União Federal, dispostos no livro “Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, dentre as vítimas do regime militar, a Comissão Estadual identificou três paraibanos mortos e seis desaparecidos políticos. O referido documento trouxe, ainda, uma relação com o nome de trinta e três pessoas torturadas, citando, inclusive, sete locais dentro do Estado da Paraíba onde, possivelmente, os martírios ocorriam²¹.

A Comissão Estadual teve acesso a documentos extremamente importantes, como o acervo pessoal do ex-deputado Antônio Augusto Arroxelas, bem como os arquivos oriundos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) da Paraíba e de Pernambuco e do Serviço Nacional de Informações (SNI), os quais estão auxiliando na compreensão da atuação da repressão naquele período²².

A partir dos resultados dos trabalhos da Comissão Estadual, parte da história do Brasil e da Paraíba, ocultada dolosamente pelo Regime Militar, virá à tona, servindo, especialmente, aos que não vivenciaram esse momento triste e vergonhoso da história de nosso país, como exemplo de experiência que não deve ser revivida.

3 REPRESSÃO E TORTURA: ONDE ESTÃO OS DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA PARAÍBA?

3.1 O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E O DESAPARECIMENTO DE PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO (PEDRO FAZENDEIRO) E JOÃO ALFREDO DIAS (NEGO FUBA)

Desde a colonização portuguesa, conforme sustenta Andrade (1986 apud TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011), a construção do cenário agrário da Zona da Mata paraibana foi arquitetada com suporte na concentração fundiária, na monocultura da cana-de-açúcar e na exploração do trabalho. Mesmo com o fim da escravidão, a ausência de distribuição de terras impediu que os escravos tivessem alguma opção de liberdade efetiva, permanecendo, assim, necessariamente ligados

²¹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

²² Disponível em: <<http://memoriasdeverdade.blogspot.com.br/2016/04/comissao-estadual-da-verdade-da-paraiba.html?spref=fb>>. Acesso em: 4 abri 2016.

aos antigos senhores e às terras onde trabalhavam, desta vez como moradores, porém ainda explorados. Perderam apenas a denominação de escravo, entretanto permaneciam atendendo aos anseios dos seus senhores, trabalhando exaustivamente para suprir as demandas dos engenhos e das usinas. A exploração do trabalho não teve um fim com o advento da libertação dos escravos, uma vez que o camponês continuava submisso e com obrigações perante o proprietário da terra. Para ter direito a uma pequena casa e plantar cultura de subsistência no terreno, o campesino era obrigado a pagar uma espécie de aluguel, que consistia em reservar alguns dias de trabalho gratuito durante a semana, os quais, a critério do patrão, geralmente variavam de um a quatro (SOUZA, 2008). Andrade (1986) explica que, ao campesino, normalmente, era reservado um pedaço de terra de baixa produtividade e uma pequena casa, de alvenaria ou de taipa, contudo a contrapartida para com o proprietário do engenho implicava na destinação de vários dias de trabalho gratuito, impedindo que o campesino cuidasse do seu próprio roçado.

Os latifundiários, por meio do cambão²³, impunham aos camponeses uma condição análoga a de escravos, exigindo-lhes que trabalhassem para eles gratuitamente vários dias da semana, sob pena de punições severas e castigos. Além disso, cerceavam a liberdade dos trabalhadores, obrigando-lhes a votar em seus candidatos e a adquirir produtos, exclusivamente, nos barracões de suas fazendas, o que, geralmente, resultava na escravidão por dívidas. Sobre este triste drama, relata Francisco de Assis Lemos:

Tudo aquilo que ele produzia, a partir do ovo da galinha, não era possível levar para a feira da cidade, tinha que entregar no barracão da fazenda e tudo aquilo que o camponês precisasse, também tinha que buscar no barracão da fazenda e nessa relação não entrava dinheiro. Quantos companheiros, quantos camponeses, naquela época, a gente encontrava já com o cabelo branco, que nunca tinha botado uma moeda no bolso porque o seu trabalho, o seu relacionamento era esse; era a troca daquilo que produzia por aquilo que tinha no barracão da fazenda²⁴.

A realidade do campo ensinava que acima das leis do país, estavam as leis dos proprietários. Eram eles que ditavam as regras que conduziam o comportamento

²³ O cambão era uma espécie de pagamento de aluguel (foro) pago ao proprietário do sítio e da casa onde o camponês vivia. Esse pagamento não se dava em dinheiro, mas sim por meio do trabalho gratuito do campesino, durante alguns dias da semana.

²⁴ Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. **Apanhando Taquigráfico do Seminário Memória das Ligas Camponeses**. João Pessoa, 2006. p. 12.

dos camponeses. O trabalhador do campo não tinha direito de pensar, tampouco de lutar contra isso. Quando contrariados, os patrões, comumente, castigavam seus empregados, por meio de agressões, físicas e morais, expulsão da propriedade ou tirando-lhes a vida, sem deixar vestígios. A maldade dos fazendeiros não encontrava limites e condutas tidas como mais gravosas, eram castigadas com caboco e com a língua de boi. No primeiro caso, a vítima era colocada em um reservatório com água até a boca, ficando lá por bastante tempo e, quando não se afogava por ter sido esquecido, permanecia no castigo até começar a se afogar. Já a outra punição, consistia em cobrir por inteiro o corpo do trabalhador com mel, amarrá-lo e deixar perto do gado para ser lambido, até que ficasse em carne viva. Todo o sofrimento do castigado era, propositadamente, exposto aos demais, pois além de impor medo, servia como um alerta aos que tinha como intenção de contrariar os interesses do latifundiário (ROCHA, 2009).

A indignação do trabalhador rural em relação a exploração de seu trabalho, com a ausência de perspectivas e com as injustiças cometidas contra o homem do campo são bem representadas nas palavras de João Pedro Teixeira, líder camponês, ao indagar a sua esposa, filha de Manoel Justino, um fazendeiro e comerciante, sobre as condições em que viviam os empregados de seu pai:

- Elizabeth, você tá sabendo que o teu pai dá como almoço, para os empregados açúcar preto, farinha e piaba seca? É essa "bóia" que seu pai destina aos trabalhadores. Homens que trabalham duro, no sol! Você sabia disso? E tem muito empregado que aceita essa miséria! Você sabia?!
- Isso não pode continuar! Não vai continuar! Temos que acabar com a exploração, com essa escravidão! É a falta de terra para plantar! É a comida faltando na mesa! É o salário de miséria! É o cambão! É o barracão! Tudo escraviza o homem do campo! Basta! Tá no tempo de dar um fim nisso (ROCHA, 2009, p. 46).

Diante de uma realidade de concentração de terras, injustiça social e de negação de direitos para o trabalhador do campo, surge, em 1958, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé que, posteriormente, ficou conhecida como Liga Camponesa de Sapé. A exemplo da Liga Camponesa do Engenho da Galileia, de Pernambuco, a organização sapeense tinha como fim inicial prestar assistência social e garantir suporte jurídico aos associados. Segundo Souza (2008), a primeira diretoria da entidade ficou composta da seguinte forma: Presidente, Severino Alves Barbosa; Vice-presidente, João Pedro Teixeira; Primeiro Secretário, Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro); 2º Secretário, Severino José da Silva;

Tesoureiro, Walter Acioly; Orador, João Alfredo Dias (Fuba); advogado, José Gomes da Silva.

Ressalta Rocha (2009), que inicialmente o estatuto da entidade foi confeccionado de forma a não chamar a atenção dos latifundiários, o que permitiu que a associação ganhasse solidez e se fortalecesse antes de começar a ser incomodada. Desta forma, elementos importantes não foram intencionalmente citados, como é o caso da assessoria jurídica e dos pleitos, tais como: salário mínimo, décimo terceiro salário; pagamento do salário em dinheiro; permitir o pagamento do foro em dinheiro; estabilidade atinente ao local de moradia do trabalhador; pagamento das benfeitorias efetuadas pelo morador, quando este tivesse que deixar a terra, o descanso semanal remunerado e a indenização por tempo de serviço. Outro fato importante a ser lembrado é que, justamente para evitar conflitos imediatos com os proprietários, um dos principais objetivos, o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária, fora propositadamente omitido do estatuto.

Os camponeses, às escondidas, passaram a se reunir com frequência aos domingos. Nos encontros faziam um retrospecto da semana e dos abusos que teriam sofrido, passando estes a ser denunciados, divulgados na imprensa e, em alguns casos, conduzidos ao Judiciário. Alguns meses depois, os latifundiário e usineiros perceberam que os objetivos da associação não se restringiam à beneficência e isso passou a incomodar, especialmente quando as ações desumanas para com os trabalhadores passaram a ser expostas à sociedade. Cientes das ações da Liga, os proprietários rurais passaram a fazer uso da violência como forma de amedrontar e intimidar os camponeses. Residências foram destruídas e a polícia, a serviço dos latifundiários, auxiliava no trabalho de intimidação. Para enfrentar a fúria dos fazendeiros, a Liga organizou-se ainda mais, encurtando a distância entre os camponeses e a direção da entidade, criando, em 1961, a figura do Delegado. Este, nada mais era que um representante de cada propriedade, incumbido de passar as orientações da organização para os camponeses e, concomitantemente, informá-la sobre as movimentações dos proprietários (SOUZA, 2008).

Entretanto, em meados do ano supracitado, especialmente após Jânio Quadros renunciar e João Goulart assumir a Presidência da República, o conflito agrário entre latifundiários e camponeses na Paraíba ganhou uma dimensão nacional, principalmente em razão da violência que ceifou vidas de ambos os lados (RAMOS, 2012). Sobre esse período, relata Elizabeth Teixeira:

A luta tomava-se cada vez mais forte, e a violência acompanhava! Quando Jânio Quadros renunciou, apesar de não termos nada com isso, a nossa casa foi cercada por soldados. Quase puseram a porta abaixo e foram entrando, empunhando metralhadoras. Reviraram tudo, mexeram em tudo e levaram João Pedro, deixando tudo destruído e meus filhos amedrontados. Que ligação poderia haver entre a renúncia de um Presidente da República com a luta de João Pedro?! Tudo era motivo e tudo justificava a perseguição tenaz contra o meu companheiro e todas as outras lideranças (ROCHA, 2009, p. 63).

Entende Benevides (1985) que a violência foi o meio encontrado pelos latifundiários de tentar frear a atuação das ligas camponesas. O Governador Pedro Gondim assimilava a luta dos camponeses como incidentes normais de conflitos de classes, contudo o Grupo da Várzea não pensava do mesmo jeito; acreditava que a subversão das ligas só teria um fim a partir do silenciamento de seus líderes; contudo, essa dedução dos latifundiários estava completamente equivocada, pois com a mesma rapidez que eles, covardemente, tiravam a vida de uma liderança, outra surgia para tomar as rédeas do movimento e dar seguimento à luta por melhores dias melhores, contra as injustiças do campo. Uma das grandes provas disso repousa no exemplo de vida e nas palavras de João Pedro Teixeira, o qual, já prevendo a ação dos proprietários de terra contra a sua vida, assim pronunciou:

Eu estou aqui pregando pra vocês, mas eu vou ser morto. E essa luta vai continuar, mas vai ser abafada. Mas, ainda não é o fim, é somente o começo. Vai ficar como um fogo de monturo por baixo. E quando ele levantar mais tarde, aí não tem água que apague o fogo! (VAN HAM, 2006, p.30).

Essa fase mais intensa de violência direta contra os membros da liga, lembra Souza (2008), tem início em março de 1961, na Fazenda Miriri, quando Pedro Ramos Coutinho, proprietário do mencionado latifúndio, contrata Manoel Pereira da Silva (Peito de Aço), conhecido pistoleiro pertencente aos quadros da Polícia, para administrar a sua propriedade. Uma das primeiras ações do referido administrador foi informar à liderança local da Liga, Alfredo Nascimento que, no dia 14 de março de 1961, todos os membros da organização seriam expulsos da fazenda. Diante do aviso, temendo que algo de grave acontecesse com Alfredo, uma comissão, formada por Francisco de Assis Lemos, José Gomes da Silva (advogado), Malaquias Batista (Médico), Antônio Teixeira (prefeito de Santa Rita) e Ofélia Amorim (Advogada), foram ao encontro do Governador Pedro Gondim para cientificá-lo do problema, solicitando

a sua intervenção tomar as providências cabíveis, necessárias à preservação da integridade e vida do camponês.

Ocorre que, mesmo diante da promessa do Governador de que falaria com Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos, na data informada o líder camponês e o administrador da fazenda morreram em confronto. Em razão do fato, temendo que algo lhe acontecesse, o dono da Fazenda Miriri não mais voltou às suas terras, passando estas a serem administradas pelos camponeses. Sobre o trágico acontecimento, relatou com detalhes Francisco Antônio da Silva, trabalhador de Miriri:

Miriri era um lugar de riqueza, um lugar de muita fartura, um lugar de água, um lugar muito bom. O pessoal que pagava renda, pagava renda, os que pagava, diária, pagavam diária.... A gente ia, trabalhava a semana e ainda deixava o cambão. E aqueles que pagavam foro, pagavam o arrendamento, só pagavam de ano em ano. Mas era bom. O pessoal criava, o pessoal trabalhava, o patrão era uma boa pessoa, não era ruim, não. Miriri era um lugar que fornecia a feira em toda essa redondeza, daqui, de Sapé, de João Pessoa. Todo esse combustível era daqui, porque em Miriri se trabalhava de inverno a verão. Eu mesmo trabalhava plantando milho, batata, feijão. A gente trabalhava arrendado... [Alfredo] estava situado, e não queria sair da terra. Ele queria trabalhar que nem a gente aqui, queria terra para trabalhar..., Mas o patrão não queria mais dar terra para trabalhar. Aí, ele já estava situado, já plantava... fizeram um sítio, fizeram casa. Era muita gente, nesse tempo era muita gente... O que eu sei é que no dia da morte de Alfredo, tinha uns homens que eram pistoleiros acampados na fazenda do Engenho, onde era a fazenda do Dr. Pedro Ramos, em Miriri. E eles vieram mandados do patrão, a modo de acabar com a violência dos camponeses. Quando eles vieram, tinha uma turma de trabalhadores trabalhando perto da estrada central, (...) aí chegaram esses três homens – Capa de Aço, Mala Velha e tinha um outro, Zé Caetano O Alfredo (...) já ia da venda para casa. Tinha vindo comprar comestível, alguma coisa para comer. E a venda era na beira da estrada. Aí, quando ele chegou lá junto dos trabalhadores ... chegaram os homens montados a cavalo, todos armados de rifles, de revólver (...) assim o pessoal conta, que eu não vi. Eu sei que botaram os dois abaixo, e o outro que vinha andando montado no cavalo atirou em Alfredo, e Alfredo caiu. Aí pronto, Alfredo morreu logo. Aí, quando Alfredo morreu, o pessoal que estava no trabalho, eles vieram e mataram todos os dois, de machado, de foice, de faca..."Capa de Aço" e "Mala Velha" (...) que eram os capangas que vieram para acabar com as Ligas camponesas. Zé Caetano, que vinha dirigindo eles, que veio comandando, que era empregado e conhecia toda aquela região. Ele já veio obrigado, e quando viu o desastre da briga, correu logo. Ainda correram atrás dele, mas não pegaram. Ele foi se embora. Os dois morreram, aí o pessoal se espalhou pelo mundo, porque mataram... quando pegou essa guerra o povo ficou todo desabando pra aqui, pra acolá, tudo com medo (...) (VAN HAM, 2006, p. 61).

Confirmando os fatos acima delineados, o camponês José Hermínio Dionísio deu mais detalhes do triste episódio da fazenda Miriri:

O Pedro Ramos conseguiu levar jagunço, dizendo eles o tal ser policial reformado, o que ali era conhecido como "Capa de Aço". Ele entrou na

fazenda Miriri, e ali o jagunço tinha o nome de “Capa de Aço”, e foi exclusivamente com o propósito para matar camponeses. Como se subordinado o acompanhava o Juvenal, “Capa de Aço comissionado, e o Juvenal, ex-guarda noturno na capital. Pedro Ramos o contratou, lhe pagando dez mil cruzeiros mensais, com despesa para e a feira semanal pra família. Até que no primeiro combate com camponeses, morreram dois: Juvenal, um capanga de Pedro ramos, e um camponês, o qual se chamava Alfredo Pereira do Nascimento, em 1962²⁵.

Mesmo após o episódio da Fazenda Miriri, os conflitos entre latifundiários e membros das ligas camponesas continuaram e, em 2 de abril de 1962, vitimou João Pedro Teixeira, vice-presidente e um dos fundadores da Liga Camponesa de Sapé. Sustenta Souza (2008), que, sob o subterfúgio de discussão sobre uma contenda judicial envolvendo o sítio Antas, o líder camponês foi chamado para uma reunião em João Pessoa, no escritório do advogado José Gomes da Silva. Ocorre que, subitamente, o encontro foi remarcado para às 17 horas do mesmo dia; descontente, João Pedro não concordou em esperar e, após visitar à sede das Ligas e comprar livros e cadernos para os filhos, resolveu retornar para casa. Nas proximidades do Sítio Antas do Sono, foi atingido com cinco tiros de fuzil, desferidas pelo cabo Antônio Alexandre, sob ordens de Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares. Discorre o autor que também participaram da emboscada o soldado Francisco Pedro da Silva, conhecido como “Chiquinho”, “Nobreza” ou “Chicão”, e Arnaud Nunes Bezerra, vaqueiro do Engenho Recreio, cujo proprietário era Aguinaldo Veloso Borges. Convém mencionar que os dois primeiros executores faziam parte dos quadros da polícia militar.

O assassinato de João Pedro Teixeira teve repercussão nacional e internacional, sendo, inclusive, noticiado na revista *Times*, onde parte do discurso do Deputado Raymundo Asfora foi reproduzido. Em Sapé, a Liga Camponesa promoveu um ato público, com o apoio e participação de diversas entidades e de camponeses de várias regiões do país, demonstrando a força e o respeito que João Pedro Teixeira adquiriu em razão da sua luta (SOUZA, 2008).

Os latifundiários, usando da violência extrema e de profunda covardia, extirparam a vida de João Pedro Teixeira, certos de que poriam um fim nos trabalhos das ligas camponesas e que calariam definitivamente a voz renitente do trabalhador do campo em busca de justiça e de melhorias nas condições de trabalho. Todavia, os detentores do poder estavam integralmente enganados, pois, ao contrário do que

²⁵ Idem. p. 63.

intencionavam, disseminaram a luta e os anseios do líder camponês, fazendo o seu grito por justiça social ecoar em alto e bom som em várias partes do Brasil e do mundo. Ao fazer tombar João Pedro no chão, não destruíram o movimento camponês e nem conseguiram apagar as lembranças do camponês que resistiu bravamente e nunca se rendeu ao poder do latifúndio, apenas plantaram uma semente de fortalecimento, difusão e de continuidade.

Com bastante brilhantismo, o Deputado Raymundo Asfora, no dia seguinte à morte do grande líder da Ligas Camponesa de Sapé, denunciou as práticas criminosas, mesquinhas e injustas que estavam acontecendo na Várzea e que, além de atormentar a população camponesa, foram a causa do assassinato do jovem líder camponês. De forma profética, também enfatizou que a morte de João Pedro Teixeira não significaria o fim da luta dos camponeses; seguem alguns trechos:

(...).

Sonhara com a reforma agrária. Mas não pensara na revisão dos estatutos das glebas empunhando uma foice ou um bacoarte, na atitude dos desesperados. Apelava, apenas, para a organização da opinião camponesa, da opinião dos campos, porque organizada a opinião do povo tudo mais ficaria organizado.

Nunca me deparei, paraibanos, com uma população rural tão penetrada e compenetrada de consciência de classe, do valor da disciplina e da coesão como os lavradores de Sapé. Foi João Pedro quem os convenceu, mobilizando-os, ardentemente, em cada feira e em cada roçado. Argumentando sempre, com uma fé inquebrantável, sobre a necessidade da formação de seu sindicato. De um sindicato igual aos vossos, trabalhadores de João Pessoa, respeitado pelos patrões, protegido e protetor. Por que os latifundiários não querem respeitar as Ligas Camponesas? Por que? Não se organizam eles nas cidades? Nas associações comerciais, nas federações das indústrias, não frequentam eles o Clube Cabo Branco, o Clube Astréa, os clubes do Recife e do Rio? Por que os camponeses não têm direito de ter a sua Liga?

(...)

Os latifundiários, todavia, na sua ganância, fingem desconhecer essa verdade, e na sua cupidez e na sua egolatria, negam aos pobres até o direito de ter fome. Fecham as suas propriedades ao cultivo, trazem-nas avaramente estagnadas, mandando matar aqueles que desejam transformá-las num instrumento de produção e de felicidade social. São tão mesquinhos, no seu egoísmo, que na expressão de um ironista, deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol.

(...)

É inútil matar camponeses. Eles sempre viverão. Julgam que desapareceste e estás, agora, em toda parte. Antes de morrer eras apenas a silhueta de um homem no asfalto.

Mas agora, paraibanos, João Pedro virou Zumbi, virou assombração para os que odeiam os camponeses. Todavia, para nós outros, serás o eterno irmão.

Serás uma sombra que se alonga pelos canaviais, que bate forte nas portas dos engenhos, que passeia pelas estradas de Sapé, que fala, pela boca de milhares de criaturas escravizadas, a mesma língua que, com a sua

morte, não se perdeu porque a mensagem dos verdadeiros líderes não se esgota.

Não vamos enterrar um homem, vamos plantá-lo. Vede: os olhos de João Pedro ainda estão abertos. Eles viram muito, eles viram quase tudo. Agora, imobilizados para sempre, virados pela morte, eles continuarão ainda mais abertos, e nem a terra, que sempre viveu dentro deles, os fechará.

Pararam o teu coração João Pedro. Sobre ele, trazias algumas cartilhas. O tiro de fuzil, ignóbil e covarde, num percurso diabólico, não apenas rebentou o teu peito, mas despedaçou sonhos de educação de teus filhos. Os latifundiários julgaram que, com a tua morte, deixarias, apenas, uma viúva e onze filhos órfãos, mal supondo que, com ela, surgirão novos camponeses revoltados, outro João Pedro, numerosos outros lutadores.

Tua sombra grita na voz do vento dentro da noite, e pede justiça, e clama vingança, frequente, em forma de remorso, as reuniões dos poderosos, que, hirtamente imóvel, se posta à frente da memória daquele que te matou e da consciência dos que te mandaram matar.

Pessoenses: meditemos profundamente na destruição de João Pedro, na tremenda cilada que armaram contra o inesquecível líder, na carga de ódio que caiu sobre si com o peso de um destino. Ele sofreu no próprio sangue a grave ameaça que existia contra todos nós. Que todos os patriotas dobrem os joelhos diante de seu túmulo.²⁶

Depois da análise do processo relativo à morte de João Pedro Teixeira, o Juiz da Comarca de Sapé, Walter Rabelo, decidiu que Antônio Alexandre da Silva, Francisco Pedro da Silva, Arnaud Nunes Bezerra, Antônio José Tavares e Pedro Ramos Coutinho seriam submetidos ao julgamento de um júri popular, em razão do assassinato do líder camponês; todavia, mesmo havendo indícios contra ele, o principal mandante, Aguinaldo Veloso Borges, por ter saído da 5ª suplência e assumido uma vaga de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa, em razão de uma manobra orquestrada por Joacil Pereira, Deputado Estadual com forte influência política, foi amparado pela imunidade parlamentar, livrando-se do julgamento (SOUZA, 2008). O próprio parlamentar, em entrevista, deu detalhes de como aconteceu o “movimento” direcionado a livrar da prisão o mandante do assassinato de João Pedro Teixeira; vejamos:

Dr. Valter Rabelo. Pedindo-se, portanto, a prisão preventiva desses três elementos, como autores intelectuais. Dr. Agnaldo era suplente de deputado. Ele sempre se elegia deputado estadual, mas nessa última eleição ele se descuidou um pouco da sua eleição e não foi eleito. Ficou como suplente, ficou numa quarta ou quinta suplência, não me lembro bem. Então nós fizemos um movimento dentro da nossa bancada para tirar licenças de alguns deputados, para ele assumir e ficar obrigado pelo instituto das imunidades. Isto foi feito e dr. Agnaldo não foi preso graças a esse movimento que nós fizemos na Assembléia para licença de alguns deputados. Porque a prisão preventiva dele chegou a ser requerida, e o juiz de Sapé chegou a receber denúncia contra ele, ou, por outra, chegou a considerar a denúncia oferecida

²⁶ Discurso do Deputado Raimundo Asfora proferido durante o enterro de João Pedro Teixeira. Disponível em: <<http://raymundoasfora.com.br/oficial/?p=79#more-79>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

pelo representante do Ministério Público e pediu permissão à Assembléia para ele ser processado. Porque, aí, ele já estava em exercício do mandato. A Assembléia negou. Essa luta foi uma luta tremenda na Assembléia, a qual nós lideramos, nós comandamos. Convém não esquecer que naquela época eu era líder da UDN. (...) (PEREIRA, 2001).

Menciona Cittadino (1998) que o assassinato de João Pedro Teixeira impulsionou o movimento camponês e fê-lo propagar para outras regiões, tanto em virtude da revolta dos trabalhadores do campo, frente ao poder e à impunidade dos latifundiários (mandantes do crime), quanto em razão da grande repercussão do caso, gerando comoção e inúmeras adesões de diversos seguimentos sociais ao movimento. Explica a historiadora que a partir daí estreitou-se as ligações entre os setores urbanos e o movimento camponês na Paraíba. Entidades, grupos e partidos, identificados com a luta camponesa, passaram a apoiá-la, entre eles o MNB (Movimento Nacionalista Brasileiro), a União dos Estudantes da Paraíba (UEEP) e Associação Paraibana de Imprensa (API). Com a contribuição de estudantes, intelectuais, jornalistas, políticos de esquerda, operários e sindicalistas urbanos, entre outros, o movimento campesino fica ainda mais fortalecido.

Após a morte de João Pedro Teixeira, a Liga Camponesa continuou a sua luta, agora, sob a liderança de Elizabeth Teixeira, de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro). Três anos após o seu surgimento, a Liga de Sapé já contava com 15 mil camponeses, além de estudantes, trabalhadores urbanos, profissionais liberais e comerciantes (CARNEIRO, 2010).

A liga conscientizou e fez com que os camponeses, unidos e politicamente organizados, pudessem alcançar os seus direitos e, conseqüentemente, materializar os seus sonhos. Fez brotar um espírito combativo e esperançoso, quando antes restava apenas um corpo faminto, desacreditado, castigado e submisso. Foi um movimento que ganhou força e, aos poucos, foram conquistando apoios e espaço político, demonstrando que os senhores de engenho e usineiros não tinham controle total sobre todas as coisas.

No dia 1º de maio de 1962, os camponeses, em passeata, demonstraram essa força nas ruas do Centro de João Pessoa. Trabalhadores rurais, dos lugares mais diversos da Paraíba foram chegando e lotando o Parque Solon de Lucena. Pedro Gondim, então Governador do Estado, subiu à tribuna e, diante de cerca de seis mil campesinos, fez um discurso tranquilo, finalizando nos seguintes termos:

Aqui, neste primeiro e memorável encontro dos bravos trabalhadores do campo e da cidade, a minha posição humanamente a mesma, humanamente a vossa, é, entretanto, circunstancialmente diferente, por vezes mais delicada que a de outros companheiros. Não adiantaram palavras tendentes a separar do homem a responsabilidade do cargo e a posição no palco dos acontecimentos. Seria um apressado, nas fronteiras da irresponsabilidade, se adotasse irrestritamente e de plano, sem estudo de causas e efeitos no complexo governamental movimento de qualquer origem ou natureza. Perderia, na tomada puramente emocional da atitude, a insuspeição do magistrado que, assim atingido, não teria forças para impor o inquérito da verdade a caminho da justiça (RAMOS, 2012, p.105-106).

O pronunciamento de Pedro Gondim para os camponeses, segundo Ramos (2012), mesmo desprovido de qualquer caráter subversivo ou tendência comunista, não foi visto com bons olhos pelos militares que, a esse tempo, já arquitetavam o golpe contra João Goulart que aconteceria dois anos depois.

No mês seguinte, destacou Arruda, mais especificamente em 29 de julho de 1962, houve a visita de João Goulart à Paraíba, reunindo cerca de 20 mil pessoas no Parque Solon de Lucena.

A pujança do movimento camponês positivou-se a 29 de julho de 1962, quando, deslocando-se de ônibus, trens e caminhões, seus integrantes ocuparam a Capital, para, à tardinha, constituírem a maior parte do público que lotou o Parque Solon de Lucena, a fim de receber o presidente João Goulart. Falando, na oportunidade o ex-deputado comunista Roberto Morena salientou que o fato era histórico, porque a partir daquele momento, o movimento social brasileiro passava a caminhar com duas pernas, os trabalhadores do campo e da cidade. (ARRUDA, 1994, p.102).

Durante seu discurso, contrariando a expectativa das lideranças campesinas e urbanas presentes, João Goulart não mencionou os episódios de violência no campo que culminaram nas mortes de João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento. Outrossim, apesar de demonstrar sutil atenção à região, ao mencionar suas intenções e planos direcionados à melhoria da situação do Nordeste, inclusive prevendo a possibilidade de uma futura reforma agrária, calcada nos princípios democráticos e cristãos, rechaçou por completo que esta se desse nos moldes aplicados na Rússia, na China comunista e em Cuba, pois, segundo ele, não se adequavam à realidade do país e nem aos interesses dos trabalhadores do campo (BENEVIDES, 1985).

O Governador Pedro Gondim, por sua vez, surpreendendo negativamente a massa camponesa presente, não fez alusão à reforma agrária, tampouco às Ligas e a sua luta. Sobre o fato, ponderou o escritor Rui Facó:

Vi a frieza com que receberam o discurso indefinido e tímido do governador Pedro Gondim, porque o governador não fez uma referência sequer às Ligas Camponesas, a seu movimento, à sua luta pela reforma agrária. Gondim parecia um homem entre dois fogos. Entre o poder econômico e a influência política que ainda possuem os latifundiários, de um lado, e o despertar da massa camponesa de outro, parecia um homem atarantado. Devo acrescentar que o governador Gondim tem resistido muitas vezes a pressões dos latifundiários contra as ligas, mantendo atitudes democráticas. Mas parece temer uma quebra de equilíbrio, recear que as vagas do movimento camponês vão rebentar mais fortemente às portas do Palácio. Pretende conservar-se neutro entre duas tendências antagônicas: a das Ligas, que reclamam terra, e dos latifundiários, tradicionalistas e retrógrados, que se aferram de unha e dentes a seus feudos imensos e aos privilégios antigos, ambos ameaçados²⁷.

Destaca Cittadino (1998) que o comportamento do governo, sem qualquer posição mais determinada, sempre tentando buscando conciliar os conflitos entre os grupos de esquerda e latifundiários, com preocupação de não desagradar qualquer dos lados, representava bem “a composição populista” que garantiu que Pedro Gondim fosse eleito. As dificuldades de manutenção desse perfil passaram a se acentuar cada vez mais, rendendo-lhe uma alternância elogios e críticas de ambos os lados. Se num momento era parabenizado pelo apoio junto ao governo federal em prol das reformas de base, pela não utilização da polícia como instrumento de repressão à livre manifestação dos camponeses e pelo apoio geral à causa dos trabalhadores do campo; em outras ocasiões era acusado de ser cúmplice dos latifundiários, permitindo a ação violenta de seus capangas.

Um dos motivos da referida crítica foi a omissão estatal no que tange às agressões perpetradas por dois membros da família Veloso Borges contra o professor Assis Lemos e o líder camponês Pedro Fazendeiro, no dia 11 de setembro de 1962, na cidade de Itabaiana. Lembra Ramos (2012) que nesse período Assis Lemos, Presidente da Federação das Ligas, estava em campanha por uma vaga de Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, acompanhando do Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), foi subitamente surpreendido pelos irmãos Manfredo e Milton Veloso Borges que, juntamente com quatro indivíduos armados, passaram a lhes agredir com socos, coronhadas e pontapés. Apesar da gravidade do incidente, a única reação do Governo foi determinar a instauração de um inquérito que,

²⁷ NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=2202&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

curiosamente, nunca teve sua conclusão revelada. A consequência dessa inércia estatal foi a impunidade dos criminosos.

Já o Grupo da Várzea, da mesma forma, além de criticar a ausência de policiamento nas áreas conflituosas, o que, segundo eles, facilitava o uso de armas pelos campesinos, também não concordava com as falas e comportamentos do Governador no que tange à problemática do campo. Conforme Hélio Zenaide, diretor do jornal A União, à época, essa forma de agir de Pedro Gondim gerou foi gerando insatisfação entre diversos membros da União Democrática Nacional (UDN), motivando o seu isolamento político (CITTADINO, 1998).

A situação piorou ainda mais no dia 13 de fevereiro de 1963, quando Rubens Régis, membro da Associação Proprietários Rurais da Paraíba (APRA), foi assassinado na Fazenda Jacuri, em Sapé, enquanto destruía as casas de camponeses ameaçados de despejo (MELLO, 1997). Com detalhes, revela Souza:

(...) No dia seguinte, 13 de fevereiro de 1963, às 5 (cinco) horas, cerca de quarenta pessoas, entre elas: Aguinaldo veloso Borges, Joacil Pereira, Fernando Meireles, César Cartaxo e Rubens Régis chegaram à Fazenda Jucuri. Um camponês foi retirado de sua casa, amarrado numa árvore diante de sua família e teve seu casebre derrubado. Terminada aquela primeira agressão, ouviu-se um tiro vindo de um casebre próximo. Rubens Régis, que era corajoso e valente, resolveu ir, sozinho, verificar o acontecido. Seus companheiros não o seguiram. Dirigiu-se ao casebre e, quando alcançou o terreiro, recebeu um tiro, caindo no local. Seus companheiros, em debandada, atirando para todos os lados, entraram sem seus veículos e fugiram em disparada para João Pessoa, deixando para trás o corpo de Rubens. (SOUZA, 2008, p. 154).

A morte de Rubens Régis ocasionou um estremecimento na relação entre os latifundiários e o governo estadual. Os proprietários de terra alegavam que o Governador Pedro Gondim, além de um inquérito sem resposta, não tomara nenhuma providência. Sobre o evento, comentou Joacil de Brito Pereira (1978, p. 62):

Pedimos ao governo de Pedro Gondim abertura de inquérito, que era o natural, não se precisava pedir. Este inquérito foi instaurado, nunca terminou, ninguém sabe onde anda, nunca se concluiu nada - eis o governo de Pedro Gondim! Quando Pedro Gondim tomar conhecimento deste meu depoimento, ele ficará chocado, eu gosto muito dele, o admiro até como pessoa humana, um bom sujeito, homem inteligente. Mas esta é a verdade histórica. Se eu sou chamado para dar um depoimento, eu tenho que dizer: onde está, Pedro Moreno Gondim, o inquérito para apurar a responsabilidade dos autores pelo

homicídio de Rubens Régis? Quando houve a morte de João Pedro Teixeira, fizeram um inquérito, este inquérito foi concluído. Fez-se um inquérito tendencioso, querendo se extorquir provas.²⁸

Os conflitos no campo, principalmente na região da Várzea, foram se agravando consideravelmente, especialmente nos últimos meses de 1963. De um lado, camponeses, em busca de terra para plantar, invadiam latifúndios. No outro polo, proprietários rurais, agrupados e armados, procuravam, a todo custo, com o auxílio de capangas, expulsar esses camponeses das propriedades e, havendo moradias erguidas, destruí-las. Nesse cenário de conflitos permanentes, em 1964 ocorreu um dos mais sangrentos, a denominada tragédia de Mari.

Em 15 de janeiro de 1964, na cidade de Mari, foi marcado um mutirão²⁹ na fazenda Olho D'água. Era muito comum os camponeses se juntarem e, num gesto de solidariedade e parceria, ajudar a um irmão, trabalhando em suas terras. Todavia, também era algo rotineiro a ação de capangas, empregados de proprietários rurais, normalmente armados, direcionada a criar embaraços para que os camponeses das propriedades de seus patrões não fossem convidados, acarretando conflitos. Tal infortúnio ocorreu nas proximidades da fazenda Santo Antônio, quando dois funcionários da propriedade, montados em jumentos e portando armas de grosso calibre, foram tentar obstaculizar a atuação de dois camponeses, porém foram surpreendidos, rendidos e desarmados. Uma das armas apreendidas pelos trabalhadores rurais, um revólver Smith & Wesson DA – calibre 45, era de uso exclusivo das forças armadas, fato este alheio ao conhecimento destes. Ao ficar sabendo que esta arma estava nas mãos de membros das Ligas Camponesas, Renato Ribeiro Coutinho, ciente da gravidade que a posse de uma arma dessas representava, rapidamente cuidou de informar ao Governador Pedro Gondim e, concomitantemente, utilizou o funcionário de sua confiança, Fernando Gouveia, para intermediar, junto aos camponeses, a devolução da arma. O revólver estava com Antônio Galdino da Silva (Carioca), presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mari, e, para encontrá-lo, foram mobilizadas nove pessoas, além de Fernando Gouveia, todas portando armas de grosso calibre; todavia o grupo não esperava que, juntamente com Antônio Galdino, estariam outros 300 camponeses, reunidos em um

²⁸ PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001. 84 p.

²⁹ O mutirão era uma atividade de parceria em que vários trabalhadores do campo, em solidariedade a outro, reuniam-se e ajudavam-no em suas terras.

mutirão. O encontro gerou uma discussão e, o que era para ser apenas um simples diálogo, terminou em uma tragédia com onze mortos e quatro feridos (COELHO, 2004).

O trágico episódio teve uma grande repercussão, gerando protestos tanto na assembleia legislativa e na porta do Palácio da redenção, onde, proprietários rurais, sob o comando do Deputado Joacil de Brito, fizeram um comício acusando o Presidente João Goulart e o Governador Pedro Gondim. Pressionado, o chefe do poder executivo estadual colocou em Sapé, sob o comando do Coronel Luiz de Barros, uma companhia de policiamento ostensivo da Polícia Militar. A presença desses policiais em Sapé, na concepção da esquerda, era a prova de que o Governador havia cedido completamente à pressão dos latifundiários (MELLO, 1997).

Esse comportamento de indefinição de Gondim começa a ter um fim ao final de 1963, quando, em virtude de suas ações, há um afastamento e ruptura dos grupos de esquerda com o seu governo e consequente uma aproximação com os grupos conservadores, conforme explica Nunes:

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o governo Gondim. Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o citado governo. Primeiro uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito. Essas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento "gondinista", que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras (NUNES, 2014, p. 86).

Acrescenta Cittadino (1998) que a postura anterior de indefinição do Governador merece uma análise que leve em conta a composição populista que lhe deu a vitória na eleição ao governo estadual. Sabe-se que Gondim era bem quisto pelas forças populares e de esquerda, mas não tinha uma máquina partidária que lhe garantisse a vitória nas eleições e, por esta razão, ele aceitou o apoio da UDN, um partido de natureza conservadora. Eleito, Pedro Gondim se vê forçado a governar respeitando os interesses de dois polos antagônicos, que, com o tempo, passam a lhe pressionar por uma definição. Impossibilitado de manter o pacto com ambos os grupos, o Governador opta em seguir com as forças conservadoras.

Essa posição de atrelamento aos conservadores ficou bem nítida logo após a tragédia de Mari, quando o Governador, contrariando o discurso do passado de não

interferência da polícia no movimento camponês, montou em um robusto aparelho repressivo contra os camponeses, sob o comando do Coronel Luiz de Barros, colocando nas áreas de maior tensão. Não contente, após os fatos ocorridos em Mari e na Faculdade de Direito, proibiu qualquer tipo de protesto na cidade de João Pessoa (NUNES, 2012).

A partir do golpe de 1964, a situação dos camponeses se tornou ainda mais difícil. Na primeira semana de implantação do regime, 172 integrantes das Ligas Camponesas foram presos e conduzidos ao 15º Regimento de Infantaria e ao 1º Agrupamento de Engenharia. As lideranças das Ligas Camponesas foram caçadas pelos agentes da repressão e os pequenos agricultores perseguidos pelos latifundiários (BRITO, 2014).

Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que, após a morte de João Pedro Teixeira, passaram a ter mais destaque entre as lideranças do movimento camponês nas localidades de Pilar, Sapé, Mari, Pedras de Fogo e Mamanguape, passaram a figurar entre os primeiros na lista dos que deveriam ser presos (RAMOS, 2012).

Presos, João Alfredo e Pedro Inácio foram conduzidos ao 15º Regimento de Infantaria, situado em João Pessoa. Lá foram interrogados, principalmente a respeito do assassinato de um latifundiário chamado Rubens Régis. Segundo Assis Lemos, companheiro de cela dos dois camponeses, o Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro queria a todo custo saber quem havia assassinado o citado proprietário rural. Por não dar as respostas que o major Cordeiro desejava, João Alfredo perdera a esperança de deixar a prisão. Todavia, estranhamente, na noite do dia 29 de agosto de 1964, em pleno sábado, ele foi libertado. No dia 7 de setembro do mesmo ano, também à noite, Pedro Fazendeiro foi convidado a pegar seus pertences para, em seguida, ser solto. Antes de sair da cela, Pedro foi aconselhado a pegar um taxi, ainda na presença dos oficiais do quartel, pois havia notícia de que alguns presos, quando postos em liberdade, eram capturados novamente e conduzidos a outros quartéis. Dois dias depois, foi publicada no jornal uma fotografia de dois corpos, com características físicas semelhantes às dos dois líderes camponeses, encontrados às margens da estrada que liga Caruaru-PE a Campina Grande-PB, no município de Alcantil-PB³⁰ (SOUZA, 2008).

³⁰ Nessa época Alcantil era distrito de Boqueirão-PB

Antônio Augusto Arroxelas Macedo, que também esteve preso com João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, relatou que só não teve o mesmo destino dos dois camponeses porque fora alertado pelo major Afonso Navarro, do 1º Grupamento de Engenharia, que, em caso de soltura, não deveria deixar o quartel sozinho. Segundo ele, naquela época, libertar-se das celas do 15º R.I não significava a vida, mas a senha para a morte. Afirmou ainda que o delegado coronel Farias havia recebido ordens para enterrar os corpos achados em Alcantil e divulgar que eram vítimas do esquadrão da morte³¹.

Relatou José Severino da Silva, conhecido como Zé Vaqueiro, que, por volta das sete horas, em 09 setembro de 1964, encontrou dois corpos com os rostos totalmente desfigurados, nas terras da fazenda Veríssimo, localizada nas proximidades do Distrito de Alcantil. Lembrou que, por volta de seis horas depois, o major Antônio Farias, acompanhado de outros policiais, compareceram ao local e passaram a lhe fazer algumas perguntas, interessados em saber como ele descobrira os corpos e se tinha visto alguém ou algum veículo nas proximidades. Respondidas as indagações, a autoridade policial pediu que ele ajudasse a enterrar os corpos. Segundo o vaqueiro, os corpos não apresentavam quaisquer sinais de perfuração à bala, tampouco por arma branca, apenas uma corda envolta no pescoço de um deles. Acrescenta José Severino da Silva que, na ocasião, apesar da triste cena, o major pediu para comprar uma garrafa de cachaça para “inebriar” as pessoas que estavam presentes no momento³².

Posteriormente, Antônio Arroxelas soube, através de comentários, que João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo teriam sido levados por uma caminhonete e, mais tarde, agredidos com coronhadas e enforcados³³.

Apesar da versão da polícia de que os indivíduos mortos seriam bandidos, vítimas do Esquadrão da Morte, alguns amigos e familiares, ao verem a foto publicada no jornal, não tiveram quaisquer dúvidas de que se tratava de João Alfredo e Pedro Inácio. Um desses amigos, o jornalista Jório Machado, que chegou a conviver na prisão com os dois líderes camponeses, refutou completamente a versão apresentada pela polícia:

³¹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0044_0010, p.09.

³² Jornal O Norte. Edição de 24 de agosto de 1995.

³³ O Combate, Edição de 20 junho de 1992.

Eles foram libertados no dia 7 de setembro de 1964 e em seguida recapturados pela Polícia. Entre o dia 7 e o dia 9 eles foram assassinados e jogados numa rodovia vicinal nas imediações do município de Campina Grande.

(...).

Eu conhecia a compleição física dos dois e posso assegurar, com diminuta margem de erro, que os dois mortos eram Pedro e Fuba³⁴.

Neide Araújo, filha de Pedro Inácio de Araújo, ao ver o jornal com a fotos dos corpos, também não teve dúvida de que os cadáveres eram de seu pai e de João Alfredo, em virtude da semelhança existente entre as características físicas destes com aqueles³⁵.

Em 1981, os Deputados estaduais Antônio Arroxelas e José Joffily condicionaram os seus ingressos no PMDB à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba com o objetivo de investigar o desaparecimento de Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba). Com o apoio do Partido Popular, a CPI foi criada, contudo, parlamentares governistas, temendo que a verdade viesse à tona e ganhasse a mídia, e sob o falso fundamento de que seria difícil apurar o fato, conseguiram manter inerte a apuração dos sumiços dos líderes camponeses³⁶.

Em 1995, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Federal, iniciou uma investigação com o objetivo de localizar as ossadas de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba. Escavações foram feitas abrangendo uma área próxima a 2 hectares, todavia, mesmo seguindo as orientações de pessoas que, na época, viram onde estavam os corpos, nada fora encontrado. Diante desse revés, as investigações foram encerradas³⁷.

Há mais de cinquenta anos, o regime militar sumiu com os líderes camponeses Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias. Os corpos foram ocultados e os vestígios apagados. O crime, ao que tudo indica, teve a participação indireta de grandes proprietários rurais, que, até hoje, gozam de poder político e econômico. O

³⁴ Jornal O Momento. Edição de 07 a 13 de outubro de 1979.

³⁵ Audiência Pública na cidade de Sapé realizada pela Comissão Nacional da Verdade e Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEV-PB), no dia 15 de julho de 2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=H2asPJE0ngA>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

³⁶ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0044_0010, p.09.

³⁷ Jornal Correio da Paraíba. Edição de 28 de setembro de 1995.

silêncio premiou os assassinos com impunidade e extirpou dos familiares dos camponeses sumidos o direito de sepultar e velar pelos seus mortos.

3.2 JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO

José Maria Ferreira de Araújo, filho de João Alexandre de Araújo e Maria da Conceição de Araújo, nasceu em 06 de junho de 1941, na cidade de Fortaleza – CE, embora de família paraibana. Aos 18 anos, ingressou nos quadros da Marinha, passando a viver no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1995).

Em fevereiro de 1964, José Maria resolveu passar as férias em Santa Luzia, cidade do interior da Paraíba onde residia seus familiares. Nessa oportunidade, conversou com os parentes sobre a sua participação em movimentos sindicais e também sobre a sua intenção em fundar, juntamente com outros companheiros da Marinha, uma entidade, a qual seria denominada de Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Tratava-se de uma decisão arriscada que poderia acarretar na punição dos associados, uma vez que a Marinha vedava a criação de instituições dessa natureza (BRASIL, 2014).

Com o golpe militar de 1964, José Maria e outros marinheiros foram presos por insubordinação, permanecendo recluso e incomunicável por quatro meses na Ilha das Flores (RJ). No mesmo ano, mais precisamente no dia 8 de dezembro, o jovem marinheiro foi expulso da marinha. Em 6 de dezembro de 1966, através de uma carta, ele manteve o último contato com a família, adotando o codinome Miguel e informando que passaria um tempo impossibilitado de manter contato (MIRANDA, 1999).

Durante esse período, José Maria passou a integrar o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), foi quando, em um treinamento de Guerrilha em Cuba, conheceu Soledad Barrett Viedma, com quem se casou posteriormente. Em 04 de abril de 1969, fruto dessa união, nasceu Ñasaindy Barrett de Araújo³⁸. Só no início da década de 1980 a família de José Maria soube da existência da sua filha por meio de uma reportagem publicada por outro marinheiro paraibano que os conheceu em Cuba

³⁸ Informação extraída da 13^o audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, realizada no dia 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Pxplo2sEPE>>. Acesso em 19 jul. 2016.

– Paulo Conserva, conforme registros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.³⁹

Em julho de 1970, José Maria precisou retornar ao Brasil e, na oportunidade, se integrou à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), usando os codinomes Aribóia, Araribóia e Edson Cabral Sardinha. Em 23 de setembro, foi preso e conduzido ao DOI/CODI do II Exército numa de suas ações pela VPR, onde teria que se encontrar com Dudu, codinome de Mário de Freitas Gonçalves.

Há suspeitas de que José Maria teria sido localizado e preso em razão de informações obtidas em um acordo de delação feito por Mário Freitas e os agentes do DOI/CODI. Dudu, segundo consta, teria sido capturado um dia antes de se encontrar com José Maria, contudo, misteriosamente, durante a prisão do companheiro de organização, conseguira escapar. Por outro lado, há informações de que José Maria e outros companheiros teriam sido presos em função da atuação de Cabo Anselmo, que estava a serviço dos órgãos de repressão, na condição de infiltrado na VPR.⁴⁰ (BRASIL, 2014).

Esta versão, entretanto, perde ressonância diante dos relatos do próprio Anselmo que, em depoimento prestado ao jornalista Percival de Souza, relatou que, ao chegar de Cuba, Francisco⁴¹, marido de Soledad Barrett, já teria falecido (SOUZA, 1999, p.135):

Quando desembarquei em São Paulo, um deles, Francisco, moço paraibano de apelido Boêmio, que havia sido o primeiro a voltar, já havia morrido. A mulher dele Soledad Barret Viedma, uma paraguaia, ficara em Cuba com uma filhinha, Naysandy (de Araújo Barret). Naysandy, um nome guarani. Acho que a menina ficou sob os cuidados da tia, aquela mulher que aparece nos anais de fundação da VPR. Lá também estava o Mário Japa (Shizuo Ozawa), que teve contato comigo nos dias anteriores. Ele ficou em Cuba com a tia e Naysandy. Shizuo, representante direto de Lamarca, estava ainda com sequelas da prisão.

Enquanto estava recluso, José Maria foi submetido a intensas sessões de tortura e acabou não resistindo. Seu sofrimento e morte foram presenciados por outros

³⁹ Audiência pública da CEV-PB “A greve dos marinheiros 50 anos depois” com depoimentos de Paulo Conserva e Adeildo Ramos, realizada no dia 25 de março de 2014, e Oitiva da CEV-PB, realizada com Naisandy Barrett de Araújo no dia 17 de dezembro de 2015.

⁴⁰ Cabo Anselmo foi um ex-marinheiro que, cooptado pelos órgãos de repressão, passou a trabalhar como infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária.

⁴¹ A descrição feita pelo Cabo Anselmo da pessoa a quem ele chama de Francisco encaixa-se perfeitamente na descrição de José Maria, pois, na época, ele era o marido de Soledad Barrett e a família dele era oriunda da Paraíba. Desta forma, o nome Francisco possivelmente era um dos codinomes utilizados por José Maria.

companheiros de cela, os quais foram capazes de identificar os algozes como sendo: Benone Arruda Albernaz, Tomás Paulino Rosa, Maurício José Freitas, Pedro DKW e Paulo Bordim (MIRANDA, 1999).

A repressão tirou a vida de José Maria e tentou ocultar não só o seu corpo, como também todos os vestígios que levassem ao mesmo. Todavia, o mistério em torno do paradeiro dos restos mortais de José Maria começou a ser desvendado quando a família começou a investigar e tiveram acesso aos arquivos do IML/SP. Lá descobriram que José Maria havia sido enterrado na quadra 11, sepultura 119, do Cemitério de Vila Formosa, com o nome falso de Edson Cabral Sardinha. Os laudos necroscópicos dos presos políticos eram diferenciados dos demais por uma letra “T” (terrorista), escrita em vermelho, que se destacava na folha. Sobre a descoberta dos familiares e técnica empregada pelos órgãos de repressão para ocultar as mortes e o destino dos corpos dos presos político, revela Maria Amélia de Almeida Teles (ASSIS, 2015, p. 117):

As autoridades discriminavam os cadáveres dos presos políticos que deveriam receber um tratamento diferenciado para que fossem ocultadas as circunstâncias de sequestro, a morte e os sepultamentos dos corpos. Quando os familiares entraram nos arquivos, encontraram as informações e documentos sobre diversos desaparecidos políticos como José Maria Ferreira Araújo (Araribóia), Virgílio Gomes da Silva, Aylton Adalberto Mortati, Luis José da Cunha (Crioulo), Denis Antonio Casemiro, Grenaldo Jesus da Silva, Dimas Casemiro, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Sonia Moraes, Antonio Carlos Bicalho Lana, Emmanuel Bezerra dos Santos, Manoel Lisboa de Moura, Flávio de Carvalho Molina, Hiroaki Torigoi, Antonio dos Três Reis de Oliveira, Alceri Maria Gomes da Silva, Antonio Raimundo Lucena, Helbert José Gomes Goulart e muitos outros considerados “mortos oficiais”. Foram analisados mais de 72 laudos necroscópicos de presos políticos mortos ou desaparecidos. Seus corpos haviam sido levados pela repressão para os Cemitérios D. Bosco de Perus, de Vila Formosa, na Zona Leste e do Campo Grande, na zona sul de São Paulo.

No laudo necroscópico de Edson Sardinha (José Maria) consta a informação que o médico-legista Sérgio Belmiro Acquesta⁴² não conseguiu determinar a *causa mortis* em sua perícia, apesar das informações iniciais do DOPS de que o motivo da morte teria sido um mal súbito. Contrariando as duas posições, as fotos do corpo evidenciavam sinais de tortura, corroborando a versão dos presos políticos que presenciaram o suplício de José Maria (ARAÚJO, 1995).

⁴² Sérgio Belmiro Acquesta foi um médico-legista que, a serviço da ditadura militar, forjava laudos dos presos políticos assassinados pelo regime militar.

Nos arquivos do DOPS/SP, documentos indicavam três versões conflitantes e completamente distintas sobre as circunstâncias da morte de Edson Sardinha (José Maria). Na primeira delas, o delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho, informou ao coronel Flávio Hugo de Lima Rocha, chefe da 2ª Seção do II Exército, que José Maria havia sido morto numa troca de tiros com os agentes dos órgãos de segurança. Contraditoriamente, ao requisitar a elaboração do exame necroscópico, o mesmo delegado sustentou que Edson Sardinha, preso por participar de atividades terroristas, havia morrido logo que chegou à Delegacia Distrital, presumindo-se um mal súbito. Num outro documento, datado em 7 de janeiro de 1971, a mesma autoridade argumentou que não era necessária a realização de inquérito para apurar a morte do referido preso político, já que tudo indicava que teria sido por morte natural (MIRANDA, 1999).

Diante dos fatos e documentos encontrados, a genitora de José Maria Ferreira de Araújo ingressou com uma ação judicial requerendo a retificação do atestado de óbito. Entretanto, sob a alegação de inexistência de provas, o magistrado de 1º grau, que, convém ressaltar, negou a produção de prova testemunhal em audiência, julgou improcedente o pedido. Posteriormente, a sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com fundamento na prova pericial que atestou a coincidência nas impressões digitais atinentes ao polegar direito de José Maria e Edson Sardinha, possibilitando a retificação do registro de óbito de José Maria Ferreira de Araújo, sepultado como Edson Cabral Sardinha⁴³.

Por fim, convém salientar que, apesar dos avanços no que tange à localização dos arquivos e até mesmo dos dados referentes à localização de onde estava sepultado o corpo, até hoje os restos mortais de José Maria Ferreira de Araújo não foram achados, uma vez que, nos anos de 1975 e 1976, houve modificações nas quadras do cemitério de Villa Formosa. Sem qualquer explicação, as alterações foram feitas sem preservar nenhum registro da posição anterior das sepulturas, privando os familiares de saber o paradeiro dos restos mortais de seus entes queridos (ASSIS, 2015).

⁴³ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0052_0003, p.16/23.

3.3 FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA

Francisco das Chagas Pereira, codinome “Chico de Leôncio”, filho de Leôncio Samuel Pereira e Judite Joventina Pereira, nasceu no dia 02 de abril de 1944, na cidade de Sumé, situada no Estado da Paraíba. De origem humilde, Francisco, apesar das dificuldades financeiras, teve a oportunidade de residir e estudar na capital paraibana, João Pessoa, em razão do acolhimento e auxílio de um amigo da família, o Desembargador Arquimedes Souto Maior, tido por ele como um segundo pai⁴⁴.

Conhecido na cidade onde nasceu como um indivíduo bastante inteligente, ingressou nos quadros da Polícia Militar em 21 de maio de 1962, permanecendo até 12 de agosto de 1965⁴⁵, quando pediu dispensa da corporação, por livre e espontânea vontade. Na época ocupava a patente de sargento e era lotado no 2º Batalhão de Polícia Militar, situado em Campina Grande. Durante o tempo em que ficou na Polícia Militar, ele atuou como Delegado nas cidades de Prata, Ouro Velho e São Mamede⁴⁶.

Em 23 de agosto de 1965, ingressou, por meio de concurso público, no Banco do Nordeste do Brasil, iniciando suas atividades na cidade de Itaporanga-PB, sendo, posteriormente, transferido para o município de Petrolina-PE. Em 15 de abril de 1969, Francisco das Chagas Pereira teve seu contrato rescindido, por justa causa⁴⁷. Segundo declaração do Sr. Almir Pereira Dornelo⁴⁸, irmão do desaparecido político, a demissão se deu com fundamento nos art. 482, alíneas a e b, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dispõe o mencionado dispositivo legal:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- (...).

Em 21 de setembro de 1970, Francisco foi admitido na Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), no cargo de auxiliar de administração. Com o tempo, Francisco, sempre mostrando comprometimento e dedicação no trabalho, foi conquistando aos poucos a simpatia e confiança dos funcionários da empresa,

⁴⁴ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.66.

⁴⁵ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.20.

⁴⁶ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.73.

⁴⁷ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.69.

⁴⁸ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.53.

especialmente da diretoria, fato este que lhe permitiu residir dentro da empresa, em um local improvisado⁴⁹.

Ressaltou Almir Pereira, que seu irmão, por ser muito benquisto na empresa, poderia ter usado esse respeito que seus superiores tinham com ele para obter vantagens e promoções na função que exercia. Todavia, por ser um militante do Partido Comunista Brasileiro, toda a sua atenção estava direcionada às causas relacionadas ao movimento comunista⁵⁰.

Ainda segundo ele, por volta das vinte horas e quarenta e cinco minutos, do dia 06 de agosto de 1971, depois de uma reunião à luz de velas, Francisco das Chagas Pereira, movido pelo radicalismo, teria causado uma pane elétrica e no sistema de refrigeração da EMBRATEL, local onde trabalhava⁵¹.

De acordo com o informe da Polícia Federal, Francisco não só seria suspeito de ter distribuído material subversivo dentro da EMBRATEL, como também de ter ateado fogo no material de expediente, não causando grandes prejuízos em razão da descoberta e controle imediato do fogo por terceiros. Após ter ateado fogo, ele foi perseguido pelos seguranças, mas conseguiu escapar, abandonando o emprego sem deixar quaisquer pistas de seu paradeiro⁵².

Relatou Vera Lúcia Alves, cunhada do desaparecido político, que entre 11 e 12 de agosto de 1971, não sabendo precisar o dia exato, ao se dirigir à casa dele para lhe fazer uma visita, deparou-se com vários policiais no endereço. No local, foi orientada por uma vizinha a sair, caso quisesse se livrar de prestar informações⁵³.

No tocante ao desaparecimento de Francisco das Chagas Pereira, as suspeitas repousam sob duas teses. A primeira, aduz que ele, depois de ter cometido o atentado nas dependências do prédio da EMBRATEL, foi capturado lá mesmo e submetido a torturas, não suportando aos castigos físicos empregados contra ele. O tratamento cruel dispensado a Francisco que, supostamente, o levaram a óbito, teria sido ordenado pelo Presidente da Empresa, o General Galvão⁵⁴.

A segunda tese, é de que Francisco teria deixado o país e ido morar no Chile, já que o último contato efetuado com a família se deu em 1971, através de uma ligação

⁴⁹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.79.

⁵⁰ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.79.

⁵¹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.79.

⁵² Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.85.

⁵³ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.34.

⁵⁴ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.79.

telefônica, onde o desaparecido informou que estava no Chile, dando apoio a um partido político. Solidificando tal afirmação, vale mencionar que uma chilena, de nome Cecilia Hermosilla, entrou em contato com a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB), dizendo que havia estudado com o Francisco das Chagas Pereira na Faculdade de Direito do Chile, entre 1972 e 1973⁵⁵.

Documentos localizados nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores indicam que realmente o desaparecido político esteve no Chile entre 1971 e 1973, todavia, não como um membro da resistência, mas sim como contato do representante militar junto à Embaixada do Brasil, situada em Santiago. Outro documento, datado em março de 1973, oriundo do Centro de Informações da Polícia Federal, traz a informação de que o jovem comunista teria sido morto na Bolívia, ao participar de operações de guerrilhas. Todavia, contrariando a referida informação, um informe de 1975, do Centro de Informações do Exterior (CIEX/MRE), encaminhou uma lista ao SNI e demais órgãos de informação, contendo vários nomes de brasileiros, residentes no Chile, tidos como perigosos, mas que foram agraciados com salvos-condutos do governo chileno, após o golpe de Estado que derrubou o governo democrático de Salvador Allende⁵⁶. Dentre os nomes, estava o de Francisco das Chagas Pereira (BRASIL, 2014).

A família do desaparecido sofreu, tanto com seu sumiço, quanto com o preconceito social em razão de ter um membro comunista, taxado de terrorista. Como se não bastasse, ainda se viu obrigada a queimar todos os pertences de Francisco das Chagas, temendo retaliações por parte dos órgãos de repressão⁵⁷.

Um fato curioso que merece ser mencionado é que um irmão do desaparecido político Francisco das Chagas Pereira, chamado Francisco de Assis Pereira, nascido em 25 de janeiro de 1959, também desapareceu, contudo em momento bem mais recente. Segundo informações publicadas em um site de busca de pessoas desaparecidas, Francisco de Assis, vulgarmente conhecido por Saci ou Paraíba, teria misteriosamente desaparecido na região do Brás-SP, aproximadamente, no ano de

⁵⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/07/comissao-nacional-da-verdade-assume-caso-de-sumico-de-paraibano.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

⁵⁶ Em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende, Presidente do Chile, é deposto do poder, instaurando-se uma ditadura no país.

⁵⁷ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0034_0005, p.65.

1999⁵⁸. Entretanto, não há qualquer informação que conduza a uma possível correlação entre os desaparecimentos de ambos.

3.4 EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA

Ezequias Bezerra da Rocha, filho de Simplício Bezerra da Rocha e Antônia Bulhões Bezerra, nasceu no dia 24 de dezembro de 1944, na cidade de João Pessoa-PB.

Em meados de março de 1963, Ezequias ingressou na Sociedade Cultural Pernambucana Brasil - União Soviética para estudar a língua russa, com o professor José da Silva Quirino. Em razão da presença e participação nessa entidade, no dia 19 de junho de 1964 o estudante foi chamado à delegacia e, na presença do Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima, teve que relatar suas intenções, participações e atividades que presenciou na referida associação, minuciosamente.

Como é cediço, com a eclosão do golpe militar em abril de 1964, teve início uma verdadeira caça aos comunistas e simpatizantes; logo, para os agentes do regime militar, qualquer atitude de proximidade com a União Soviética já era motivo de alerta e, conseqüente investigação. Desde então, a vida de Ezequias recebeu uma atenção mais incisiva por parte dos órgãos de repressão⁵⁹.

Posteriormente, levantamentos da Delegacia de Segurança Social apontavam Ezequias como participante das atividades do Comitê Universitário do Partido Comunista, o que motivou seu indiciamento como incurso nos art. 12, 21 e 36 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de abril de 1967 (Lei de Segurança Nacional), *in verbis*:

Art. 12. Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional: Pena - reclusão, de 1 a 5 anos.

(...).

Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos.

(...).

⁵⁸ Disponível em: <<http://desaparecidos.mural-de-recados.com/arquivo/ano-2014/comment-page-4/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

⁵⁹ Também por frequentar a Sociedade Cultural Pernambucana Brasil-União Soviética, o jornalista Flávio Tiné, em 1964, foi preso pela mesma autoridade policial, o Dr. Álvaro Gonçalves da Costa Lima, que agia em conjunto com o coronel Hélio Ibiapina, passando 30 dias recluso. Segundo Flávio, na entidade supracitada, reuniam-se jovens jornalistas, advogados, médicos etc., para participar de palestras e assistir filmes sobre a União Soviética (TINÉ, 2016).

Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual for o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena - detenção, de 1 a 2 anos.

Na visão dos órgãos de repressão, Ezequias era tido como um indivíduo perigoso para o regime, em razão da sua atuação no movimento estudantil e ideologia, sendo assim descrito como:

É um dos (...) do movimento secundarista dentro da Escola de Geologia. (...), poder de convencimento, sendo um dos responsáveis (...). Sua atuação é das mais perigosas. (...) ligado ao grupo de CANDIDO⁶⁰ e participava ativamente dos comícios relâmpagos e passeatas estudantis, bem como participou diretamente da greve do Cabo. Comunista convicto com base filosófica. Esses elementos acima especificados, estão para entrar no quadro de Geólogos do Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão de vistoria das Minas e Energias⁶¹.

Segundo Nadja Brayner, integrante da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco, Ezequias Bezerra havia emprestado o seu automóvel a Luís Alberto Andrade de Sá, um dirigente do PCBR, para que este, em companhia de sua esposa Miriam Verbena, viajasse ao interior do Estado de Pernambuco para pegar documentos, que lhe permitissem sair da clandestinidade. Ocorre que, no dia 8 de março de 1972, ao retornar da viagem, já portando os documentos supracitados, o casal sofreu um suposto acidente automobilístico, vindo à óbito posteriormente⁶².

Antônio Soares de Lima Filho, ex-integrante da resistência ao regime militar, asseverou que o veículo envolvido no acidente foi periciado e lá foram localizados registros da propriedade do automóvel, indicando que este seria de Ezequias⁶³.

No dia 11 de março de 1972, homens portando metralhadoras invadiram a residência de Ezequias Bezerra e passaram a revirar e vasculhar todos os seus pertences. Depois de examinarem todos os cantos do imóvel, sequestraram-no, juntamente com sua esposa, Guilhermina Bezerra, levando-os, encapuzados, para o

⁶⁰ Candido Pinto de Melo, vítima de um atentado no Recife em 1969, o qual lhe deixou paralisado, foi presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e estudante de engenharia. Disponível em: < https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=5651:caminho-para-desenterrar-a-verdade-sobre-a-ditadura&catid=70&Itemid=228>. Acesso em: 07 jun 2016.

⁶¹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0033_0001, p.41-42.

⁶² Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba, realizada em 03 de setembro de 2013.

⁶³ Ibidem.

prédio do Departamento de Operações de Informação, onde atualmente funciona o Hospital Geral do Recife (Hospital do Exército). Era apenas o início de uma sessão de terror, marcada para sempre na memória de Guilhermina Bezerra, que assim a descreveu:

Quando voltávamos para casa na sexta-feira, dia 11-03-72, por volta de 1 hora da manhã, estavam nos esperando homens armados de metralhadora. Ficamos abismados. Sem armas, sem qualquer proteção e desprovidos de qualquer maldade, fomos presos. Invadiram nossa residência, vasculhando-a integralmente e deixando tudo em desordem. Levaram nossa máquina de escrever. Colocaram capuz em cada um de nós, em seguida, nos puseram em carros diferentes (antes de sermos encapuzados, vimos tratar-se de carros tipo Rural Willys) e nos conduziram para um local que nós ignoramos qual fosse. (CABRAL; LAPA, 1979, p. 101).

Ao chegar no DOI, Ezequias foi torturado, durante uma sessão de interrogatório. Guilhermina Bezerra, reclusa numa cela próxima, escutou todo o sofrimento do marido, impossibilitada de fazer qualquer coisa para impedir o longo tormento do companheiro. Em suas palavras:

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível tantos bater tanto numa única pessoa.

Depois de um tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé.

(...).

Dormi vencida pelo cansaço. Ao me acordar, procurei imediatamente por ele. Os carcereiros diziam-me simplesmente que não tinha sido preso nenhum Ezequias. Insisti por diversas vezes, porém em vão. Ninguém mais me informou o paradeiro dele. Posso afirmar, categoricamente, que no estado físico em que o vi não tinha condições nem de matar uma mosca, quanto mais fugir ou tomar qualquer outra atitude. Eles mataram meu querido Quias (CABRAL; LAPA, 1979, p. 101).

Um dia após o sequestro, Guilhermina Bezerra foi solta, entretanto não obteve mais notícia do paradeiro de seu esposo (ARAÚJO, 1995). Em razão da quantidade, intensidade e gravidade dos danos físicos perpetrados contra seu companheiro, estava quase certa de que ele tinha morrido nas dependências do DOI.

Em 12 de março de 1972, o Delegado do Município de Escada, Bartolomeu Ferreira de Melo, enviou o ofício nº 78/72 ao diretor do Instituto Médico Legal encaminhando um corpo de um indivíduo de cor parda, com aproximadamente 30

anos de idade, deixado, na noite do dia 11 de março de 1972, por uma Rural Ford, dentro da barragem do Bambu, situada no Engenho Massauassú, no município de Escada-PE⁶⁴. O cadáver foi encontrado com as mãos e pés amarrados com corda, coberto por uma rede e atado com uma pedra de 30 quilos, levando a crer que o objetivo era impedir que o corpo emergisse e fosse descoberto⁶⁵.

A partir da perícia tanatoscópica, verificaram-se sinais de que a vítima encontrada na barragem havia sido torturada, tais como: sangue no conduto auditivo; protusão traumática do globo ocular esquerdo; escoriações na pálpebra, malar, flanco esquerdo, dorso lombar e nos membros superiores; equimoses na face, região peitoral, pés e região glútea; edema traumático nos pés. Também foram encontradas no cadáver lesões semelhantes às causadas por extremidade de cano de metal e ferimento penetrante no abdômen, por instrumento perfuro-cortante. Ao final, o exame concluiu que a *causa mortis* teria sido homicídio⁶⁶.

Ao saber pelos jornais que um corpo com características semelhantes às de Ezequias havia sido encontrado no mesmo dia em que ele havia sido espancado no DOI, os familiares tentaram ter acesso ao cadáver, todavia, foram informados que outra família já havia feito o reconhecimento e enterrado o corpo (CABRAL; LAPA, 1979).

Os órgãos de repressão, que, inicialmente, negavam, ter prendido Ezequias, posteriormente mudaram a versão. Em 06 de abril de 1972, o Delegado Redivaldo Oliveira Acioly⁶⁷, ao prestar informações ao Ministro Armando Perdigão, relator de um

⁶⁴ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0033_0001, p.20.

⁶⁵ Durante audiência da Comissão Nacional da Verdade, o coronel Paulo Malhães, ex-agente do Centro de Informações do Exército, declarou que a tortura era comumente utilizada pelo serviço de informações durante os interrogatórios, especialmente a tortura psicológica. Todavia, quando a tortura física se excedia e culminava na morte do interrogado, o *modus operandi* indicado para ocultar o cadáver, sem deixar vestígios, era descaracterizar o corpo e jogá-lo no rio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T7oSIE5pm3Y>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

⁶⁶ Informações contidas no Laudo Tanatoscópico fornecido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.

⁶⁷ Em 23 de janeiro de 1973, Redivaldo Oliveira Acioly, o mesmo delegado que mentira sobre o paradeiro de Ezequias Bezerra, também mentiu sobre a causa da morte de Anália Melo Alves, vulgo Marina, afirmando ter sido suicídio, quando na verdade restou comprovado posteriormente, que ela havia sido seviciada até a morte. As fotos da perícia indicavam que ela tinha sido estuprada e teve a região pubiana queimada para que fossem apagados os vestígios do crime cometido. Disponível em: <<https://rastrosde64.wordpress.com/2012/06/09/memoria-da-ditadura-exclusivo-dossie-aponta-sevicias-e-assassinato-de-militante-do-pcbr-correio-do-brasil/#more-822>>. Acesso em: 03 jun. 2016. Ressalte-se, ainda, que o Delegado Redivaldo foi também responsável pelo encaminhamento de cinco cadáveres ao necrotério, sendo dois deles reconhecidos posteriormente como sendo de José Manoel da Silva e Soledad Barrett Viedma, ambos vítimas do conhecido “Massacre na Chácara Santo Antônio”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

habeas corpus impetrado pela família do desaparecido, confirmou que Ezequias e Gulhermina realmente haviam sido presos para averiguação, todavia o primeiro teria sido resgatado às vinte horas e trinta minutos por indivíduos não identificados⁶⁸. Sobre o fato, a Aeronáutica assim registrou:

(...) preso pelo DOI/IV EX, no dia 11 Mar 72, tendo sido encontrado em seu poder farto material subversivo. Na noite do dia 11 de Mar 72, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR/232), a fim de cobrir “um ponto”, tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW 1300, cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto, não há dados que comprovem se o mesmo encontra-se morto ou desaparecido⁶⁹.

Em 08 de agosto de 1991, a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos, frente às semelhanças físicas entre o corpo encontrado na Barragem do Bambu, em 1971, e Ezequias, oficiou ao Secretário de Segurança Pública do Estado solicitando a comparação das impressões digitais do desaparecido com as da vítima encontrada no Engenho Massauassú, através de exame datiloscópico. Para surpresa de todos, o Laudo Datiloscópico apontou que as digitais eram as mesmas, ou seja, que o corpo encontrado no município de Escada era do desaparecido Ezequias Bezerra da Rocha⁷⁰.

O resultado rechaçou por completo as versões apresentadas pelas Forças Armadas de que Ezequias teria sido resgatado ou se envolvido em tiroteio. As provas solidificavam a tese de que o desaparecido havia sido torturado e morto em razão das lesões sofridas enquanto estava detido.

No ano de 2015, a família de Ezequias Bezerra da Rocha ingressou com uma ação judicial pleiteando a retificação do atestado de óbito do parente desaparecido, para que constasse no documento a verdadeira *causa mortis*, qual seja, homicídio decorrente de múltiplas lesões ocasionadas por atos de tortura.

A possibilidade jurídica do pedido já existia desde o advento da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas que foram detidas por agentes públicos sob a acusação de participação em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 05 de outubro de 1988. Mas, só

⁶⁸ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0033_0001, p.92.

⁶⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 899.

⁷⁰ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0033_0001, p.21-25.

com os elementos encontrados pelas pesquisas da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara é que foi possível o encaminhamento pela família da ação judicial supramencionada.

Em 13 de abril de 2016, a Juíza da 11ª Vara de Família e Registros Públicos do Recife, Patrícia Ramos Galvão, concordando com o pedido dos membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), proferiu sentença favorável, nos seguintes termos:

Assim sendo, considerando arcabouço probatório nestes autos colacionado e a favorável manifestação do Representante do Parquet, e com fundamento no artigo 109 da Lei 6015/73, acolho o pedido, determinando que seja retificado o assento de óbito lavrado no Cartório da 9ª Zona – Madalena – Recife, sob o número 39.302, às fls. 283, do livro 33C, em 30 de janeiro de 1996, para que dele passa a constar que a causa morte de Ezequias Bezerra da Rocha foi choque decorrente de traumatismo cranioencefálico e do tronco e ferimento penetrante de abdômen, respectivamente, por instrumento contundente e perfuro-cortante, permanecendo intactos todos os demais dados do assentamento, expedindo-se o mandado necessário, após o trânsito em julgado da decisão⁷¹.

Mesmo diante das conquistas alcançadas no tocante às descobertas no caso e ao reconhecimento estatal de sua culpa no desaparecimento e morte de Ezequias Bezerra, até hoje os parentes do desaparecido político não tiveram a oportunidade de fazer seu funeral, tampouco de saber aonde se encontram os seus restos mortais.

Lembra Nadja Brayner que há informações de que grande parte dos corpos teria sido levada para o Cemitério da Várzea e enterrados na condição de indigentes. Depois de três anos, esses corpos eram removidos e enterrados em uma só vala, denominada “buraco negro”, o que dificultaria qualquer trabalho de identificação⁷².

⁷¹ Trecho da sentença proferida no Estado de Pernambuco, pela Juíza Patrícia Ramos Galvão, em 13 de abril de 2016.

⁷² Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2013/12/04/comissao-da-verdade-comprova-que-ex-militante-ezequias-foi-torturado-107980.php>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

3.5 UMBERTO DE ALBUQUERQUE CÂMARA NETO

Umberto de Albuquerque Câmara Neto, filho de Roberto Alves Câmara e Mariluce de Sá Leitão Câmara, nasceu em 28 de maio de 1947, em Campina Grande, Estado da Paraíba.

Durante o curso de medicina na Universidade Federal de Pernambuco, participou ativamente do movimento estudantil, passando a ocupar a presidência do Diretório Acadêmico⁷³.

Em 1968, Umberto foi escolhido por Jean Marc Von der Weid para ser o representante do estado de Pernambuco na União Nacional dos Estudantes (UNE). Jean era uma das lideranças do movimento estudantil, membro da Ação Popular e se lançara em uma disputa para dirigir a UNE, que se daria no 30º Congresso da entidade, na cidade de Ibiúna (SP). O pleito foi frustrado pela ação da polícia que, informada sobre o evento, prendeu centenas de estudantes, inclusive Umberto Câmara, encarcerado pela primeira vez⁷⁴.

A prisão e consequente fichamento policial de cerca de mil estudantes, em grande parte lideranças estudantis, propiciou a construção de uma ampla e valiosa base de informações por parte dos órgãos de repressão; algo que futuramente contribuiria para as ações posteriores contra o movimento estudantil (SANTOS, 1980).

A atuação de Umberto no movimento político-estudantil lhe rendeu indiciamento em vários processos perante a Justiça Militar. O jovem estudante, membro da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), passou a ser visado pelos órgãos de repressão, sendo obrigado a adotar a clandestinidade como opção de sobrevivência⁷⁵.

O 30º Congresso da UNE, interrompido pela ação da polícia em 1968, teve sua continuidade em 1969, no Rio de Janeiro, onde foi eleita a última diretoria da União Nacional dos Estudantes. Jean-Marc Von der Weid, com o apoio de Luís Travassos, conseguiu derrotar o outro candidato, José Dirceu, com uma diferença de sete votos.

⁷³ Em homenagem a Umberto de Albuquerque Câmara Neto, o Diretório Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco passou a se chamar: Diretório Acadêmico de Medicina Umberto Câmara Neto (DAMUC).

⁷⁴ Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM_Completo&PagFis=73485&Pesq=>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/doi-codirj-2/>>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

Em 1971, em face da prisão de Jean-Marc, Honestino Guimarães, na condição de vice-presidente, assumiu a presidência da entidade.

Umberto de Albuquerque era um dos integrantes da nova diretoria da UNE que, pouco tempo depois, veio a ser vitimada pelo regime repressor que assolava o país. Em consequência, os membros da entidade tiveram os seguintes destinos: Umberto e o então presidente da UNE, Honestino Guimarães, tornaram-se vítimas de desaparecimento forçado; Jean Marc Von der Weid foi banido do país; José Genoíno Guimarães Neto e Ronald Rocha foram presos; Helenira Resende de Souza Nazareth, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Mata Machado foram mortos (SILVA, 2009).

Segundo consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 8 de outubro de 1973, depois de um encontro com José Carlos Mata Machado, Umberto teria sido preso pelo Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) e, desde então, não houve notícias de seu paradeiro.

Convém lembrar que, pouco mais de um mês após o desaparecimento, uma carta anônima foi enviada ao Jornal dos Sports, informando que Umberto Câmara corria risco de morte e que medidas urgentes deveriam ser tomadas para evitar seu assassinato. Recomendava o remetente, como saída de um possível desfecho fatal, que os órgãos de segurança reconhecessem publicamente a sua responsabilidade no tocante à prisão de Umberto (BRASIL, 2014).

A prisão e sumiço de Umberto Câmara pode estar relacionada à ação de um traidor, infiltrado entre os integrantes da Ação Popular, de nome Gilberto Prata Soares, conforme declara Lucas Figueiredo (apud ASSIS (et al.), 2015, p. 143):

Nos meses seguintes, enquanto fingia cumprir as determinações da direção da AP, Prata serviu de “guia” para o CIE. O serviço secreto do Exército estava particularmente interessado no cunhado de Prata, o estudante José Carlos Mata Machado, marido de Madalena. O traidor levou o CIE até seu cunhado e também a outros militantes da AP. Com as informações de Prata, a repressão tirou de circulação pelo menos duas dezenas de guerrilheiros; oito deles foram mortos. O primeiro a tombar, em setembro de 1973, foi o ex-deputado estadual catarinense Paulo Stuart Wright. Seu corpo nunca apareceu. No mês seguinte, foram assassinados os estudantes Humberto⁷⁶ Albuquerque Câmara Neto, Honestino Monteiro Guimarães – cujos corpos também foram sequestrados pelos seus algozes, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Mata Machado, o cunhado de Prata. O mais velho desse grupo tinha 26 anos, e o mais novo, 24. Quatro meses depois, desapareceram

⁷⁶ Apesar de grande parte dos livros e relatos trazerem o nome Humberto Albuquerque Câmara Neto, o nome original do estudante não é escrito com a letra H.

Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, ambos estudantes e com 26 anos. Seus corpos também nunca foram encontrados.

Explica Miranda (1999) que Gilberto Prata Soares, por influência dos irmãos Ricardo e Madalena, ingressou nos quadros da Ação Popular e passou a militar no movimento estudantil da cidade de Belo Horizonte. Em 1973, Gilberto foi preso pelo DOPS/GO na empresa onde trabalhava, conduzido a um quartel e submetido a intensa tortura psicológica. Por temer pela integridade física de sua irmã e esposa que lá se encontravam detidas, Gilberto firmou um acordo com o órgão de repressão, passando, então, a atuar como infiltrado. Gilberto se aproximou de José Carlos Mata Machado, Madalena, Gildo e de outros militantes, servindo de guia aos serviços da repressão. Em 1981, veio morar em João Pessoa. O peso na consciência fê-lo confessar à irmã Madalena as atrocidades que cometera; narrativa essa que fora repetida em 1993, em depoimento à Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal.

Convém ressaltar que, de alguma forma, no seu trabalho de se infiltrar e guiar a repressão, Gilberto Prata Soares contribuiu com as mortes e desaparecimentos de Umberto de Albuquerque Câmara Neto, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado.

Saliente-se, ainda, que Umberto de Albuquerque Câmara Neto atendia pelo codinome de Felipe entre os membros da APML. Este nome, inclusive, foi dado também por Fernando Santa Cruz ao filho, em homenagem a Umberto, desaparecido em 1973, conforme declara Jair Ferreira de Sá, dirigente da APML (ASSIS (et al.), 2015, p.81):

Quando conheci Fernando, nos duros anos de luta política, chamava-me Dorival. Creio mesmo que Fernando nunca veio a saber meu nome verdadeiro, pois há muito eu me encontrava na clandestinidade, forçada pelo regime, e assumido funções de direção numa organização política que também foi levada, em 1964, à clandestinidade. Na época, nossa organização tinha sofrido aquilo que viria a ser o golpe mais profundo, em setembro/outubro de 1973. Já o conhecia através de outras pessoas, especialmente de Doralina, e mesmo do companheiro Felipe, desaparecido em outubro de 1973, cujo nome verdadeiro era Humberto de Albuquerque Câmara Neto, também oriundo do movimento estudantil de Pernambuco. O filho de Fernando e Ana viria a ter o nome de Felipe, numa homenagem a Humberto.

Por fim, convém mencionar dois documentos das Forças Armadas que apresentam informações distintas sobre o paradeiro de Umberto Câmara. Um relatório de 1993, elaborado pelo Ministério do Exército, traz a informação de que o citado desaparecido político teria sido visto em Recife, no mês de julho de 1974. Contrariando o referido argumento, no mesmo ano, um outro documento, do Ministério da Marinha, afirmou que Umberto teria falecido em outubro de 1973 (BRASIL, 2014).

3.6 OS ALGOZES

A Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba, em seu relatório preliminar, conseguiu identificar dois torturadores que atuaram dentro do Estado da Paraíba e um outro que, mesmo exercendo suas atividades no Estado de São Paulo, foi o responsável por torturar o paraibano Martinho Campos, enquanto este estava preso em São Paulo. Na lista, figuram como torturadores: Carlos Alberto Brilhante Ustra, José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro) e Francisco de Assis Oliveira Marinho (Sargento Marinho)⁷⁷.

No presente trabalho, procuramos elencar apenas os que guardavam relação com os paraibanos vítimas de desaparecimento forçado, elencados pela Comissão Nacional da Verdade.

3.6.1 José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro) – O terror do 15º Regimento de Infantaria

Em seu relatório final, a Comissão Nacional da Verdade identificou trezentos e setenta e sete torturadores⁷⁸, entre eles o Major José Benedito dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro), comandante do 15º Regimento de Infantaria, situado na cidade de João Pessoa.

Considerado bastante temido. Major Cordeiro costumava aterrorizar os presos políticos com ameaças, enquanto estavam em seu poder. Esse comportamento foi,

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.adufpb.org.br/site/relatorio-da-comissao-estadual-da-verdade-estado-da-paraiba/>>. Acesso em: 23 jul 2016

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/lista-dos-377-nomes-de-agentes-do-estado-apontados-no-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-2.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2016.

inclusive, um ponto em comum nos relatos de Martinho Campos e João Ribeiro que, respectivamente, seguem:

O cidadão que foi me buscar com uma comitiva de sargento e cabo num jipe do 15 RI foi o José Benedito Vaz dos Magalhães Cordeiro, o famoso major Cordeiro. Durante todo o trajeto ele me ameaçou sem parar, dizia que quando eu chegasse no 15 ele me daria uma garrafa de óleo de rícino, para que eu... tivesse uma reação orgânica daquelas que todos sabem qual seria e me desmoralizaria, como parte do processo de arrancamento de informações. Dizia ele, durante a viagem, que naquela época durava duas horas e pouco, duas horas e meia, pela estrada ruim, junto com o sargento que eu, como tinha trabalhado em alguns movimentos da área camponesa, que ele já sabia, deveria saber quem tinha matado o latifundiário Rubens Régis, que era membro da Lila, liga dos latifundiários formada em contraposição à formação das Ligas Camponesas.

(...) no quinze o terror era o major Cordeiro, todo mundo tinha medo. Ele entrava na prisão a qualquer hora do dia e de noite para ameaçar e um oficial, um jovem oficial do Rio, gaúcho. Quando ele... ele ameaçava, humilhava muito etc. Eu mesmo confesso aos senhores, humilhação psicológicas etc, mas material eu não sofri (...)⁷⁹.

Há indícios que o citado major, fora do âmbito militar, possuía uma sociedade com os irmãos de um latifundiário chamado Rubens Régis, direcionada ao processamento e industrialização da farinha de mandioca⁸⁰.

Descobrir o assassino do membro da Liga dos Latifundiários, tornou-se uma questão de honra para o Major Cordeiro. Alguns integrantes das Ligas Camponesas foram presos, conduzidos ao 15º Regimento de Infantaria e submetidos a interrogatório, entre eles João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) (SOUZA, 2008).

Sem as respostas que queria, o Major Cordeiro determinou a soltura de João Alfredo, na noite do dia 28 de agosto de 1964, e de Pedro Inácio, na noite do dia 07 de setembro do mesmo ano. Misteriosamente, os dois campesinos foram soltos e sumiram, não mais dando notícia de seus paradeiros aos familiares⁸¹.

Uma semana depois, dois corpos, com os rostos desfigurados, foram encontrados em estágios de decomposição no distrito de Alcantil. Amigos e familiares, ao ver a fotografia dos cadáveres, afirmaram que seriam de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro)⁸².

⁷⁹ Declaração de Martinho Campos extraída da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba, realizada no dia 19 de setembro de 2013.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0044_0010, p.07.

⁸² Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFNA_BSB_ATO_0044_0010, p.15.

Segundo afirmação do ex-deputado estadual Francisco de Assis Lemos, o Major Cordeiro teria todas as respostas sobre o desaparecimento e paradeiro de João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro)⁸³..

O Ministério Público Federal, a pedido da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, encaminhou o ofício nº 047/2013 à Comissão Nacional da Verdade no sentido de que o Sr. José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro (Major Cordeiro) fosse chamado a prestar informações, todavia este nunca compareceu.

3.6.2 Carlos Alberto Brilhante Ustra – A expressão da tortura

Carlos Alberto Brilhante Ustra atuou no comando do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército em São Paulo entre os anos de 1970 e 1976. No período em que ele, juntamente com Audir Santos Maciel, esteve à frente do órgão, ocorreram mais de seis mil prisões e aproximadamente sessenta e quatro casos de morte e desaparecimentos (BRASIL, 2010).

Segundo Godoy (2014), entre 1970 e 1974, o DOI, sob o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra, passou a utilizar com mais frequência os tiroteios encenados, no intuito de legitimar a morte dos militantes da esquerda. O período de comando de Ustra à frente do DOI também é marcado pelo funcionamento dos centros clandestinos de prisão, da adoção do desaparecimento forçado e pelo uso de informantes.

O Carlos Alberto Brilhante Ustra, codinome Dr. Tibiriça, foi um dos torturadores do paraibano Martinho Campos e está entre os responsáveis pelo desaparecimento forçado de José Maria Ferreira de Araújo.

3.6.3 Vicente de Paulo Dale Coutinho

Vicente de Paulo Dale Coutinho, filho de Vicentina e do General Otávio de Azeredo Coutinho, nasceu no dia 05 de novembro de 1910, na cidade de Lorena (SP). Em 1931, tornou-se aspirante pela Escola Militar de Realengo (RJ) e, em 1938, capitão. Em 1964, foi promovido a general-de-brigada. Em 1970, passou a ser

⁸³ Jornal Correio da Paraíba, edição de 19 de setembro de 1981.

general-de-exército. Foi comandante da II Região Militar (SP) e do IV Exército (PE), chegando a ser ministro no Governo Geisel. Em 24 de maio de 1974, faleceu em virtude de uma parada cardíaca⁸⁴.

No dia 11 de março de 1972, data em que o jovem estudante Ezequias Bezerra da Rocha foi capturado e preso no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército, quem comandava a unidade era o citado General Dale Coutinho. Durante a gestão dele à frente do DOI-CODI do IV Exército ocorreram várias mortes, inclusive a de Ezequias Bezerra, conforme ele mesmo relata numa conversa com o Presidente Geisel. Segue a transcrição do diálogo⁸⁵ feita pelo Elio Gaspari (2003, p.315-1316):

Geisel: Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. [...] Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.

Dale Coutinho contou sua experiência no IV Exército: Eu fui obrigado a tratar esse problema lá e tive que matar. Tive que matar. Outro dia ainda tive uma satisfação que, no último relatório do CIE, a origem, o fio, o início da meada dessa guerrilha lá em Xambioá começou num estouro que nós fizemos em 72 lá em Fortaleza. Foi dali que um falou que tinha guerrilheiros no norte de Goiás, não sei o quê. (grifo meu).
(...).

Dale Coutinho retomou o fio que perdera minutos antes: Aí é que entra a Justiça. Eu comandeí exército e sofri habeas corpus em cima de mim. É que os comandantes de exército estão completamente sem cobertura legal das ações deles. A gente assume a responsabilidade porque tem que assumir. Eu me lembro que eu perdi... morreu lá dentro do meu DOI um homem, foi justamente em cima daquele que veio o habeas corpus⁸⁶. O homem tinha morrido dentro do meu DOI. E eu tive que responder. Eu crente que já tinha acabado o negócio com o Perdigão, o relator, um brigadeiro, passaram uns dois ou três meses veio outro. Agora pior, porque veio em cima de mim e do meu major-chefe do meu DOI. Aí eu não deixei ele responder. (Grifo meu).

A fala do general Dale Coutinho reflete claramente seu comportamento violento à frente do Comando do DOI-CODI do IV Exército. Assassinatos foram cometidos e enfatizados em sua fala, como se o ato de ceifar a vida de jovens militantes de esquerda fosse algo digno de apreço e elogios. A confissão do general é bastante clara, Ezequias foi assassinado, enquanto o DOI-CODI estava sob seu comando.

⁸⁴ Revista Veja, edição de 29 de maio de 1974. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02681.pdf>>. Acesso em 27 jul 2016.

⁸⁵ Segundo informações de Elio Gaspari, havia uma determinação do Presidente Geisel de gravar todas as conversas que tinha e o mencionado diálogo, foi fruto de uma gravação feita em 16 de fevereiro de 1974. Oriunda dos arquivos do general Golbery e do major Heitor Ferreira (GASPARI, 2003).

⁸⁶ Elio Gaspari afirma que o General Dale Coutinho fazia referência ao caso de Ezequias Bezerra da Rocha.

3.6.4 Confúcio Danton de Paula Avelino

Em 17 de setembro de 1971, Confúcio Danton de Paula foi nomeado agente diretor do Quartel General do IV Exército pelo general Dale Coutinho. Em 1972, chegou a exercer a função de chefe do Estado-Maior do IV Exército. Em 04 de janeiro de 1973, em razão de seu desempenho à frente repressão no Nordeste, Confúcio recebeu elogios do general Dale Coutinho, alcançando a chefia do Departamento de Material Bélico (BRASIL, 2014).

Durante a prisão, morte e desaparecimento de Ezequias, Confúcio atuava no DOI-CODI do IV Exército, sendo considerado o braço direito do Coronel Dale Coutinho.

Curiosamente, em trinta e dois casos de desaparecimentos forçados catalogados pela Comissão Nacional da Verdade, o nome de Confúcio Danton de Paula Avelino aparece entre os membros da cadeia de comando do órgão envolvido. Além dos desaparecimentos, há dois casos de suicídios forçados e duas mortes por tortura (BRASIL, 2014). Segue o quadro abaixo:

Vítimas/detalhes da morte	Posto ocupado por Confúcio Danton
Ezequias Bezerra da Silva – desaparecimento forçado.	Chefe do DOI-CODI do IV Exército.
Luís Alberto de Sá Benevides / Morto em acidente / Corpo desaparecido.	Chefe do DOI-CODI do IV Exército.
Miriam Lopes Verbena/ Morto em acidente / Corpo desaparecido.	Chefe do DOI-CODI do IV Exército.
Lúcio Petit da Silva / Desaparecimento forçado	General de Brigada do CIE (PA)
Demerval Pereira da Silva / Desaparecimento forçado	General de Brigada do CIE (PA)
Telma Regina Cordeiro Corrêa / Desaparecimento forçado	General de Brigada do CIE (PA)
José Humberto Bronca / Desaparecimento forçado	General de Brigada do CIE (PA)
Luísa Augusta Garlippe / Desaparecimento Forçado.	General de Brigada do CIE (PA)

Sueli Yumiko Kanayama / Desaparecimento forçado.	General de Brigada do CIE (PA)
Danielza Santana Coqueiro / Desaparecimento Forçado	General de Brigada do CIE (PA)
Oswaldo Orlando da Costa / Desaparecimento Forçado	General de Brigada do CIE (PA)
David Capistrano / Desaparecimento Forçado	Chefe do CIE
Uirassu de Assis Batista / Desaparecimento Forçado	General de Brigada do CIE (PA)
João Massena Melo / Desaparecimento Forçado	Chefe do CIE (SP)
Luiz Ignácio Maranhão Filho / Desaparecimento Forçado	Chefe do CIE (SP)
Walter de Souza Ribeiro / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (SP)
Wilson Silva / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Issami Nakamura Okano / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Aurea Eliza Pereira / Desaparecimento Forçado.	General de Brigada do CIE (PA)
Daniel Ribeiro Callado / Desaparecimento Forçado.	General de Brigada do CIE (PA)
Dinalva Conceição Oliveira / Desaparecimento Forçado.	General de Brigada do CIE (PA)
Daniel José de Carvalho / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
José Joel de Carvalho / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Onofre Pinto / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
José Lavecchia / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Vitor Carlos Ramos / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)

Walkíria Afonso Costa / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
José Maurílio Patrício / Desaparecimento Forçado.	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Batista / Desaparecimento Forçado	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Elson Costa / Desaparecimento Forçado	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Vladimir Herzog / Suicídio (Assassinato)	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
João Leonardo Da Silva Rocha / Desaparecimento Forçado	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Neide Alves dos Santos / Suicídio	Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)
Joaquim Alencar de Seixas / Assassinado e enterrado no cemitério de Perus	Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI)
Luiz Almeida Araújo / Desaparecimento Forçado	Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI)
João Mendes Araújo / Morto a tiros	Chefe do DOI-CODI do IV Exército.

Convém lembrar ainda, além do general estar envolvido no suicídio forjado de Vladimir Herzog, já que pertencia a cadeia de comando na época, ainda sugeriu a ocultação do cadáver do operário Manoel Fiel Filho, conforme confidenciou o Presidente Geisel em entrevista (CASTRO, 1997).

3.6.5 Adyr Fiúza de Castro

Adyr Fiúza de Castro nasceu em 25 de outubro de 1920, no Rio de Janeiro. Em 1940, formou-se na Escola Militar do realengo. Em 1965, foi chefe da Divisão de Informações do Gabinete do Ministro de Guerra, onde permaneceu até 1969, sendo um dos responsáveis pela criação do centro de Informação do Exército (CIE). Em 1974, foi promovido a general de brigada, enquanto comandava a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Entre 1975 e 1978, ficou à frente do comando da 6ª Região Militar (CASTRO, 1994).

O referido oficial figura no relatório da Comissão Nacional da Verdade como um dos integrantes da cadeia de comando do DOI-CODI no período em que Umberto de Albuquerque Câmara desapareceu, entretanto não há qualquer informação que indique sua participação direta no caso (BRASIL, 2014).

3.7 APAGANDO OS VESTÍGIOS

Além de extrair informações dos considerados subversivos durante o regime militar, os órgãos de repressão tinham a preocupação de esconder os vestígios de suas arbitrariedades e excessos.

Técnicas de interrogatório eram aprendidas dentro e fora do país, especialmente na Inglaterra. Na concepção dos militares, fazer o “inimigo” falar era uma arte levada a sério e muito bem gratificada com respeito e poder⁸⁷. Entretanto, nem sempre as coisas saíam como o esperado. A vontade de extrair uma confissão, impelida pela vaidade exaltada pelos resultados, muitas vezes trazia a morte da vítima, antes mesmo dela falar alguma coisa. Surgia, então, um problema: o que fazer com o corpo?

Com o tempo, os procedimentos para eliminação dos vestígios do crime de tortura seguida de morte ficaram mais sofisticados, pois contavam com a participação de outros agentes que ia desde o coveiro ao médico legista. Todos se envolviam num teatro que tinha por objetivo precípuo esconder os crimes praticados e ocultar as vítimas, assegurando, assim, a impunidade dos criminosos (MEDEIROS, 2012).

3.7.1 Sepultando as provas

Entre a década de sessenta e setenta, os membros da repressão não tinham muita cautela na destinação que davam aos corpos de suas vítimas. Os procedimentos se resumiam em enterrar os cadáveres num lugar ermo, muitas vezes de difícil acesso, conforme se observa no relato do general Carlos Alberto da Fontoura (CASTRO, 1994, p.86):

(...). E foi "suja" mesmo, porque matavam a torto e a direito. Agora vêm reclamar pela imprensa, porque queriam que os mortos da guerrilha de Xambioá fossem trazidos em cortejo fúnebre, num avião Boeing, com escolta,

^{87 87} Depoimento do Coronel reformado Paulo Malhães, colhido pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro em 08 de maio de 2013.

e fossem enterrados num mausoléu no São João Batista. Mas como!? Então se faz isso com subversivo? Morreu, enterra ali mesmo. É lógico! Eu não estava lá, mas, se fosse comandante, teria dado essa mesma ordem. Morreu? Enterra aí mesmo, para não deixar insepulto. Ora! O que é isso!? Queriam que os trouxessem com pétalas de rosa? E para sepultar no São João Batista, no mausoléu dos heróis . . . comunistas!? Não. Não há razão para isso.
(...)

A idéia é dar uma satisfação à família. Mas é muito difícil. Quem vai se lembrar agora no meio da floresta amazônica, onde está o João, o Pedro, a Maria, o Antônio ou o José? Não é possível pensar numa coisa dessa. Não entra na cabeça de ninguém! É uma provocação. Como vão achar na floresta amazônica cinquenta, sessenta ou cem mortos? Não vão achar. A não ser que alguém que esteja vivo se lembre, vá lá e encontre o lugar, Porque deve estar tudo modificado. A natureza, sobretudo na floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década.

No mesmo sentido é a afirmação do general Leônidas Pires Gonçalves (CASTRO, 1994, p. 234):

A mesma coisa é a procura de mortos. Eu gostaria de dizer para esses que procuram os mortos o seguinte: primeiro, há uma dificuldade técnica de encontrar essa gente. Na floresta amazônica, ninguém pode carregar uma carga. Fui comandante na Amazônia anos depois e sei o que é andar dentro da floresta. Ninguém suporta dois quilos a mais do que tem que transportar, porque aqueles dois quilos, no fim de uma jornada, a 48 graus de temperatura e cem por cento de umidade, se transformam em vinte. Então, enterra-se a pessoa onde ela morre. Nunca mais se encontra. Não há possibilidade. Aquela mata, com toda a sua vitalidade, cobre, transforma tudo. E outra coisa: dentro da mata, não fazem sinalizações. Agora, eu gostaria de lembrar a responsabilidade dos chefes intelectuais que levaram esses moços à morte. Esses bandidos, esses intelectuais, pegavam esses jovens e os mandavam para lá. Para morrer. Então, a pergunta "onde estão os corpos?" tem que ser para esses. Porque nós sabemos onde estão os nossos mortos. Perguntem a eles o que fizeram dos seus.

A partir da década de setenta, a prática de enterrar os corpos dos militantes da esquerda ainda foi mantida, entretanto, os torturadores, temendo serem revelados os seus crimes, passaram a ter um cuidado maior, agregando ao esquema de ocultação de cadáveres e provas a participação de coveiros, médicos-legistas e políticos apoiadores da repressão (BRASIL, 2010).

Com o intuito de esconder as vítimas e as provas, a repressão passou a contar com médicos-legistas que, atendendo aos seus comandos, passaram a endossar em seus laudos a versão das autoridades policiais, normalmente dispostas no histórico do requerimento de exame necroscópico. Segundo o que fora apurado pela Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), um grupo de médicos, compactuando com as ações da repressão, emitiram laudos falsos, ocultaram cadáveres, alteraram

informações de identificação e *causa mortis*. Condutas estas que, além de dificultar a identificação dos militantes mortos, serviam para livrar os torturadores de eventuais punições.

Em 1990, o reconhecimento oficial da existência de uma vala clandestina do Cemitério Dom Bosco⁸⁸, somado ao acesso dos arquivos do Instituto Médico Legal de São Paulo, desnudou parte das manobras empregadas pelos agentes da repressão, direcionadas a ocultar as barbáries e assassinatos que cometiam. A vala não possuía qualquer registro de sua existência, mas nela foram encontradas mais de mil ossadas, a maior parte sem qualquer identificação. Descobriu-se ainda que alguns militantes da esquerda foram sepultados como indigentes e outros com nomes falsos, prejudicando, seriamente, qualquer trabalho de identificação e localização (BRASIL, 2010).

Sobre o assunto, descreve Percival de Souza (2000, p.186):

Os cadáveres eram conduzidos num carro fechado da polícia paulista, sob forte escolta militar, ao lugar onde seriam enterrados. O cemitério mais utilizado era o de Perus, onde as vítimas eram sepultadas como indigentes e com identificação falsa.

3.7.2 Lançando corpos no rio

Em depoimento à Comissão da Verdade do estado do Rio de Janeiro, o Coronel Paulo Malhães, torturador confesso do regime militar, mostrou-se avesso à prática de enterrar os corpos, mesmo na condição de indigentes. Ele argumentou que a referida prática é falha na ocultação dos corpos, por deixar vestígios. Por esta razão, ele nunca a adotou na Casa da Morte de Petrópolis⁸⁹.

O *modus operandi* do citado torturador reunia uma série de etapas. Os procedimentos, detalhou ele, consistiam em arrancar a arcada dentária, cortar as pontas dos dedos e fazer uma incisão no abdômen da vítima, evitando-se, assim, a acumulação de gases decorrentes do estágio de decomposição. Em seguida, o corpo era colocado em um saco impermeável e lançado no rio, para ser levado pela

⁸⁸ Cemitério localizado na zona oeste de São Paulo, atualmente denominado Colina dos Mártires.

⁸⁹ Depoimento do Coronel reformado Paulo Malhães, colhido pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro em 08 de maio de 2013.

correnteza. O emprego de todos esses cuidados objetivava impossibilitar a identificação e o paradeiro do corpo⁹⁰.

Uma técnica semelhante era utilizada pelos agentes da 16ª Delegacia de Polícia de Belo Horizonte. Segundo Claudio Guerra, as pessoas que lá faleciam, eram esquartejadas, colocadas em sacos e lançadas na lagoa, com pesos (MEDEIROS, 2012).

Outro agente da repressão que preferia utilizar os rios para dar sumiço em suas vítimas era o delegado Fleury. Sobre a técnica utilizada, relatou o tenente Neuza (GODOY, 2014, p. 265):

O Fleury pegava um tambor desses grandes e punha o defunto lá e depois jogava cimento. Depois jogava o inimigo, o tambor no rio. Eles chamavam isso de boate tchibum, ia levar pra lá. Era na Castelo, onde o Tietê passava. A turma do Fleury jogava. Não era a turma da Casa da Vovó, não. A Casa da Vovó devia ir um pouco mais longe. Iam lá pra onze e meia, meia-noite levar, levar as coisas, desovar. O Marival não inventou isso de jogar no Rio. Só que o Fleury tinha um local e eles [o DOI] tinham um local um pouco mais longe

3.7.3 Corpos jogados no mar

Durante seu depoimento à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, o Coronel Malhães revelou que alguns corpos de militantes de esquerda eram lançados ao mar através de aeronaves. Ele afirmou que a vantagem da adoção desse tipo de técnica era que, se observadas as coordenadas corretas, os corpos seguiam em direção à África, levados pelas correntezas⁹¹.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Depoimento do Coronel reformado Paulo Malhães, colhido pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro em 08 de maio de 2013.

3.7.4 O intercâmbio de Cadáveres

Discorre o ex-delegado Claudio Guerra que, no final de 1973, houve situações em que corpos de diferentes estados foram permutados. Cadáveres de São Paulo foram encaminhados e ocultados no Rio de Janeiro e vice-versa. Todavia, essa prática deixou de ser utilizada, por não se mostrar eficaz no quesito discrição (MEDEIROS, 2012).

3.7.5 A queima de arquivo

Em meados da década de setenta, as especulações em torno da possível desapropriação de terras para fins de reforma agrária causaram bastante preocupação nos latifundiários. Sem o devido porte de arma, os fazendeiros eram impedidos de adquirir armas para protegerem as suas propriedades. Observando tal fragilidade, o delegado Claudio Guerra, autorizado pelo coronel Freddie Perdigão, passou a emitir autorizações do DOPS para regularizar a situação do porte de arma dos fazendeiros. Além disso, os latifundiários eram agraciados com benefícios e financiamentos do Estado. Os favores fizeram com que o referido agente da repressão conquistasse certa influência entre os usineiros, principalmente dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerias, Espírito Santo e Bahia. Daí em diante, os fornos das usinas passaram a ser utilizados, com bastante discrição e eficácia, na eliminação de vestígios. As cinzas que sobravam eram misturadas ao vinhoto e jogada nas plantações (MEDEIROS, 2012).

Em 1975, cerca de quarenta e cinco corpos de guerrilheiros do PC do B foram queimados, juntamente com pneus encharcados com gasolina, na Serra das Andorinhas (PA). Sobre a operação, lembra o coronel-aviador Pedro Correa Cabral (SACCHETTA, 2010):

Os corpos foram retirados das covas rasas em que estavam e foram lançados [...] na Serra das Andorinhas — se não me falha a memória — e lá jazem até hoje. [...] Essa operação levou mais ou menos uns dez dias. Saíamos com elementos da Comunidade de Informação, que sabiam onde estavam localizadas essas covas rasas. Uma operação terrível, foi a pior missão que cumpri em toda a minha vida. Eles desenterravam esses corpos e os colocavam em sacos plásticos. [...] O odor era terrível. Inicialmente, começamos tentando usar máscara contra gás, mas era impossível, porque o comando do helicóptero tem de estar em comunicação o tempo todo com a tripulação, e a máscara contra gás impedia o nosso contato via microfone

normal. Então passamos a usar lenços embebidos em perfume ou em desodorante, amarrados com esparadrapos, para poder suportar de alguma forma o cheiro terrível daquela carga macabra, que devia ser transportada para a Serra das Andorinhas. [...] A Operação Limpeza tinha por finalidade limpar, como o próprio nome diz, a área de qualquer resquício, de qualquer prova de que ali havia acontecido uma guerrilha. A descaracterização das aeronaves, a descaracterização das pessoas que ali combateram também tinha esta finalidade: não caracterizar, jamais, perante a opinião pública nacional como também perante a internacional de que havia uma situação de guerrilha no nosso País. [...] Na Serra das Andorinhas, havia uma palmeira, e os corpos eram lançados ali junto com pneus velhos, gasolina, e ateados de fogo.

3.7.6 O ácido como alternativa

Tanto o Coronel, em seu depoimento, quanto o ex-delegado Claudio Guerra confirmaram o uso de ácido pelos agentes da repressão com a finalidade de eliminar cadáveres. Este último, inclusive, deu detalhes de como o procedimento ocorria na Casa da Morte de Petrópolis (MEDEIROS, 2012, p. 61-62):

Ouvir falar que tinha um cabo que trabalhava lá, o doutor Magno. Ele não só matava e serrava os mortos como também punha ácido para acabar com os corpos. Depois os enterrava, sem chances para a perícia conseguir identificá-los. (...). era um meio de destruir o corpo rapidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar marcou profundamente, não só a história do país, mas a vida de muitas pessoas. Torturas, assassinatos, sequestros e desaparecimentos forçados foram práticas usuais dos agentes estatais durante esse período. Cidadãos, em sua maioria jovens estudantes, tiveram a sua mocidade extirpada nas masmorras da repressão, por resistir às regras e aos ditames do governo imposto. As atrocidades cometidas eram acobertadas ou revestidas de legitimidade, objetivando afastar qualquer mácula que pudesse manchar a imagem do regime.

Passados mais cinquenta anos do golpe militar, os membros das Forças Armadas ainda mantêm em total sigilo os segredos dos bastidores da repressão. Quando indagados ou se abstêm de responder qualquer questionamento, com tentativas de alterar o rumo da conversa, ou simplesmente negam a existência dos crimes. Se pressionados ficam enraivecidos, elevam o tom da voz e tentam impor o silêncio ao interlocutor, como se ainda tivessem a autoridade que tinham durante o regime militar. Silenciam sobre o passado e ficam furiosos diante da exposição da verdade.

O processo de redemocratização e os instrumentos de justiça transicional, especialmente as comissões da verdade, frutos de muita luta das entidades de direitos humanos e, principalmente dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, permitiram que grande parte desse passado ocultado viesse à tona. Documentos importantes, antes sigilosos, gradativamente foram liberados e, em conjunto com os depoimentos prestados nas comissões, estão permitindo que essa história seja reescrita de forma verossímil. Ainda assim, nem todas as respostas foram encontradas.

Foi em razão dessas lacunas ainda pendentes que iniciamos nossa pesquisa. Durante o percurso, frente às novas informações que surgiam, os acontecimentos do passado ganhavam mais detalhes. A covardia e brutalidade dos agentes estatais da estava bem além do que tínhamos ideia. As ações da repressão eram organizadas, sistematizadas e os ensinamentos difundidos para outros grupos. O sigilo era mantido, tanto por ameaças indiretas, quanto pelo uso da compartimentalização dos órgãos de

repressão⁹². Tudo era minuciosamente calculado para evitar que as impurezas do regime fossem descobertas. Até mesmo as formas de ocultação dos cadáveres das vítimas, eram devidamente estudadas e aprimoradas. O regime militar escondia seus vestígios com o auxílio de um aparato complexo que envolvia agentes funerários, médicos-legistas e políticos, todos imbuídos em ocultar a verdade e livrar os criminosos.

Com base nos dados colhidos, verificou-se que, dos seis casos de desaparecimento forçado analisados na presente pesquisa, apenas um deles, o de Francisco das Chagas Pereira, não traz elementos suficientes que indiquem, com exatidão, se ele desapareceu em razão da ação da ditadura ou se, espontaneamente, deixou o país. No tocante aos demais, resta evidente que os algozes do regime militar não só foram responsáveis por cada assassinato, mas também pela ocultação dolosa dos cadáveres.

Mesmo diante dos dados desanimadores que apontam que seus entes queridos foram assassinados e tiveram seus corpos ocultados, para os familiares das vítimas ainda permanece a expectativa de que estes ainda possam estar vivos, sem memória ou vivendo noutro país. Não achar significa ter uma esperança contínua e ao mesmo tempo perdê-la a cada dia que passa. É acreditar que o telefone que toca ou a batida na porta, trar-lhe-á o filho, o esposo ou o pai desaparecido. É uma intranquilidade que se perpetua no tempo, enquanto os restos mortais não surgem para serem velados.

Desta forma, os trabalhos das comissões de memória e verdade, essenciais ao resgate da memória de um período sem memória, através da oitiva de testemunhas, análise documental e realização de diligências, também surgem como relevante alternativa na apresentação de uma resposta definitiva para pôr um fim ao drama dessas famílias. Em que pese o passado não poder ser alterado, os resultados dessas investigações repercutem diretamente no presente e evitam que atrocidades semelhantes aconteçam no futuro.

⁹² Audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco realizada em 13 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGffXKw_rFE>. Acesso em: 15 jun. 2016.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, P.; GENRO, T. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira. In: TOSI, G. et al, (org.). **Justiça de Transição** - Direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

ALENCAR, Jakson Ferreira. **A ditadura continuada** – Fatos, factoides, partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff. São Paulo: Paulus, 2013.

ALEXANDRE, Ricardo. **Nem Vem que Não Tem** - A Vida e o Veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Globo, 2009.

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais** – Estado militar na América Latina – O calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ALMEIDA, Enea de Stutz e; TORELLY, M. D. Justiça de Transição, Estado de Direito e Democracia Constitucional: Estudo preliminar sobre o papel dos direitos decorrentes da transição política para a efetivação do estado democrático de direito. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 2, n.2, jul/ dez 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenal/eviolencia/article/view/8111>>. Acesso em: 05 jan.2016.

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTÔNIO, G. M. **Os objetivos da Comissão Nacional da Verdade**: A busca pela verdade e a promoção da reconciliação nacional. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder**: Uma outra História. São Paulo: Hedra, 2015.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida (et al). **Dossiê Ditadura**: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, 1964-1985. Recife: CEPE, 1995.

ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

_____. **Cova 312** – A longa jornada de um repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da História do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

ARINOS, Afonso. **O Livro na Rua**. Brasília: Thesaurus, 2008.

ASSIS, Chico de; et. al. **Onde está o meu filho?** Recife: Cepe, 2015.

BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. - Recurso Eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BRANDO, Nôva Marques; MACHADO, Bianca da Silva (Orgs.). **Resistência em arquivo** – Memória e História da Ditadura. Porto Alegre: APERS, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. **Habeas Corpus que se apresente o corpo** – A busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 02. 01. 2015.

_____. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Portal do Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em: 02. 01. 2015. 25

BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. **O que é o BNM**. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002. **Portal do Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10536.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Portal do Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em: 02 jan.2015.

_____. Lei nº 10.875, de 01 de junho de 2004. **Portal do Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.875.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade e dá outras providências. **Portal do Planalto**. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Presidência da República. **Portal do Planalto**. Publicado em 16 de mai. 2012. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153. Relator Ministro Eros Grau. **Inteiro teor do acórdão**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. **Vala Clandestina de Perus**: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.

BRITO, Gilvan. **Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos Editora, 2014.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). **Desaparecidos Políticos**: Prisões, sequestros, assassinatos. Artigos, entrevistas, documentos, reportagens, depoimentos, fotografias. Rio de Janeiro: Edições Opção, Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

CARDOSO, Lucicleide Costa. **Criações da Memória**: Defensores e Críticos da Ditadura (1964 – 1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucia Ary Dillon (Orgs.). **Os Anos de Chumbo**: A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CASTRO, Celso Correia Pinto de; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Ideia, 1998.

COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004.

CORRÊA, Valcionir; MENDONÇA, José Carlos; SOUSA, Fernando Ponte de (Orgs.). **Memória Viva: Relatório I**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964: a versão e o fato**. Porto Alegre: Gente do livro, 1999.

DANTAS, Audálio. **Tempo de Reportagem** – Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012.

DA SILVA, H.R.Kleber (Org.) **A luta pela Anistia**. São Paulo: Ed. Unesp/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DUARTE, Betinho. **Rua Viva** – o desenho da utopia. Belo Horizonte: Rona, 2004. p. 664.

FACÓ, Rui. Latifundiários Ameaçam Pegar em Armas Contra a Reforma Agrária. **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962. p.7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=2202&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA, Gil Cordeiro Dias. **Contragolpe** – A reação da Nação Brasileira. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2015.

FERRER, Eliete. **68 a geração que queria mudar o mundo: Relatos**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FICO, Carlos. **Além do golpe** – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. São Paulo: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar – Espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____; POLITO, Ronald. **História do Brasil (1980-1989)** – Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio**. São Paulo: Record, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FON, Antônio Carlos. **História da repressão Política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GARIBALDI, Anita. **Repressão e direito à resistência**: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2013.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada** – as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó**: Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: Histórias, documentos e depoimentos de agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GOENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** - A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia**. 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GULLAR, Ferreira. **Antes do Golpe**: Notas sobre o processo que culminou no golpe militar de 1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INTERNACIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. **¿Qué es la Justicia Transicional?** Disponível em: < <http://ictj.org/es/que-es-la-justicia-transicional>>. Acesso em 22 out. 2015.

JACOBINA, A. T. As eleições parlamentares de 1974 e as clivagens na ARENA e no MDB baianos. **Revista de História**. 3º Edição: UFBA, 2011. Disponível em:< www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/a05.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Francisco Julião** - Surge o nome "Ligas Camponesas". Documentário (3 min. E 44 seg), 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0p01x6DFndY>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MARTINS, J. V.N. **Juridicidade e Justiça de Transição**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014.

MARTINS, R. R. Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. apud MAUÉS, F. **Livros na Campanha pela Anistia**. Rio

de Janeiro: Recurso Eletrônico. 2011. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.perseu6.maues__0.pdf>. Acesso em 12 jan. 2015.

MELLO, José Octávio Arruda de. **1964: A Dimensão Global – Formação do Movimento Brasileiro de 64**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à Memória e à Verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros amigos, 2010.

MEZZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro – A anistia e suas consequências – Um estudo do caso brasileiro**. 2003. 206 f. Dissertação em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. A luta pela anistia. 2009.

MIALHE, J. L.; PARRA, J. B. Lei de Anistia: Comentários a sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 49, n. 194, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/10781386-Lei-de-anistia-comentarios-a-sentenca-do-supremo-tribunal-federal-no-caso-da-adpf-53.html#show_full_text>. Acesso em: 25 out. 2015.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: A responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **A Ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAUD, José Santiago. **O livro na rua – Afonso Arinos**. Brasília: Thesaurus, 2008.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **As experiências de “luta armada” no Estado da Paraíba**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

_____. **Os movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba**. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0210.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

_____. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica** (Dossiê: Ditadura Militar), v. 2, nº .3, jul./dez., 2012.

_____. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: Os casos da Paraíba e de Minas Gerais. **Cadernos História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n22p63>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

_____. Golpe Civil-Militar na Paraíba: Repressão e Legitimação. In: DANTAS, Éder, et al. (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e Resistência Democrática**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira**: depoimento (31 de janeiro a 02 de fevereiro de 1978). Rio de Janeiro: CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Entrevista concedida a Eduardo Raposo e Osvaldo Trigueiro do Vale.

PETERS, Edward. **História da Tortura**. São Paulo: Ática, 1989.

PORTO, F. B. D. **A Luta pela Anistia no Regime Militar Brasileiro** – A Constituição da Sociedade Civil no País e a Construção da Cidadania. 2002. 134 f. Dissertação em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2002.

Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

RAMOS, Biu. **Crimes que abalaram a Paraíba**. João Pessoa: Forma, 2012.

RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

REZENDE, Maria José de. **Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: UEL, 2013.

RIBEIRO, D. F. **A Anistia Brasileira**: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal Fluminense, Niterói, 2012.

RIBEIRO, Edgard Telles. **O punho e a renda**. São Paulo: Record, 2014.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira**: Mulher da terra. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

SACCHETTA, Vladimir (coord). **Habeas corpus**: que se apresente o corpo - A busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SADER, E. A primavera dos direitos humanos. In: NUNES, M. R et al (Orgs.). **Resgate da memória da verdade**: um direito histórico, um dever do Brasil. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, 2011.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura** – A exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião** – Luta, paixão e morte de um agitador. Recife: A Assembleia, 2001.

SCHULTZ, Sabrina. **Terrorismo de Estado**: A tortura como uma das formas de expressão. Florianópolis: UFSC, 2015.

SEGATTO, José Antônio. **Crise política e derrota da democracia**. In: VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964-2014**: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada**: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). Niterói: 2009. 337 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Michel Goulart; SOUSA, Fernando Ponte (Orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste**: O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64. João Pessoa: Linha d'Água, 2008.

SOUZA, Percival. **Eu, cabo Anselmo**: Depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999.

_____. **Autópsia do Medo** – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

TARGINO, Ivan; MOREIRA Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba. Um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, v. 5, n.1 – março 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/962/697>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

TAVARES, Flávio. **1964**: O golpe. 1. Ed. Porto Alegre: L&P. 2014.

TEITEL, R. Genealogia da Justiça Transicional. In: REÁTEGUI (Org.). **Justiça de Transição** – Manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Quando a dor se transforma em esperança! In: ASSIS, Chico de; (et al.). **Onde está o meu filho?** Recife: Cepe, 2015.

TINÉ, Flávio. **Memórias escuradas (ou nem tanto).** Recife: CEPE, 2016.

TORELLY, M. D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TREVIZAN, A. F.; AMARAL, S. T. **O Tribunal de Nuremberg e a polêmica das sanções adotadas.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/trevizan_nuremberg_sancoes.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

TV SENADO. **Senado na História:** A Lei da Anistia. Documentário (10 min e 57 seg), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jsQWzR2_yfM>. Acesso em: 25 out. 2015.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada:** A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 3.ed. Brasília: Ser, 2007.

VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VAN HAM, Antonia Maria et al (Orgs). **Memórias do Povo:** João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ideia, 2006.

VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras.** São Paulo: Leya, 2011.

_____. Marco Antônio. **Ditadura à brasileira** (1964 – 1985) – A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

_____. **Jango: um perfil** (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

WEID, Jean Marc Von der. **30ª Gestão:** 1969-1970. In: SANTOS, Nilton (Org.). História da UNE: depoimentos de Ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura Militar na Bahia:** Novos olhares, Novos objetos, Novos horizontes. Salvador: ADUFBA, 2009.